



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. FARIA LIMA) SP-ARENA



ASSUNTO:

PROTOCOLLO N.º

Cria o Registro Nacional de Banco de Dados e estabelece normas de proteção da intimidade contra o uso indevido de dados arquivados em dispositivos eletrônicos de processamento de dados.

DESPACHO: CONST. E JUSTIÇA = CIÊNCIA E TECNOLOGIA

À COMISSÃO DE CONST. E JUSTIÇA em 14 de NOVEMBRO de 19 77

DISTRIBUIÇÃO

[illegible]

PROJETO Nº 4.365 DE 1977

S I N O P S E

Projeto N.º de de de 19.....

Ementa :

.....

.....

Autor :

Discussão única

Discussão inicial

Discussão final

Redação final

Remessa ao Senado

Emendas do Senado aprovadas em de de 19.....

Sancionado em de de 19.....

Promulgado em de de 19.....

Vetado em de de 19.....

Publicado no "Diário Oficial" de de de 19.....

LOTE: 52
PL N.º 4365 de 1977
CAIXA: 183
1

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 4.365, DE 1977

(DO SR. FARIA LIMA)

Cria o Registro Nacional de Banco de Dados e estabelece normas de proteção da intimidade contra o uso indevido de dados arquivados em dispositivos eletrônicos de processamento de dados.



(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

*As Comissões de Constituição e Justiça
e de Ciência e Tecnologia. Em 31.10.77*
Luiz Antonio Lemos

PROJETO DE LEI Nº 4365, DE 1977.

"Cria o Registro Nacional de Banco de Dados e estabelece normas de proteção da intimidade contra o uso indevido de dados arquivados em dispositivos eletrônicos de processamento de dados".

(Dep. Faria Lima) - ARENA

O CONGRESSO NACIONAL Decreta:

I - Registro Nacional de Banco de Dados (RNBD)

Art. 1º - Fica criado o Registro Nacional do Banco de Dados (RNBD) com as informações enumeradas abaixo sobre os Bancos de Dados (BD) que sejam operados por ou em nome de:

- a) Todos os Organismos Governamentais, administração direta ou indireta dos vários níveis administrativos (Governo Federal, Governo Estadual, Governo Municipal);
- b) Todas as sociedades de direito público;
- c) Todas as agências de detetives ou todas as organizações encarregadas de realizar pesquisas sobre moralidade, recursos ou conduta de outrem;
- d) Todas as pessoas ou organizações que comercializem informações estocadas em Banco de Dados;
- e) Todas as pessoas ou organizações que estejam em condições de fornecer informações sobre crédito, quer para suas filiadas, quer para terceiros, de forma remunerada ou gratuita.



Art. 2º - O RNBD referido no artigo 1º desta Lei conterá, para cada Banco de Dados, além de outros que poderão vir a ser estabelecidos, através de resoluções, as seguintes:

- a) Dados cadastrais da organização ou pessoa proprietária do Banco de Dados;
- b) Dados cadastrais das pessoas responsáveis pela administração do Banco de Dados;
- c) Dados cadastrais de todas as pessoas envolvidas no processamento das informações;
- d) Local onde está situado o Banco de Dados;
- e) Todas as características técnicas do Banco de Dados, que serão determinadas através de resoluções;
- f) Natureza dos Dados arquivados ou que venham a ser posteriormente;
- g) A finalidade para a qual se destina o Banco de Dados;
- h) O público a que se destina o Banco de Dados.

Art. 3º - Todas as pessoas ou organizações responsáveis pelo Banco de Dados serão obrigadas a informar ao órgão responsável qualquer alteração das características técnicas do Banco de Dados relacionadas no artigo 2) desta Lei, dentro de um prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia que passou a ter efeito, sendo responsabilizados e submetendo-se ao exposto no artigo 14º.

Art. 4º - A qualquer momento poderá ser determinada a exclusão de informações de um Banco de Dados, desde que julgada inconveniente a divulgação ao público destas informações por lesar os interesses de uma ou várias pessoas, ou que sua disseminação não atenda aos interesses do público.



blico em geral. Essa decisão levará em conside
ração possíveis distorções da finalidade últi-
ma para a qual são utilizadas as informações
constantes de um Banco de Dados.

Art. 5º - As organizações administrativas de Bancos de
Dados terão um prazo não superior a 70 (seten-
ta) dias após o fornecimento das característi-
cas técnicas de um Banco de Dados, para receber
aprovação do funcionamento do mesmo.
O mesmo prazo se aplicará para alterações das
características técnicas do Banco de Dados.

Art. 6º - O público e, notadamente, os representantes da
imprensa poderão, livremente, obter informa-
ções sobre as características técnicas do Ban-
co de Dados, bem como das alterações que ve-
nham ocorrer.

Parágrafo Único - Os Bancos de Dados operados
pela Polícia, Órgãos de informações e seguran-
ças das Forças Armadas e Serviço Nacional de
Informações serão registrados em separado, não
tendo o público acesso aos mesmos.

Art. 7º - Deverá ser mantido pela administração responsá-
vel de um Banco de Dados um registro que conter
rá data, identidade do solicitante, natureza
dos dados e motivo pelo qual as informações for
am solicitadas. Deverão ser igualmente regis-
tradas todas as solicitações de alterações a-
presentadas.

Art. 8º - O órgão fiscalizador dos Bancos de Dados subme-
terão anualmente até o mês de março ao Congress
so Nacional relatório cobrindo o ano civil pres
cedente, no qual especificará o número total



de Bancos de Dados inscritos no cadastro, as características técnicas dos mesmos e os administradores responsáveis. Deverá constar, também, deste relatório, informações sobre os Bancos de Dados cuja inscrição tenha sido cancelada e os motivos.

O relatório poderá conter outras informações complementares e estatísticas que o órgão fiscalizador julgar conveniente adicionar.

Parágrafo Único - Toda pessoa que for objeto de cadastramento pela primeira vez de suas informações pessoais em um Banco de Dados, deverá ser notificada por escrito no período não superior a 30 (trinta) dias da ocorrência deste fato. Nesta notificação deverão constar todos os dados pessoais registrados.

Art. 9º - Todas as alterações das informações pessoais deverão, também, ser notificadas por escrito à pessoa a qual elas se referem, num período não superior a 30 (trinta) dias da ocorrência do fato.

Art. 10º - A pessoa, de que trata o artigo 9º, poderá a qualquer momento, solicitar por escrito que lhe sejam informados os dados pessoais constantes de um Banco de Dados, mediante remuneração, cujo montante será estabelecido pelo órgão fiscalizador e deverá receber as informações solicitadas no prazo de 3 (três) semanas da data da solicitação.

Parágrafo Único - A pessoa que estiver respondendo processo por infringir a Lei de Segurança Nacional deverá fazer tal solicitação por via judicial.



Art. 11º - Todas as informações pessoais fornecidas em virtude do Artigo 10º deverão ser acompanhadas de informação sobre a finalidade do Banco de Dados do qual elas são parte integrante e como elas foram obtidas.

Art. 12º - Toda pessoa que receber informações pessoais de acordo com os artigos 9º, 10º e 11º poderão recorrer ao órgão fiscalizador ou judicialmente ao Banco de Dados, caso sua solicitação de correção de seus dados pessoais devidamente comprovados, não seja atendida.

Art. 13º - No caso de infração desta Lei pela administração do Banco de Dados, esta poderá ser advertida por escrito, ou até cassada sua autorização de funcionamento.

Art. 14º - Os administradores responsáveis por um Banco de Dados, para os quais se aplica a presente Lei, que infringirem o disposto nessa norma jurídica, cometem delito passível de penalidade que variará de 10 (dez) salários mínimos até 5 (cinco) anos de prisão.

Os administradores responsáveis de um Banco de Dados serão penalizados caso forneçam informações erradas ou prejudiciais à pessoa.

Art. 15º - Os operadores e demais pessoas envolvidas no processamento das informações registradas em um Banco de Dados, que infringirem o disposto nessa norma jurídica, cometem um delito passível de penalidade que variará de 5 (cinco) salários mínimos até 3 anos de prisão.

O mesmo se aplicará caso as pessoas acima citadas se utilizarem das informações registradas



num Banco de Dados para quaisquer finalidades sem prévia autorização escrita da administração do mesmo.

Art. 16º - Fica designado à CAPRE - Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento de Dados como órgão responsável pelo registro nacional do Banco de Dados, pela autorização do funcionamento de organizações de Bancos de Dados, pela proteção da intimidade contra o uso indevido dos dados pessoais, bem como pela aplicação desta Lei.

Art. 17º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados os dispositivos em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1977.

Deputado FARIA LIMA



—
JUSTIFICATIVA

O Brasil já se inclui entre os dez maiores usuários de computadores do mundo. Somos superados, apenas, pelo Japão, no sistema de crescimento de nosso parque de equipamentos.

Há previsão de que tenhamos, aproximadamente, 15.000 centros de processamento eletrônico de dados no início da próxima década.

É prioridade governamental a implantação da indústria de computadores em nosso país.

Estas fabulosas máquinas têm assumido um papel importante no processo de modernização de nossa sociedade. O contacto do brasileiro com o computador é crescente: contas de luz, telefone, água, gás, esgoto, impostos e taxas, licenciamento de veículos, reserva de passagem aérea e até a loteria esportiva são algumas das atividades através das quais o brasileiro percebe a ação dos computadores.

Neste mundo tecnológico em que ingressamos, a informação é tão vital como a água e a luz.

O fenômeno da explosão de informações está sendo controlado com a utilização de sistemas eletrônicos de processamento de dados. O ritmo com que o Homem gera informações é algo fantástico pois a cada 14 meses dobramos o volume de informações à disposição da humanidade.

A possibilidade de paz no mundo aumenta proporcionalmente ao nível de intercâmbio de informações.

Poderíamos afirmar, também, sem risco de erro, que a informação é um dos principais elementos do poder.

Voltando à realidade brasileira, verificamos que nestes 20 anos o desenvolvimento da informática foi grande; o computador não é mais uma super máquina de escrever, de luxo, um símbolo de "status".



TP (Teleprocessamento), BD (Banco de Dados) e "processamento distribuído" são as palavras-chaves do momento, no setor.

Nestas duas décadas, criamos um mercado de segunda mão de equipamentos; desenvolvemos uma rede de centros de serviços de dados: geramos uma massa crítica de técnicos de alto nível; assistimos à propagação de cursos especializados em informática; vivemos as primeiras tentativas de regulamentação da profissão de programador, operador de teclado, analista de sistema; estruturamos e consolidamos entidades de classe; cresceu tanto esse setor dinâmico e estratégico que o Governo foi obrigado a criar uma estrutura burocrática para controlá-lo.

Crimes cometidos com computadores já não são apenas passagens de literatura estrangeira.

Nosso país está despreparado, em termos de legislação, para disciplinar e controlar esse fenômeno no mundo informático que criamos.

Domar o uso destas novas técnicas e inovações tecnológicas é a principal tarefa dos legisladores, neste final de década.

Nesta transformação qualitativa por que passou nossa sociedade com a vivência simbiótica com as "supermáquinas", uma série de novos problemas surgiu, destacando-se a preservação dos fundamentos sobre os quais repousa a Democracia.

O direito à intimidade deve ser assegurado para garantir a liberdade - essência do Homem - e, para tanto, exige que disciplinemos a utilização de computadores, em especial daqueles que tratam com informações de caráter pessoal.

É preciso legislar visando a garantir a confiança do público para o bom uso dos dados que deverão revestir-se de sigilo, apenas quando traduzirem aspectos de segurança nacional.

O Brasil é, hoje, um imenso banco de dados (em termos técnicos é um arquivo eletrônico de grande capacidade de armazenamento e fácil acesso).

Ao cidadão brasileiro deve ser dado saber o que se passa - princípio de acesso à informação; deve ter confiança no método de decisão adotado - princípio da imparcialidade e deve ter asse -



gurado o sigilo sobre seus dados pessoais.

A proteção da intimidade é reconhecida como um dos direitos humanos (Art.12 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembléia Geral da ONU em 10.12. 1948), sendo uma das principais preocupações das democracias modernas. Afinal, não é difícil perceber o risco de um controle social total do Estado sobre o cidadão, caso o computador venha a ser utilizado como instrumento de repressão.

Esse é, talvez, o motivo fundamental para a recusa da idéia de um número único para identificação dos indivíduos, por parte das democracias ocidentais.

Alemanha, França, Itália, Estados Unidos, Japão, Austrália e Inglaterra disseram "NÃO" à tese.

O preço de uma otimização administrativa seria muito caro: - a liberdade do cidadão e o sacrifício da Democracia.

Temos certeza de que o brasileiro está disposto a pagar pela proteção à intimidade. Administrar a confidencialidade passou a ser uma aspiração e necessidade atuais.

Nenhuma lei é capaz de impedir que um processo inescrupuloso de fazer mal uso de seu poder . Somente a Nação alerta poderá neutralizar essa anomalia.

O Congresso Nacional levantando este problema passou a provocar o debate nacional sobre o assunto .

Salvaguardas devem ser desenvolvidas, visando a proteger o cidadão contra consequências potencialmente danosas da má utilização de sistemas eletrônicos de processamento de dados, que utilizem bancos de dados constituídos com informações pessoais.

Não estamos falando sobre possibilidades remotas, mas da realidade dos dias de hoje.

O problema é complexo e não suportaria solução simplificada. É necessário que todos se preocupem com o perigo latente da adoção do código único de identificação que no Brasil surge sob a sigla RENAPE. Esse perigo não está no código, mas no que ele irá permitir - um super-arquivo (que será construído a partir das informações fragmentadas existentes).



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Estas são as motivações que nos levaram a propor à alta consideração da Câmara dos Deputados o presente projeto-de-lei - resultado de estudos comparados que fizemos em outras legislações estrangeiras sobre o assunto .

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1977.

Deputado FARIA LIMA



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Senhor Presidente,

Defendido. Em 23.11.77.
[Assinatura]

Requeiro a V. Exa. determine a juntada da documentação anexa
ao projeto n. 4 365, de 1977, de minha autoria.

SS., em 22 de novembro de 1977

[Assinatura]

FARIA LIMA



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Senhor Presidente,

Deferido. Em 03.03.78
[Assinatura]

Requeiro a V. Exa., nos termos do Regimento Interno, a anexação do expediente junto ao projeto de minha autoria de n. 4 365, de 1977.

Em 16 de fevereiro de 1978.

[Assinatura]

FARIA LIMA



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Ofício nº P-2460/77

Assunto: Encaminha cópia de Requerimento.

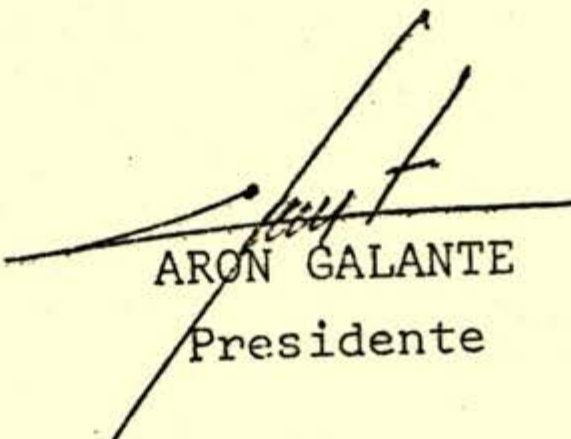
Palácio "JOÃO RAMALHO",
13 de dezembro de 1977.

Senhor Deputado:

É o presente para passar às mãos de Vossa Excelência a inclusa cópia do Requerimento nº 416/77, de autoria do nobre vereador Lenildo Freitas Magdalena, também subscrito por outros, aprovado pelo Plenário desta Câmara Municipal na sessão levada a efeito no último dia 16 de novembro.

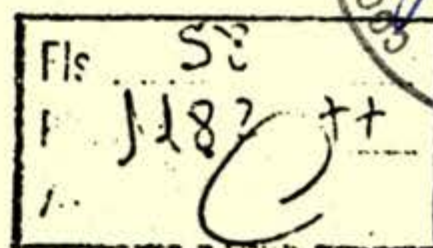
Limitados ao assunto, valemo-nos do presente para apresentar a Vossa Excelência os nossos protestos da mais elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


ARON GALANTE
Presidente

Exmº Sr.
DEPUTADO FARIA LIMA
Câmara dos Deputados
Congresso Nacional
70.000-BRÁSÍLIA-DF

SM/sm.-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

REQUERIMENTO Nº 416/77 - PROTOCOLO GERAL Nº 1182/77

CÓPIA AUTÊNTICA

"CONSIDERANDO que, segundo fontes do Ministério da Justiça, encontra-se em vias de ser encaminhado ao Congresso Nacional projeto de lei criando o RENAPE - Registro Nacional das Pessoas Naturais;

CONSIDERANDO que esse sistema de identificação nacional, em que pesem seus aspectos técnicos positivos, necessariamente acabaria importando em aumento do controle do Estado sobre o cidadão, ameaçando a privacidade e o anonimato a que cada um tem direito;

CONSIDERANDO que, a tal ponto se pensa em controlar a vida do brasileiro, o projeto prevê a identificação a partir dos sete anos, com revalidação periódica aos 18, 25, 35 e 50 anos de idade;

CONSIDERANDO que, segundo depoimento do Sr. Secretário Executivo da Comissão Coordenadora de Atividades de Processamento Eletrônico (CAPRE), Sr. Ricardo Saur, prestado em setembro último à Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, é "tecnicamente inviável a implantação de um sistema de cadastramento e identificação para 120 milhões de habitantes, que mantenha as informações atualizadas";

CONSIDERANDO que estudo feito nos Estados Unidos da América do Norte, pela General Accounting Office, demonstrou que o cruzamento de informações cadastrais, pela sua complexidade, pode provocar erros de até 30%, e que depois desse estudo as polícias estaduais norte-americanas recusaram-se a ceder seus arquivos ao FBI - Federal Bureau of Investigations;

CONSIDERANDO que no mundo inteiro, sobretudo nos países democráticos, industrializados e economicamente desenvolvidos, a opinião pública tem-se manifestado contra a existência de sistemas de identificação que utilizam um único número para cada cidadão e controlam as informações sobre a população por computador, num banco de dados centralizado;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

REQUERIMENTO Nº 416/77 - PROTOCOLO GERAL Nº 1182/77

Fls. 02

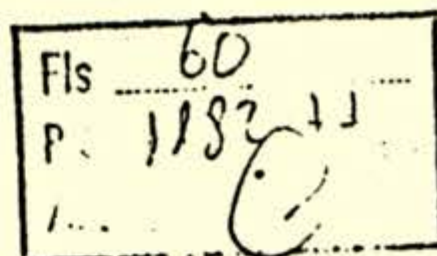
CONSIDERANDO que praticamente o mundo inteiro vem rejeitando tal tipo de procedimento governamental, particularmente a França, Bélgica, Alemanha Ocidental, Suécia, Estados Unidos e Canadá, onde o sistema foi considerado atentatório às liberdades humanas, não só por aumentar o poder estatal em detrimento dos direitos individuais, mas também como permanente ameaça à privacidade e ao anonimato, mas, ainda, pela possibilidade de manipulação das informações pessoais para outros fins que não a identificação;

CONSIDERANDO que, no caso da Alemanha Ocidental e da Bélgica, a idéia de um sistema de identificação nacional padronizada não somente foi combatida, mas resultou, inclusive, na adoção de legislação protetora da privacidade, responsabilizando os bancos de dados pela manipulação de qualquer informação pessoal sem que o cidadão a autorize;

CONSIDERANDO que, apesar do perigo que representa a instituição do Registro Nacional de Pessoas Naturais, há quase seis anos em estado de incubação, se nota, nas Casas do Povo, um quase mutismo sobre tão importante assunto, exceção feita, é de justiça registrar, ao deputado federal José Roberto Faria Lima, que pela tribuna da Câmara e pela imprensa vem denunciando a implantação da medida, que pode constituir-se num atentado aos direitos individuais do cidadão brasileiro;

CONSIDERANDO, finalmente, que nesta hora em que pesa tão grave ameaça sobre todo o povo, há que se pensar em buscar a conjugação de esforços de todos quantos podem colaborar, para evitar a caracterização desse aviltamento dos direitos humanos,

REQUEREMOS à Presidência, ouvido o Plenário, nos termos regimentais, que se registre na Ata dos trabalhos da presente sessão, a manifestação de repúdio desta Casa ao projeto que visa instituir no Brasil o Registro Nacional de Pessoas Naturais (RENAPE).



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

REQUERIMENTO Nº 416/77 - PROTOCOLO GERAL Nº 1182/77



Fls. 03

Requeremos, ainda, que dessa posição do nosso Legislativo seja dada ciência às seguintes autoridades: ao Exmº Sr. Presidente da República, General Ernesto Geisel; ao Exmº Sr. Ministro da Justiça, Dr. Armando Falcão; ao Exmº Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Petronio Portela; ao Exmº Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maciel; aos Exmºs. Srs. Deputados Francelino Pereira, Presidente Nacional da Arena; Ulysses Guimarães, Presidente Nacional do MDB; José Bonifácio Lafayette de Andrada, Líder da Arena na Câmara Federal; Freitas Nobre, Líder do MDB da Câmara Federal; e aos Exmºs. Srs. Senadores Eurico Rezende, Líder da Arena no Senado Federal, e André Franco Montoro, Líder do MDB no Senado Federal.

Requeremos, finalmente, que se oficie às Assembléias Legislativas dos Estados-membros e às Câmaras Municipais do Estado de São Paulo, solicitando o apoio desses Parlamentos e a competente manifestação sobre esse grave problema que ameaça, antidemocraticamente, os direitos individuais de todos nós.

Sala das Sessões, 09 de novembro de 1977.

(aa) LENILDO FREITAS MAGDALENA

Carlos Eugênio Tavares

Artur Barbosa Horta

Paulo Vidal Neto

José Ginez Ramble

Hamilcar Paranhos

Álvaro Domingues e

Luiz Massa.

Aprovado em 16 de novembro de 1977. (a) Aron Galante - Presidente". Secretária da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, em 17 de novembro de 1977, Eu, Julio Cesar Leite, transcrevi este fielmente do original; e Eu, Mara Rita Nogueira, respondendo pela Seção de Expediente Administrativo, revisei e assino.-



CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHAÉM
ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA

Em 17 de novembro de 1977

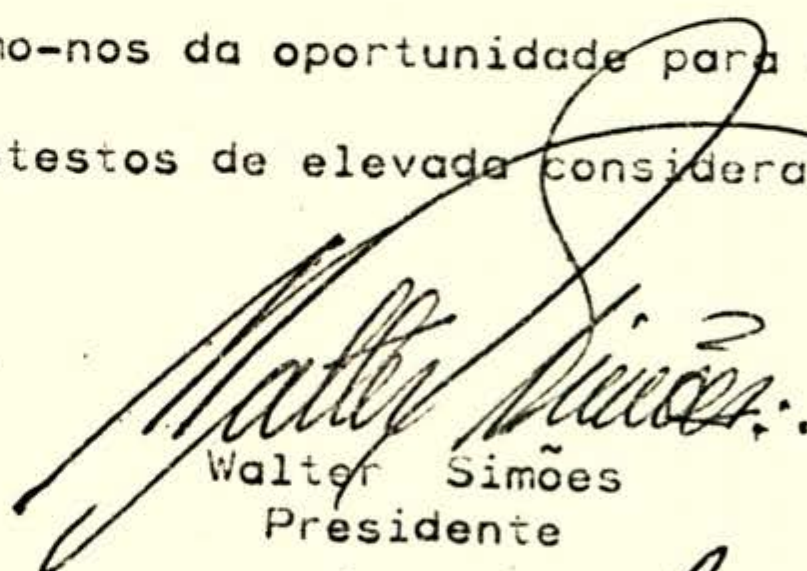
OF. N.º E-825/77

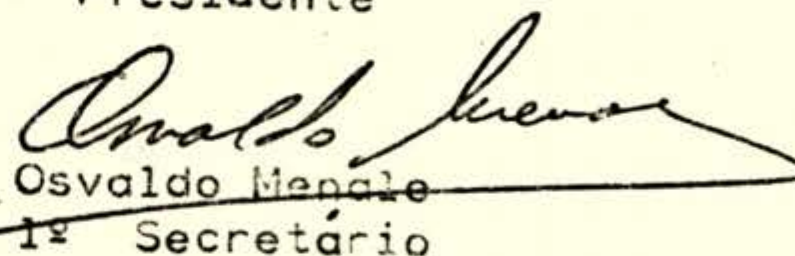


Senhor Deputado:

Temos a satisfação de passar às mãos de V.Excia., xerocópia do Requerimento nº 347/77, de autoria do Vereador Ernesto Zwarg Junior e subscrito pelos edís Osmar Rodrigues, Claudio Antonio Serroni de Oliva, e Ernestino Alves Mascarenhas, aprovado por unanimidade de votos em sessão ontem realizada.

Valemo-nos da oportunidade para renovar a V.Excia. nossos protestos de elevada consideração.


Walter Simões
Presidente


Osvaldo Mendes
1º Secretário

Exmo. Sr.
Deputado FARIA LIMA
Câmara dos Deputados
BRASÍLIA - DF



CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHAÉM

ESTADO DE SÃO PAULO



REQUERIMENTO nº 347/1977

Câmara Municipal de Itanhaém

CONF. C.D.

ROSENDO
Diretor da Secretaria

Sr. Presidente :

REQUEIRO, ouvido o Plenário, oficie-se ao Deputado Federal Faria Lima, apresentando congratulações por seus trabalhos no sentido de resguardo da vida particular de cada cidadão, hoje sujeita a pressões oriundas de uma exagerada tecnologia, a exemplo do que ocorre com o SPC, Serviço de Proteção ao Crédito, que vem acobertando um processo de dilapidação dos incautos que lhe caíam na rede. De fato, mesmo quem um cidadão comprove haver quitado o seu débito, muitas vezes em Cartório, por não concordar com as taxas e juros excessivos que lhe são cobrados, - fica ainda sob o crivo do suspeito ou "recuperado", estigma quase semelhante ao de pária da Índia e que lhe fecha as portas de transações necessárias à sua vida. Quanto cidadão probo e dotado de operosidade já caiu nas garras de Departamentos Jurídicos suspeitos, que cobram "taxas" para limpeza do nome do incauto e não o fazem, de imediato, até que se cumpram exigências mais, de uma burocracia SUSPEITA e mui rendosa. É prejudicado assim o cidadão, sua família, o Estado e o próprio comércio, pois há nessa situação inúmeras pessoas que poderiam estar concorrendo para um maior progresso, nas áreas de indústria e comércio.

Sala Dom Idílio José Soares dos 16 de novembro de 1977

Flávio Zwart Junior
Viceador.

O. Rodrigues

Conselho Municipal
Itanhaém

CÂMARA DOS DEPUTADOS

15 FEV 78

BINETE DO PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE NAZARÉ DA MATA

PERNAMBUCO

— CASA JOAQUIM NABUCO —



Ofício Nº 55/78

Em 01 de fevereiro de 78

Anexe-se ao processo a que se refere o projeto nº 3.949/77. Ao Senhor Secretário-Geral da Mesa.

Em 05/4/78

Exmº Sr.

Marco Antônio Maciel

MD Presidente da Câmara Federal

Brasília -DF

MARCO MACIEL

Presidente da Câmara dos Deputados

Em reunião do dia 30 de janeiro p. passado a Câmara Municipal de Nazaré da Mata, aprovou por unanimidade requerimento do vereador João Teobaldo de Azevedo Filho, "solicitando de V. Exa. todos os esforços no sentido de não permitir a aprovação de Projeto de Lei do deputado mineiro Altair Chaves, pretendendo a legalização da profissão do prático odontológico, com direito de atuação, como odontólogo.

Em sua justificativa declarou o parlamentar da Arena, que tal aprovação viria prejudicar aqueles "que após anos de estudos e tendo logrado o êxito da colação de grau no curso de "Odontologia", teriam as suas qualidades profissionais igualadas a pessoas possuidoras apenas de uma simples prática de trabalho.

Na mesma reunião, foi aprovado um voto de aplausos à Comissão de Saúde dessa Câmara pela rejeição do "referido Projeto de Lei.

Atenciosamente,

Severino Hermenegildo Patrício
Presidente

a) Severino Hermenegildo Patrício

15 FEB 78

INTE DO PRESIDENTE

Curpa-se. A Coordenação das
Comissões Permanentes. Em 06.04.78
Paulo Affonso M. de Oliveira
Sec-geral da Mesa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei nº 4.365, de 1977

"Cria o Registro Nacional de Banco de Dados e estabelece normas de proteção da intimidade contra o uso indevido de dados arquivados em dispositivos eletrônicos de processamento de dados.

AUTOR : Dep. FARIA LIMA

RELATOR: Dep. FERNANDO COELHO

R E L A T Ó R I O

O projeto de lei do Senhor Faria Lima, em mãos para relatar, visa à criação de um Registro Nacional de Banco de Dados sob a responsabilidade da CAPRE (Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico) da Secretaria do Planejamento.

Em sua justificação, S.Exa. aponta o Brasil como um dos dez maiores usuários de computadores do mundo, sendo a implantação desta indústria de cunho prioritário na área do Governo.

"A proliferação de Banco de Dados e sistemas eletrônicos de processamentos de dados afeta a capacidade do indivíduo de intervir nas decisões que lhe concerne". Com esse pensamento, o Autor desta propositura apresentou, recentemente, Proposta de Emenda à Constituição alterando o art. 153 que assegura aos brasileiros, além dos direitos constantes do dispositivo, o direito à informação.

Reconhecemos o valor inestimável da atual proposta visando controlar o fenômeno da informação e da dispersão de dados em nosso país e apontando nosso despreparo, em termos



de legislação, para disciplinar e controlar esse fenômeno.

O Projeto objetiva assegurar ao cidadão brasileiro o acesso à informação e o sigilo sobre seus dados pessoais. Menciona o risco de um controle social total do Estado sobre o indivíduo, caso o computador venha a ser utilizado como instrumento de repressão.

"É necessário que todos se preocupem com o perigo latente da adoção do código único de identificação que, no Brasil surge sob a sigla de RENAPE. Esse perigo não está no código, mas no que ele irá permitir - um super-arquivo (que será construído a partir das informações fragmentadas existentes)".

Embora reconheçamos os altos méritos da proposição, cabe-nos, por imposição regulamentar, analisá-la sob os ângulos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O Projeto esbarra de imediato com a Lei Maior, que dispõe sobre as áreas privativas do Senhor Presidente da República quanto às atribuições delegadas a órgãos públicos e que são de sua exclusiva iniciativa. Ainda, fere o art. 57 da Constituição em virtude de provocar aumento de despesa.

Constatada a eiva maior da inconstitucionalidade, não nos deteremos sobre os aspectos da juridicidade e da técnica legislativa, sendo que esta última mereceria sérios reparos se possível fosse contornar aquele vício.

V O T O

Vasado nos termos anteriores, somos força



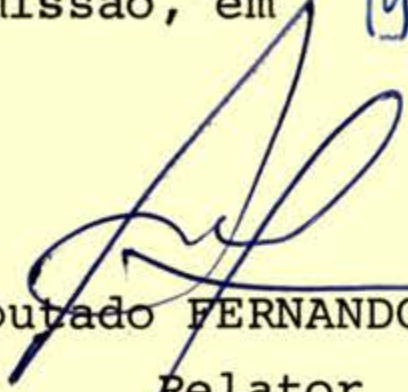
CÂMARA DOS DEPUTADOS



dos a rejeitar o Projeto de Lei nº 4 365, de 1977.

Sala da Comissão, em

19/abril/78


Deputado FERNANDO COELHO
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, em Reunião de sua Turma "B", opinou, unanimemente, pela inconstitucionalidade do Projeto nº 4.365/77, nos termos do parecer do Relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Jairo Magalhães - Presidente, Fernando Coelho - Relator, Afrísio Vieira Lima, Antonio Mariz, Celso Barros, Gomes da Silva, Henrique Córdova, Joaquim Bevilacqua, Lidovino Fanton, Luiz Braz e Tarcísio Delgado.

Sala da Comissão, 19 de abril de 1978.


Deputado JAIRO MAGALHÃES
Presidente


Deputado FERNANDO COELHO
Relator

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 4.365-A, de 1977

(DO SR. FARIA LIMA)



Cria o Registro Nacional de Banco de Dados e estabelece normas de proteção da intimidade contra o uso indevido de dados arquivados em dispositivos eletrônicos de processamento de dados; tendo parecer, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

(PROJETO DE LEI Nº 4.365, de 1977, a que se refere o parecer).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.365, de 1977

(Do Sr. Faria Lima)

Cria o Registro Nacional de Banco de Dados e estabelece normas de proteção da intimidade contra o uso indevido de dados arquivados em dispositivos eletrônicos de processamento de dados.

(Às Comissões de Constituição e Justiça e de Ciência e Tecnologia.)

O Congresso Nacional decreta:

I — Registro Nacional de Banco de Dados (RNBD)

Art. 1.º Fica criado o Registro Nacional de Banco de Dados (RNBD) com as informações enumeradas abaixo sobre os Bancos de Dados (BD) que sejam operados por ou em nome de:

a) todos os Organismos Governamentais, administração direta ou indireta dos vários níveis administrativos (Governo Federal, Governo Estadual, Governo Municipal);

b) todas as sociedades de direitos públicos;

c) todas as agências de detetives ou todas as organizações encarregadas de realizar pesquisas sobre moralidade, recursos ou conduta de outrem;

d) todas as pessoas ou organizações que comercializem informações estocadas em Banco de Dados;

e) todas as pessoas ou organizações que estejam em condições de fornecer informações sobre crédito, quer para suas filiadas, quer para terceiros, de forma remunerada ou gratuita.

Art. 2.º O RNBD referido no art. 1.º desta Lei conterá, para cada Banco de Dados, além de outros que poderão vir a ser estabelecidos, através de resoluções, as seguintes:

a) dados cadastrais da organização ou pessoa proprietária do Banco de Dados;



b) dados cadastrais das pessoas responsáveis pela administração do Banco de Dados;

c) dados cadastrais de todas as pessoas envolvidas no processamento das informações;

d) local onde está situado o Banco de Dados;

e) todas as características técnicas do Banco de Dados, que serão determinadas através de resoluções;

f) natureza dos dados arquivados ou que venham a ser posteriormente;

g) a finalidade para a qual se destina o Banco de Dados;

h) o público a que se destina o Banco de Dados.

Art. 3.º Todas as pessoas ou organizações responsáveis pelo Banco de Dados serão obrigadas a informar ao órgão responsável qualquer alteração das características técnicas do Banco de Dados relacionadas no art. 2.º desta Lei, dentro de um prazo de 30 (trinta) dias, a partir do dia que passou a ter efeito, sendo responsabilizados e submetendo-se ao exposto no art. 14.º

Art. 4.º A qualquer momento poderá ser determinada a exclusão de informações de um Banco de Dados, desde que julgada inconveniente a divulgação ao público destas informações por lesar os interesses de uma ou várias pessoas, ou que sua disseminação não atenda aos interesses do público em geral. Essa decisão levará em consideração possíveis distorções da finalidade última para a qual são utilizadas as informações constantes de um Banco de Dados.

Art. 5.º As organizações administrativas de Bancos de Dados terão um prazo não superior a 70 (setenta) dias após o fornecimento das características técnicas de um Banco de Dados, para receberem aprovação do funcionamento do mesmo. O mesmo prazo se aplicará para alterações das características técnicas do Banco de Dados.

Art. 6.º O público e, notadamente, os representantes da imprensa poderão, livremente, obter informações sobre as características técnicas do Banco de Dados, bem como das alterações que venham ocorrer.

Parágrafo Único. Os Bancos de Dados operados pela Polícia, Órgãos de informações e seguranças das Forças Armadas e Serviço Nacional de Informações serão registrados em separado, não tendo o público acesso aos mesmos.

Art. 7.º Deverá ser mantido pela administração responsável de um Banco de Dados um registro que conterá data, identidade do solicitante, natureza dos dados e motivo pelo qual as informações foram solicitadas. Deverão ser igualmente registradas todas as solicitações de alterações apresentadas.

Art. O órgão fiscalizador dos Bancos de Dados submeterão anualmente até o mês de março ao Congresso Nacional relatório cobrindo o ano civil precedente, no qual especificará o número total de Bancos de Dados inscritos no cadastro, as características técnicas dos mesmos e os administradores responsáveis. Deverá



constar, também, deste relatório, informações sobre os Bancos de Dados cuja inscrição tenha sido cancelada e os motivos.

O relatório poderá conter outras informações complementares e estatísticas que o órgão fiscalizador julgar conveniente adicionar.

Parágrafo Único. Toda pessoa que for objeto de cadastramento pela primeira vez de suas informações pessoais em um Banco de Dados, deverá ser notificada por escrito no período não superior a 30 (trinta) dias da ocorrência deste fato. Nesta notificação deverão constar todos os dados pessoais registrados.

Art. 9.º Todas as alterações das informações pessoais deverão, também, ser notificadas por escrito à pessoa a qual elas se referem, num período não superior a 30 (trinta) dias da ocorrência do fato.

Art. 10. A pessoa, de que trata o art. 9.º, poderá a qualquer momento, solicitar por escrito que lhe sejam informados os dados pessoais constantes de um Banco de Dados, mediante remuneração, cujo montante será estabelecido pelo órgão fiscalizador e deverá receber as informações solicitadas no prazo de 3 (três) semanas da data da solicitação.

Parágrafo Único. A pessoa que estiver respondendo processo por infringir a Lei de Segurança Nacional deverá fazer tal solicitação por via judicial.

Art. 11.º Todas as informações pessoais fornecidas em virtude do art. 10.º deverão ser acompanhadas de informação sobre a finalidade do Banco de Dados do qual elas são parte integrante e como elas foram obtidas.

Art. 12.º Toda pessoa que receber informações pessoais de acordo com os arts. 9.º, 10.º e 11.º poderão recorrer ao órgão fiscalizador ou judicialmente ao Banco de Dados, caso sua solicitação de correção de seus dados pessoais devidamente comprovados, não seja atendida.

Art. 13.º No caso de infração desta Lei pela administração do Banco de Dados, esta poderá ser advertida por escrito, ou até cassada sua autorização de funcionamento.

Art. 14.º Os administradores responsáveis por um Banco de Dados, para os quais se aplica a presente Lei, que infringirem o disposto nessa norma jurídica, cometem delito passível de penalidade que variará de 10 (dez) salários mínimos até 5 (cinco) anos de prisão.

Os administradores responsáveis de um Banco de Dados serão penalizados caso forneçam informações erradas ou prejudiciais à pessoa.

Art. 15.º Os operadores e demais pessoas envolvidas no processamento das informações registradas em um Banco de Dados, que infringirem o disposto nessa norma jurídica, cometem um delito passível de penalidade que variará de 5 (cinco) salários mínimos até 3 anos de prisão.

O mesmo se aplicará caso as pessoas acima citadas se utilizarem das informações registradas num Banco de Dados para quais-



— 4 —

quer finalidades sem prévia autorização escrita da administração do mesmo.

Art. 16.º Fica designado à CAPRE — Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento de Dados, como órgão responsável pelo registro nacional do Banco de Dados, pela autorização do funcionamento de organizações de Bancos de Dados, pela proteção da intimidade contra o uso indevido dos dados pessoais, bem como pela aplicação desta Lei.

Art. 17.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados os dispositivos em contrário.

Justificação

O Brasil já se inclui entre os dez maiores usuários de computadores do mundo. Somos superados, apenas, pelo Japão, no sistema de crescimento de nosso parque de equipamentos.

Há previsão de que tenhamos, aproximadamente, 15.000 centros de processamento eletrônico de dados no início da próxima década.

É prioridade governamental a implantação da indústria de computadores em nosso país.

Estas fabulosas máquinas têm assumido um papel importante no processo de modernização de nossa sociedade. O contacto do brasileiro com o computador é crescente: contas de luz, telefone, água, gás, esgoto, impostos e taxas, licenciamento de veículos, reserva de passagem aérea e até a loteria esportiva são algumas das atividades através das quais o brasileiro percebe a ação dos computadores.

Neste mundo tecnológico em que ingressamos, a informação é tão vital como a água e a luz.

O fenômeno da explosão de informações está sendo controlado com a utilização de sistemas eletrônicos de processamento de dados. O ritmo com que o homem gera informações é algo fantástico pois a cada 14 meses dobramos o volume de informações à disposição da humanidade.

A possibilidade de paz no mundo aumenta proporcionalmente ao nível de intercâmbio de informações.

Poderíamos afirmar, também, sem risco de erro, que a informação é um dos principais elementos do poder.

Voltando à realidade brasileira, verificamos que nestes 20 anos o desenvolvimento da informática foi grande; o computador não é mais uma super máquina de escrever, de luxo, um símbolo de status.

TP (Teleprocessamento), DB (Banco de Dados) e "processamento distribuído" são as palavras-chave do momento, no setor.

Nestas duas décadas, criamos um mercado de segunda mão de equipamentos; desenvolvemos uma rede de centros de serviços de dados: geramos uma massa crítica de técnicos de alto nível; assistimos à propagação de cursos especializados em informática; vivemos as primeiras tentativas de regulamentação da profissão de programador, operador de teclado, analista de sistema; estru-



turamos e consolidamos entidades de classe; cresceu tanto esse setor dinâmico e estratégico que o Governo foi obrigado a criar uma estrutura burocrática para controlá-lo.

Crimes cometidos com computadores já não são apenas passagens de literatura estrangeira.

Nosso País está despreparado, em termos de legislação, para disciplinar e controlar esse fenômeno no mundo informático que criamos.

Domar o uso destas novas técnicas e inovações tecnológicas é a principal tarefa dos legisladores, neste final de década.

Nesta transformação qualificativa por que passou nossa sociedade com a vivência simbólica com as "supermáquinas", uma série de novos problemas surgiu, destacando-se a preservação dos fundamentos sobre os quais repousa a Democracia.

O direito à intimidade deve ser assegurado para garantir a liberdade — essência do homem — e, para tanto, exige que disciplinemos a utilização de computadores, em especial daqueles que tratam com informações de caráter pessoal.

É preciso legislar visando a garantir a confiança do público para o bom uso dos dados que deverão revestir-se de sigilo, apenas quando traduzirem aspectos de segurança nacional.

O Brasil é, hoje, um imenso banco de dados (em termos técnicos é um arquivo eletrônico de grande capacidade de armazenamento e fácil acesso).

Ao cidadão brasileiro deve ser dado saber o que se passa — princípio de acesso à informação; deve ter confiança no método de decisão adotado — princípio da imparcialidade e deve ter assegurado o sigilo sobre seus dados pessoais.

A proteção da intimidade é reconhecida como um dos direitos humanos (Art. 12 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembléia Geral da ONU em 10-12-1948), sendo uma das principais preocupações das democracias modernas. Afinal, não é difícil perceber o risco de um controle social total do Estado sobre o cidadão, caso o computador venha a ser utilizado como instrumento de repressão.

Esse é, talvez, o motivo fundamental para a recusa da idéia de um número único para identificação dos indivíduos, por parte das democracias ocidentais.

Alemanha, França, Itália, Estados Unidos, Japão, Austrália e Inglaterra disseram "Não" à tese.

O preço de uma otimização administrativa seria muito caro: — a liberdade do cidadão e o sacrifício da Democracia.

Temos certeza de que o brasileiro está disposto a pagar pela proteção à intimidade. Administrar a confidencialidade passou a ser uma aspiração e necessidade atuais.

Nenhuma lei é capaz de impedir que um processo inescrupuloso de fazer mal uso de seu poder. Somente a Nação alerta poderá neutralizar essa anomalia.



— 6 —

O Congresso Nacional levantando este problema passou a provocar o debate nacional sobre o assunto.

C. Salvaguardas devem ser desenvolvidas, visando a proteger o cidadão contra consequências potencialmente danosas da má utilização de sistemas eletrônicos de processamento de dados, que utilizem bancos de dados constituídos com informações pessoais.

Não estamos falando sobre possibilidades remotas, mas da realidade dos dias de hoje.

O problema é complexo e não suportaria solução simplificada. É necessário que todos se preocupem com o perigo latente da adoção do código único de identificação que no Brasil, surge sob a sigla RENAPE. Esse perigo não está no código, mas no que ele irá permitir — um super-arquivo (que será construído a partir das informações fragmentadas existentes).

Estas são as motivações que nos levaram a propor à alta consideração da Câmara dos Deputados o presente projeto de lei — resultados de estudos comparados que fizemos em outras legislações estrangeiras sobre o assunto.

Sala das Sessões, 26 de outubro de 1977. — **Faria Lima.**

LOTE: 52
CAIXA: 183
PL N° 4365 de 1977
29



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

ANEXAR AO PROJETO DE LEI Nº 4.365/77,
DO SR. FARIA LIMA;



A INFORMÁTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA : EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS



CAPÍTULO I:

A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

De um modo geral, não seria válido separarmos o processo evolutivo da utilização de recursos de processamento eletrônico de dados na Administração Pública, da iniciativa privada. De fato, apesar de, nos últimos anos, a iniciativa privada ter assumido a vanguarda na introdução de novas técnicas, a defasagem da Administração Pública, em relação à iniciativa privada, vem gradativamente diminuindo com o passar dos anos.

oção (?)

Se por um lado, não existe um poder coordenador central na iniciativa privada - aliás, nem caberia a existência desse poder, pelas próprias características de nosso regime democrático - existe o processo normal de concorrência de mercado, em que as empresas de ramos afins, procuram incessantemente superar suas deficiências administrativas, de produção e de Marketing, a fim de conseguirem uma posição de destaque entre as suas congêneres. Entretanto, a Administração Pública, como um todo, é indivisível, já que o conjunto de órgãos que a compõe, tem objetivos semelhantes, apesar de atuarem em áreas diferentes. Em síntese, os diversos órgãos da Administração Pública não concorrem entre si, o que não quer dizer que não se busque incessantemente um aperfeiçoamento dos métodos de trabalho, para que o Governo possa, como um todo, melhor servir e coordenar as diversas atividades da Nação.

Até tempos recentes, notava-se que a introdução das técnicas de processamento de dados na Administração Pública, dependia quase que exclusivamente do poder de persuasão e de Marketing dos fornecedores de equipamentos, bem como dos critérios pessoais dos administradores públicos afetos ao problema. Felizmente, os pequenos entraves burocráticos da máquina administrativa, serviram de anticorpos para que essa introdução desordenada de equipamentos, não alcançasse proporções relevantes.

Uma das primeiras tentativas sérias de se ordenar e controlar as atividades de processamento de dados na área pública, foi efetuada com a constituição do Serviço Federal de Processamento de Dados-SERPRO, nos idos de 1964. Seguindo esse exemplo, vários outros órgãos da Administração Pública Federal, assim como os Governos Estaduais e Municipais, constituíram núcleos de processamento de dados, embora por caminhos diferentes : a maioria revestidos da forma jurídica de empresas - Sociedades de Economia Mista ou Empresas Públicas; - outros, por intermédio de Fundações e ainda outros, como Órgãos Autônomos.

Com a criação desses órgãos, vários problemas de difícil solução para a Administração Pública, foram equacionados e muitos até resolvidos, a saber :

1. o estabelecimento de condições equânimes com a iniciativa privada, em termos de seleção de pessoal técnico e de política salarial.
2. o aumento da flexibilidade operacional e administrativa, imprescindível à condução dos negócios num ramo tecnológico.
3. a criação, no seio da Administração Pública - se bem que por um processo de geração de necessidades - de uma infra-estrutura de recursos humanos necessária à alimentação dos sistemas em implementação.

Também, até hoje, ressen-te-se a Administração Pública de males semelhantes àqueles da iniciativa privada, dentre os quais destacam-se, principalmente, aqueles ligados à área de pessoal técnico especializado e os de conscientização dos administradores para a introdução de avançados recursos tecnológicos. O primeiro desses problemas, seja, o da formação de pessoal técnico, voltado exclusivamente para a utilização de equipamentos, somente será superado, quando se conseguir maturação plena do mercado de processamento de dados. Provavelmente, para os especialistas em processamento de dados, o



gundo desses problemas, qual seja, o de conscientização do administrador para a introdução de recursos tecnológicos, está sendo, a nosso ver, superado mais celeremente que o primeiro.

30m! A rigor, o que se pode afirmar é que, dos recursos disponíveis em processamento eletrônico de dados, somente estão sendo bem explorados aqueles intrínsecos aos dos equipamentos, enquanto que os voltados ao nível operacional da Administração Pública, no que tange à gestão dos negócios pela melhoria do atendimento ao público, ainda se encontram em fase embrionária. Ao enfocar de maneira realista estes aspectos, estamos efetuando uma crítica, almejando unicamente expor a imagem real de nossa conjuntura, certos de que contribuiremos para novas perspectivas.

Cumpre-nos, então, ressaltar que, a ocorrência de tais eventos, à primeira vista censuráveis, são, apesar de seu custo, admissíveis, como próprios de um estágio natural da evolução do uso de processamento eletrônico de dados. O que não é permissível é que, diante do conhecimento dessas distorções, haja continuidade dos fatos, sem que se provoque uma aceleração para os novos enfoques de tratamento automatizado da informação que, de certo modo, já estão incorporadas ao consenso geral. Também, é importante frisar que, deve ser freada a tomada de posição ilusória e alicerçada em idealismos desmedidos, muito comum quando se tentam sistemas globais de informação gerencial, que somente sobrevivem no papel, por não levarem em consideração a própria sociedade humana. Em síntese, o estágio embrionário do tratamento automatizado da informação não é passado, pois seu fantasma continua presente por dois motivos predominantes :

1. através da inexperiência do pessoal técnico especializado, com relação aos problemas da administração e, na própria falta de sensibilidade para captá-los;
2. por intermédio da inexperiência dos usuários, com relação à problemática do tratamento automatizado da informação, geralmente encorado por caminhos extremos: subestimando ou superestimando, quando é sabido que, entre os extremos, a humanidade caminha pelo do meio.



A afirmação de que os profissionais de processamento de dados chegam a desconhecer até seus próprios problemas, não é acintosa. Na realidade, essa deficiência decorre do generalismo que se pretende imprimir à formação do pessoal técnico, forçando-os a assimilar conhecimentos das diversas áreas :

- . estratégia de sistemas, Software, Hardware, técnicas de programação, administração, etc.



CAPÍTULO II:

O CONTROLE NORMATIVO E DISCIPLINADOR DO PROCESSAMENTO DE DADOS

Já dissemos que na iniciativa privada não seria lícito nem cabível esperar pela existência de um órgão normativo e controlador das atividades de processamento eletrônico de dados. Em seu contexto somente são válidas as associações de usuários ou de técnicos. De fato, há vários anos que, a iniciativa privada, no Brasil, trilhou esse caminho, inicialmente com a constituição da ABRACE e, posteriormente, com a criação da SUCEsu, experiência que frutificou, como se depreende da própria realização deste Congresso.

Na Administração Pública, a primeira experiência de constituição de um órgão normativo e disciplinador, surgiu no Estado de São Paulo, com a criação do Conselho Estadual de Processamento de Dados, que se tornou operante a partir de 1969. Posteriormente, o Governo Federal criou a Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico - CAPRE, vinculada à Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Logo a seguir, alguns outros Estados da Federação criaram seus Conselhos Estaduais de Processamento de Dados.

Como se pode depreender dos próprios decretos de constituição dessas entidades, elas objetivam fundamentalmente estimular o uso racional e disciplinar, por todos os meios a seu alcance, o crescimento da estrutura computacional na administração pública, orientando a contratação de equipamentos de processamento de dados, a formação de recursos humanos, o intercâmbio de know-how entre os diversos órgãos e, até mesmo, traçando objetivos para as diversas unidades executivas existentes.

Para quem tem acompanhado de perto as atividades desses Conselhos e Comissões, é fácil observar que, apesar de ingentes esforços, no sentido de disciplinar a contratação e a utilização de equipamentos e técnicas de processamento de dados, no sentido de criar uma infraestrutura de recursos humanos, suas atividades são limitadas. Esse

CAPÍTULO II:



limitação decorre de vários motivos :

1. pela própria natureza do instrumento jurídico que as criou.
2. pelo seu isolamento dos próprios órgãos de processamento de dados.
3. pela inexistência, até pouco tempo, de uma infraestrutura educacional na área de processamento de dados.
4. pela própria característica estrutural das entidades públicas em receberem a introdução de recursos tecnológicos avançados.



CAPÍTULO III:

A NATUREZA JURÍDICA DOS ÓRGÃOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

É quase consenso geral que, um órgão de processamento de dados na Administração Pública, deva ser constituído na forma de empresa : Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista. É chegada a hora de revermos esta posição.

Vamos partir do pressuposto de que um órgão de processamento de dados da Administração Pública deva basicamente e, até mesmo, exclusivamente, prestar serviços ao poder público. Posto isto, apresentamos as seguintes inconveniências para uma empresa destinada a esse fim.

1. normalmente, seu " overhead " é bem superior àquele de um órgão da Administração Centralizada, visto que a empresa necessita possuir controles administrativos e financeiros próprios, possuir amparo jurídico, através de uma assessoria ou departamento, necessitar da formalização de contratos, faturas de serviços prestados, etc.;
2. a empresa incorre no pagamento de tributos de toda a sorte, alguns dos quais, a Administração Centralizada está isenta, o que, de certo modo, aumenta o custo dos serviços prestados;
3. a empresa tende a ser mais liberal que a Administração Centralizada;



CAPÍTULO III:

4. é comum verificar-se, com o passar dos anos, que as empresas, no afã de obterem lucros ou resultados operacionais satisfatórios, tentam ampliar seus mercados, divergindo dos objetivos iniciais de sua criação e, até mesmo, isolando-se dos Ministérios ou das Secretárias de Estado, aos quais estão vinculadas.

Entretanto, nota-se que, não existe no Direito Brasileiro uma figura jurídica intermediária, que possibilite associar as vantagens da Administração Centralizada àquelas decorrentes de uma empresa. Com efeito, persistem no âmbito da Administração Centralizada, os seguintes impasses: inexistência de política salarial compatível com a do mercado de trabalho; ausência de flexibilidade operacional coerente com a dinâmica dos serviços a serem desenvolvidos.

Em síntese, não estamos questionando a figura do Estado Empresário, pois é lógico que ela ^{tem seu papel na solução dos} ~~é inegavelmente a melhor solução para~~ os problemas estratégicos nacionais ou àqueles de atendimento à comunidade. O que propomos é que se busque uma solução intermediária para os serviços, cuja natureza seja o de atendimento direto e exclusivo à própria Administração Centralizada.



CAPÍTULO IV:

AS DEFICIÊNCIAS CRÔNICAS NO PROCESSAMENTO

ELETRÔNICO DE DADOS

Muito se tem propalado sobre a ociosidade de equipamentos de processamento de dados. Também, não somos contra esta tese. Mas achamos que, o problema se reveste de características mais graves, pois o fantasma da ociosidade é menor que outros males que afligem o processamento de dados na Administração Pública.

De certo modo, demos um grande passo ao evitarmos a aquisição descontrolada e perniciosa de equipamentos que, certamente, teriam baixa utilização, mas, não evitamos o flagrante desperdício representado pela execução de iguais ou semelhantes tarefas em computadores eletrônicos da Administração Pública. Ainda mais, não evitamos, pela ausência de intercâmbio tecnológico entre os próprios órgãos da Administração Pública, o flagrante desperdício de recursos humanos, gerado pelo desenvolvimento de sistemas ou de "packages" absolutamente de mesmas características.

Quem já percorreu mais de uma dezena de órgãos de processamento de dados da Administração Pública, nota, freqüentemente, o seguinte estado de coisas :

1. vários deles, alocando recursos humanos e materiais para o desenvolvimento de Software de mesmas características;
2. diversos deles, tentando constituir banco de dados redundantes, isto é, com grande parte de dados comuns;
3. outros, simultaneamente, disputando especialistas no mercado, para desenvolverem projetos semelhantes ou ainda, o que é pior, uns aliciando pessoal técnico dos outros:



4. recursos de equipamentos, possuídos por alguns órgãos e com baixa utilização, são também contratados por outros órgãos para incorrerem no mesmo erro.

É nesse aspecto, que chamamos a atenção para os Conselhos e Comissões encarregados da fiscalização, das atividades de processamento de dados, visto que, o simples julgamento da eficiência e eficácia de um Centro de Processamento de Dados, não pode ficar adstrito ao número de horas de utilização de equipamentos. Ainda mais, é nosso entender que as entidades coordenadoras deveriam funcionar, não apenas na fiscalização desses paralelismos, mas no disciplinamento das competências dos centros de processamento de dados. De fato, se estamos dentro de um mesmo sistema, cujo único objetivo é o de bem servir, com o menor custo possível, não existem razões para que o trabalho seja isolado. Em apoio de nossas observações, é suficiente atentarmos para os seguintes sistemas desenvolvidos pelos diferentes Estados da Federação :

- elaboração e controle orçamentário;
- arrecadação de impostos;
- controle de infrações de trânsito;
- administração de pessoal, etc. .

possuindo, todos eles, de Estado para Estado, características quase que iguais. Cabe-nos, então, indagar se os procedimentos operacionais de controle administrativo de um Município são diferentes dos outros ? e dos Estados ? ou será que os investimentos de centenas de milhões de cruzeiros em equipamentos de processamento de dados, para realizarem tarefas similares e algumas em paralelo, são mais importantes do que aqueles destinados à Saúde, à Educação, etc. ? ou será que dispomos de recursos humanos excedentes na área de processamento de dados, para nos permitirmos a esses desperdícios ?

CAPÍTULO IV:



3.

É claro que necessitamos preservar a liberdade da escolha e da decisão dos órgãos e entidades da Administração Pública, porém, deverá ser respeitada a prevalência do interesse nacional sobre o interesse particular de cada órgão, o que só se tornará factível com o estabelecimento de uma severa política disciplinadora que abranja a Administração Pública como um todo.

CAPÍTULO V:OS RESULTADOS OBTIDOS COM O PROCESSAMENTO DE DADOS
NA ÁREA PÚBLICA

Atualmente, pode-se verificar, com maior ou menor intensidade, um grau de satisfação do administrador público, com relação aos controles que lhe são propiciados pelo processamento eletrônico de dados.

Porém, para a introdução desses controles e, em última instância, para a implantação dos sistemas que propiciem a obtenção desses controles, o contribuinte tem sido chamado sistematicamente para o preenchimento dos mais diversos formulários e conseqüente atualização dos mesmos. Nota-se que o público em geral, não sentiu os benefícios acarretados pelo preenchimento de formulários com informações minuciosas, datilografadas ou escritas em letras de forma, dentro de quadradinhos simétricos, sem rasuras.

Para o público em geral, os computadores eletrônicos são máquinas fabulosas que, simplesmente, fiscalizam suas atividades e aceleram e aperfeiçoam os procedimentos para puní-los : quer pelo não recolhimento do imposto, quer por infringir uma norma de trânsito e até mesmo, por não se recadastrar. Com esse público, não são compartilhados os benefícios proporcionados pelo processamento eletrônico de dados. Muito pelo contrário, as filas para obtenção de certidões negativas de impostos, para o recolhimento de tributos de um modo geral, enfim, para toda a sorte de serviços, permanecem inalteradas há várias décadas, apesar do volumoso trabalho de preenchimento de formulários de controle, sem emendas e sem rasuras, projetados e constantemente reprojitados por especialistas.

É chegada a hora de transferir ao público uma parte desses benefícios, facilmente visualizados, através de :

CAPÍTULO V:



2.

1. introdução de sistemas automatizados para a emissão de certidões negativas. Afinal, as informações não estão cadastradas em banco de dados ?
2. introdução de técnicas que visem a acelerar a inscrição do público nos diversos setores da administração;
3. eliminação de formulários redundantes, isto é, que apresentem muitas informações em comum ;
4. introdução de uma sistemática que torne disponível, a qualquer momento, ao público, as informações que ele realmente necessita ;
5. incrementação da implantação de sistemas nas áreas sociais : Educação, Justiça, Saúde Pública, Segurança, etc. .

OGN/el...

17.10.1975

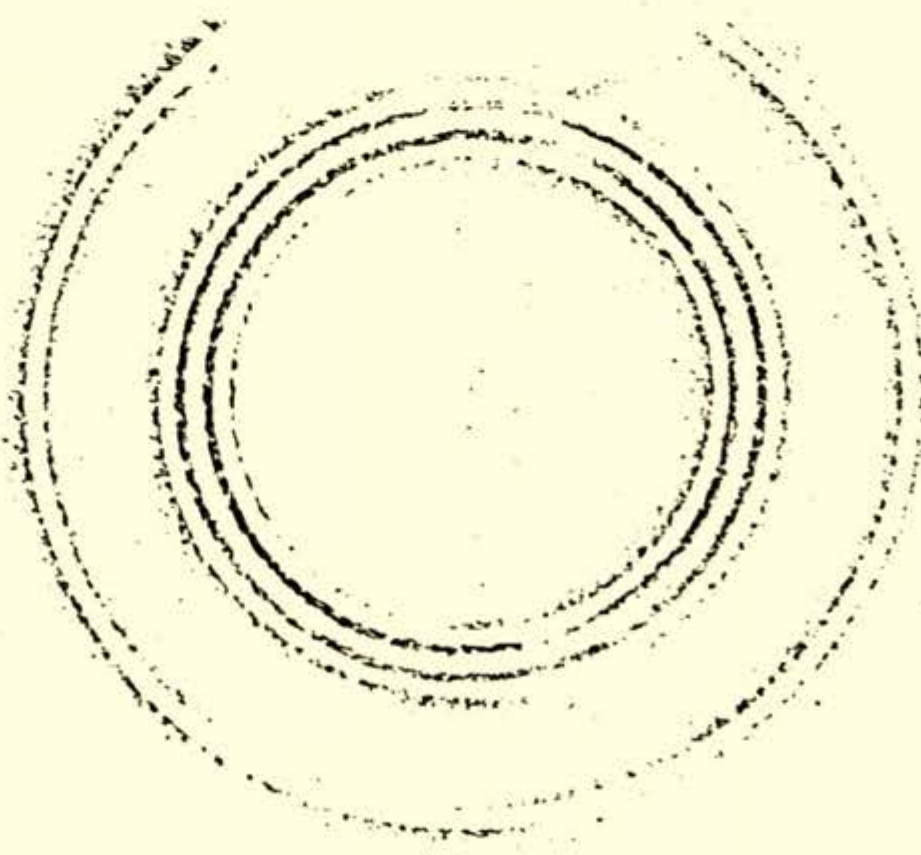


DESTAQUE

MARIA TEREZA DE OLIVEIRA

A privacidade ameaçada

A grave ameaça à integridade do cidadão, iminente no desenvolvimento tecnológico galopante da sociedade, já é matéria de legislação especial em muitos países. Urge, portanto, que a questão no Brasil também comece a ser levantada.





DESTAQUE

A disseminação galopante das inovações tecnológicas conhecidas geralmente sob o nome de sistemas de computador teve entre outros efeitos o de ampliar para horizontes inimaginados as facilidades de coleta, armazenamento e processamento de dados sobre os indivíduos.

Estudos promovidos por universidades, publicações especializadas e a imprensa têm destacado em âmbito mundial e segundo diferentes níveis de preocupação a polêmica sobre a capacidade, sem precedentes, dos modernos computadores.

Os países desenvolvidos do mundo ocidental, onde o avanço tecnológico é a ponta de lança da economia, as questões relativas à informática têm sido objeto de debates cada vez mais freqüentes. Esses debates ocorrem tanto ao nível dos governos como entre os fabricantes, neles intervindo também o público.

Os organismos internacionais como a UNESCO e o Conselho da Europa, pronunciando-se sobre o assunto, recomendam uma linha de conduta única, a nível mundial, para a resolução dos problemas emergentes. No entanto, no estágio atual, cada um dos países interessados procura encontrar suas próprias soluções.

A questão-chave da discussão de que tratará esse artigo é a capacidade do computador, ou dos sistemas de computadores, de processar para qualquer fim as informações pessoais e confidenciais, fator de profundo impacto potencial sobre os direitos humanos, atingindo o que se convencionou chamar a privacidade individual. Na medida em que nos Estados Unidos e nos países de economia avançada da Europa Ocidental o público vem tomando conhecimento desse processo, sua atitude tende a mudar. Essa mudança vem sendo sentida nos últimos anos, destacando-se as preocupações pelos registros gravados: sua forma, conteúdo e finalidades.

Os indivíduos fornecem informações pessoais porque desejam ou precisam obter em troca privilégios, bens e serviços públicos. Algumas informações são dadas voluntariamente, para a obtenção de cartões de crédito, abrir crediários, etc. Outras são requeridas por lei, como é o caso das que se destinam aos censos e arquivos de assistência social. O crescimento e o aumento da complexidade das sociedades repercutem diretamente nas técnicas de tratamento das informações. Governos federais e administrações locais solicitam cada vez mais dados para as tarefas de planejamento: em transportes, serviços de utilidade pública, do uso do solo, etc. Da mesma forma, a indústria, financeira e de créditos, mais e mais exige e colhe informações sobre pessoas, o mesmo acontecendo com a pesquisa social, os organismos de assistência hospitalar e de saúde e as instituições educacionais. Deste modo, a massa de dados cresce em proporções geométricas.

RESUMO: A privacidade envolve uma extensa gama de atividades cujo controle e decisão cabem ao indivíduo. Por outro lado, vale lembrar que a privacidade e o identificador universal se situam ao nível de fenômenos sociais inabordáveis do ponto de vista individualista. No momento em que estudos são feitos visando à implantação do número único, levantando-se o problema da privacidade, é feita numa extensiva análise das medidas tomadas neste sentido nos países escandinavos, na República Federal da Alemanha, nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França e no Brasil.

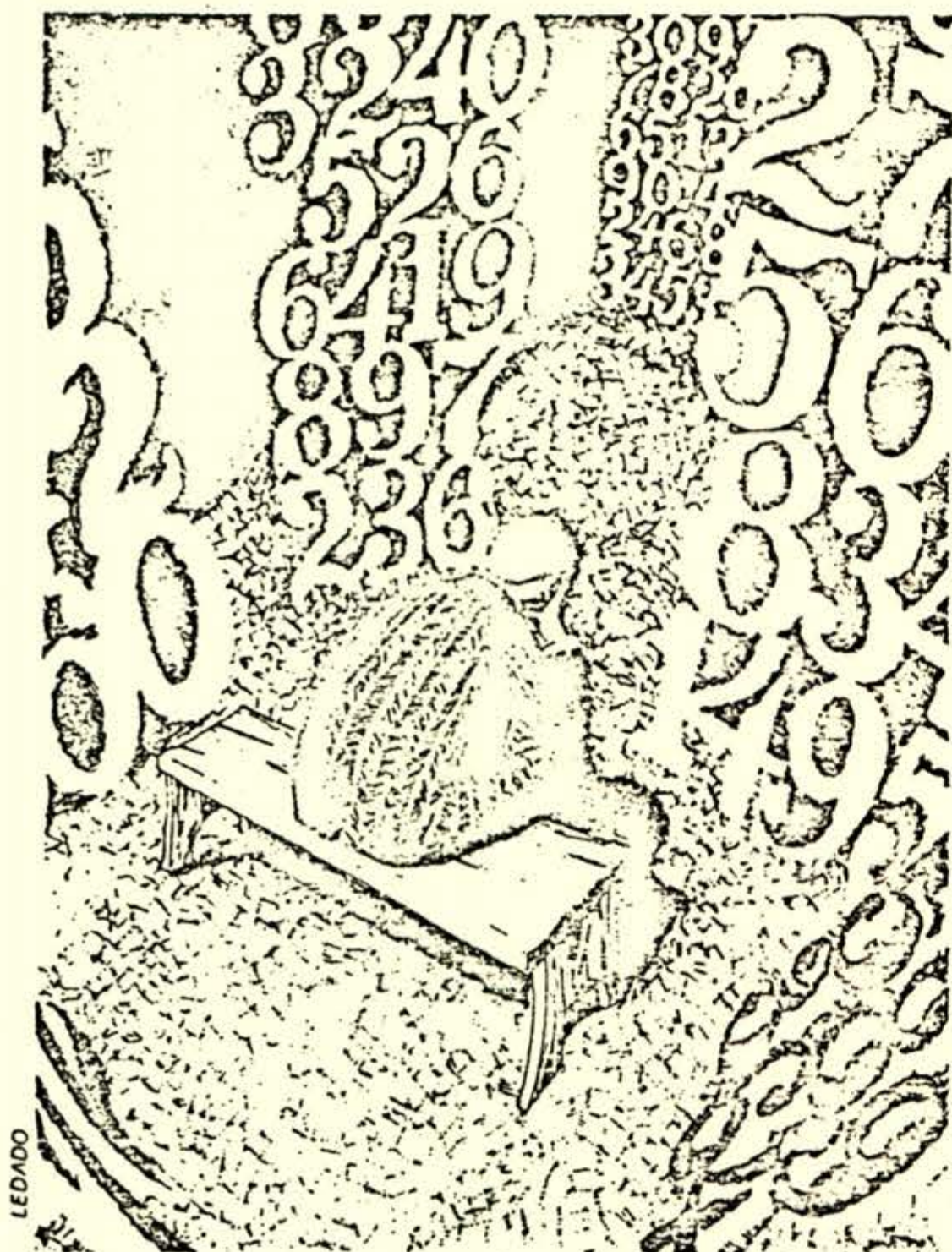
Os efeitos sociais do desenvolvimento tecnológico atingem uma larga escala de variáveis que vão desde os benefícios e mudanças salientadas pelos organismos internacionais, até as alterações no comportamento e nas atitudes das pessoas. A introdução maciça da computação tende a uma standardização generalizada da linguagem e do raciocínio, atingindo setores básicos da sociedade tais como: a pedagogia, os serviços sociais e a medicina (sobretudo no que diz respeito à política psiquiátrica).

De modo geral, as legislações não possuem efeitos significativos sobre a indústria de equipamentos que se manifesta como grupo de pressão ao intervir junto às autoridades, para reforçar esta ou aquela orientação legal, visando a disposições que passem ao longo da autonomia industrial. Os grandes usuários dos sistemas de informática são, hoje, quase todos os países, o governo, as empresas públicas e privadas e os serviços de polícia. As organizações internacionais, prevendo as possíveis consequências negativas do desenvolvimento tecnológico sobre a sociedade, recomendam: que se identifiquem as dimensões do problema; que se crie uma regulamentação eficaz; que as questões se resolvam dentro do âmbito institucional legal.

PALAVRAS-CHAVE: privacidade, segurança de computador, Brasil, Inglaterra, França, Escandinávia, Alemanha Ocidental, Estados Unidos, política de informática, desenvolvimento tecnológico.

Na base do processo estão os próprios cidadãos que fornecem os dados sobre eles mesmos. Ocorre, contudo, que a atitude dos indivíduos ao fornecer os dados é de credulidade, porquanto eles acreditam estar dando informações que serão utilizadas da melhor forma, no sentido de seus melhores interesses e somente para os objetivos que lhes foram apresentados inicialmente. Daí a surpresa, e não raro a indignação, ao constatarem que as informações são ou podem ser usadas para fins completamente diferentes. Desde logo não é difícil que a pessoa perceba que não só suas características de identificação são conhecidas, armazenadas, comparadas, processadas, mas até mesmo os detalhes de sua vida íntima se encontram organizados em algum registro, fita gravada ou cartão perfurado, sendo passíveis de publicidade ou manipulação para os mais diversos fins. Ao cidadão que presta uma informação mesmo confidencial e sob regime de anonimato, as garantias de inviolabilidade permanecem poucas e de discutível confiabilidade: é perfeitamente possível, através de diversos cruzamentos estatísticos e tratamento de variáveis, identificar os informantes teoricamente anônimos de uma pesquisa, por exemplo. Casos como esse já ocorreram: a polícia americana não hesitou em utilizar esses métodos para identificar os informantes de uma pesquisa sobre o uso de tóxicos¹.

A um nível regional, informações como o nome e o endereço da pessoa bastam para identificá-la. Por outro lado, a inclusão em documentos do nome de solteira da mãe é um exemplo clássico de método para identificação de pessoas.



Nos demais níveis, como o federal, outros documentos passam a ser utilizados na qualidade de autenticadores de identidade: o CPF no Brasil, o Social Security Number nos Estados Unidos, o Numéro de Sécurité Sociale na França.

O incremento de cadastros incluindo identificadores deste tipo encoraja e favorece a troca de informações entre instituições e agências, sejam elas públicas ou privadas, permitindo na prática seguir passo a passo os cidadãos em seus deslocamentos, afazeres, distrações e demais atividades. Tal método pode ainda funcionar como chave para combinar informações de várias procedências: desde que uma pessoa esteja listada num cadastro automatizado, ela não tem nenhum meio de controle efetivo sobre a utilização das informações contidas no registro. E neste ponto que se delineiam ameaças aos direitos humanos, já que se apresenta a questão dos "erros da máquina". O computador, como é de conhecimento público, é uma máquina que opera com informações fornecidas pelos técnicos que com ela lidam. Acontece frequentemente, porém, que os dados processados são de exatidão duvidosa. Os dados originais podem ser corretos mas as codificações intermediárias e as consolidações posteriores podem levar a resultados equivocados pelos motivos mais diversos: desde a incompetência na confecção dos formulários até a formação de arquivos a partir de outros de história e nuances desconhecidas, sendo vasta a gama de possibilidades de conduzir a informações finais incorretas. A manipulação dessas informações pode ter consequências indesejáveis para muitas pessoas. O que ilustra a vulnerabi-

lidade do computador, seu baixo índice de confiabilidade em se tratando de matéria tão delicada como as informações dados sobre os cidadãos.

Por fim, é interessante frisar uma outra consequência do processo de automatização dos dados: a concentração das informações sobre os indivíduos. Há uma tendência para reforçar isto, através dos bancos de dados públicos ou privados e dos supersistemas de computadores, proporcionando certamente facilidades administrativas, mas por outro lado constituindo uma ameaça às liberdades individuais. O processo de crescimento, coleta e controle das informações pessoais, torna-se cada vez mais um problema real para o indivíduo que:

- ☐ vê sua privacidade invadida e seus direitos ameaçados;
- ☐ pode constatar a centralização do controle da informação;
- ☐ fica exposto a danos e prejuízos resultantes da incúria com que são mantidos registros e arquivos pouco confiáveis;
- ☐ fica a mercê da possibilidade de acesso e uso ilegal de dados por parte de terceiros.

Tendo chegado a esse ponto, o homem contemporâneo pode ter sua reputação ameaçada ou destruída, assim como seu status financeiro ou sua posição na sociedade. Pior do que ficar exposto a manipulação de informações nem sempre completas e não raro errôneas, o indivíduo se acha preso numa verdadeira rede de controles — público, privado, policial e hospitalar — ou seja, desde já face a face com os monstruosos sistemas previstos por George Orwell para o não longínquo 1984.

As principais soluções

A disseminação da informática está produzindo mudanças nas sociedades a nível institucional — administrativo, econômico, político — assim como entre os indivíduos em relação a comportamentos e atitudes. Mudanças estas que frequentemente se manifestam de maneiras semelhantes nos países desenvolvidos, ainda que algumas possuam características próprias nacionais.

Sobre os Estados Unidos da América importa lembrar que lá se situa a mais importante sede da tecnologia contemporânea. Lá estão baseados os grandes trustes que controlam o mercado da informática, o que não chega a surpreender, na medida em que aquele país é também o pólo sócio-econômico mais importante dentre os que regem o sistema capitalista. Por outro lado, a sociedade norte-americana é rica em aspectos que a capacitam a reações rápidas quando confrontada com certos tipos de problemas. O debate político institucional, a relativa permissividade quanto a defesa de pontos de vista bastante variados, a preocupação às vezes exarcebada ao nível individual pelos direitos do cidadão, a atuação dos grupos de pressão, comitês de bairro etc. propiciaram uma rápida reação crítica face aos problemas da privacidade. São condições favoráveis para que os EEUU forneçam um cenário privilegiado, onde os problemas



DESTAQUE

de recursos tecnológicos, vários projetos de lei têm sido cogitados. A complexidade da estrutura administrativa alemã dificulta a compreensão da situação ao intervir com complicados canais de controle que promovem a cooperação entre os três níveis administrativos — o Federal, o Cantonal (Länder) e o Municipal.

A situação não é, contudo, basicamente diferente da de outros países altamente industrializados. A Alemanha tem implantado sistemas de informações e bancos de dados de grande porte. Entre os mais avançados estão os sistemas de informações criminais e um sistema de informações para os três serviços secretos alemães, sobre os quais sabe-se nada ou muito pouco.

No fim da década de 60, as primeiras preocupações com consequências sociais inerentes aos grandes sistemas de computador foram levantadas. Nesta época, a imprensa alemã começava a noticiar o interesse crescente do público americano pelo assunto, e a notícia da introdução iminente de um identificador universal despertou a atenção pelo tema. Uma campanha de persuasão através dos meios de comunicação e a apresentação de anteprojetos de lei regulamentando a introdução dos sistemas de computadores foram medidas que evitaram a intervenção direta de grupos de pressão, limitando o debate ao âmbito das esferas administrativas. A natureza da estrutura constitucional alemã é responsável em grande parte pela confiança pública de que gozam os projetos de lei. Ela possibilita, por outro lado, maior controle da questão pelos poderes executivo e legislativo do que na América do Norte. Não obstante, a proteção dos dados relacionada diretamente com o problema da privacidade tornou-se a palavra-chave de uma discussão que ultrapassou o círculo restrito dos legisladores, especialistas em computação e grupos interessados no uso do ADP (*Automatic Data Processing*) vindo sensibilizar recentemente o público alemão.

A nível federal, dois projetos de lei estão para ser aprovados: um sobre o Registro da População e outro sobre a Proteção dos Dados. O primeiro tem como objetivo fornecer subsídios legais para o sistema de cadastramento populacional, contendo igualmente as normas básicas para o estabelecimento de um número único, cuja adoção estava prevista para 1975. Neste o alcance dos dados pessoais será consideravelmente aumentado para satisfazer as funções dos *pools* centrais de informação que servirão às instâncias administrativas. A lei contém alguns dispositivos visando à proteção da privacidade individual. Estas disposições, porém, foram consideradas, por certos setores da crítica, vagas demais para garantir uma proteção suficiente.

Considerando as largas consequências que pode provocar a introdução de um identificador universal, o Bundestag exigiu que fosse aprovada uma lei federal para a proteção dos dados. Foi decidido que a lei sobre o Registro de População não será aprovada sem que a lei federal sobre proteção de dados tenha entrado em vigor. Esta foi preparada pelo Ministério do Interior. Seu campo de aplicação é bastante amplo, compreendendo tanto os setores públicos como o privado e é aplicável — assim como a legislação sueca e a holandesa — tanto ao processamento de dados manuais como aos automatizados. Em princípio, todos os registros pessoais estocados nos bancos de dados estão sujeitos a controle e proteção.

Sobre a instituição encarregada de controlar a aplicação da lei existem diferenças básicas entre os enfoques alemão e sueco. Ao contrário deste, aquele não prevê uma instituição de supervisão independente que possa interpretar e aplicar as numerosas providências da lei. A proteção dos dados fica, no caso da Alemanha, sob a responsabilidade de cada uma das três instâncias administrativas públicas. Este tipo de controle não oferece garantias suficientes para uma proteção eficaz da privacidade. Os órgãos da administração estão cada vez mais interessados em promover uma acumulação de informações em larga escala. É difícil esperar, por parte deles, decisões justas no que tange à privacidade individual, caso elas sejam contrárias aos seus próprios interesses.

Os perigos da disseminação dos bancos de dados privados têm sido negligenciados nos debates alemães, ao contrário dos Estados Unidos, onde casos de abusos foram relatados pela imprensa. A parcimônia com que eles vêm a público na Alemanha pode ser devida à pouca visibilidade social das empresas de crédito e dos bancos de dados.

Apesar disso, grandes pressões têm sido exercidas pela poderosa indústria de créditos para que a aplicação da lei se restrinja ao setor público. Tem-se dado importância a norma que prevê a notificação do indivíduo fichado pela primeira vez. As firmas de crédito não são favoráveis a esta disposição, argumentando que tal procedimento pode servir para alertar os criminosos potenciais, prejudicando assim suas funções preventivas. O argumento não procede; a própria experiência do *Fair Credit Reporting Act* adotada nos Estados Unidos infirma este ponto de vista. A Alemanha possui um vasto sistema de informações de crédito que mantém dossiês sobre cerca de 20 milhões de indivíduos. Em decorrência disto, as autoridades daquele país estimam que a prevenção da criminalidade é tarefa cuja competência cabe às instituições governamentais.

Para cada banco de dados será nomeada uma pessoa responsável pela proteção dos mesmos. Este funcionário da proteção de dados assim denominado, não será um servidor público, mas um empregado da própria empresa, nomeado pela direção e encarregado de proteger os interesses dos empregados. Quanto aos bancos de dados, que processam informações atendendo a terceiros, a lei é mais rigorosa, sendo a única parte em que permite um controle externo. Mesmo assim não se cogita de uma instituição central de controle; as autoridades encarregadas da supervisão serão definidas de acordo com as disposições legais dos Cantões.

Uma outra regra aplicada aos bancos de dados pertencentes ao setor privado estabelece que a divulgação de registros pessoais pode ser bloqueada durante cinco anos sob requerimento da pessoa interessada. O funcionamento eficaz de um estatuto desse tipo requer o controle de uma instituição supervisora independente, como a Junta para Inspeção de Dados sueca. A lei alemã sobre proteção de dados tem aspectos bastante vagos e as críticas que lhe são feitas advogam uma solução de tipo sueco que adota para vários casos o ponto de vista extremo oposto, tendo, inclusive, competência para prever regulamentos que controlem o uso dos bancos de dados.



DESTAQUE

tecnológicos sejam mais aparentes e mobilizadores quanto a seus efeitos sobre a privacidade individual. A privacidade é precisamente a contradição do processo, o outro lado da moeda. Por estas razões e pela maneira como evoluiu a discussão em torno do assunto, pode-se considerar natural que seja o país onde as soluções propostas para o problema sejam as menos satisfatórias. Nos demais países as reações do público e as soluções legais são variáveis.

Na República Federal da Alemanha e no Canadá, as autoridades procuraram reduzir o alcance do debate público por meio de campanhas de persuasão em favor do número único promovendo a confiança nos poderes legislativos. Na França, imprensa tem dado bastante atenção a estas questões, tendo em vista a votação iminente de um projeto de lei sobre computação que prevê, inclusive, a adoção do número único. Têm tomado parte ativa nos debates o governo, a imprensa, sindicatos e os partidos políticos. Finalmente, os países escandinavos possuem traços estruturais que permitiram rápidas reações a nível institucional, visando a soluções de controle imediato incluindo a proteção dos direitos civis. De modo geral, as soluções encontradas por esses países — notadamente pela Suécia — são tidas como exemplares por sua flexibilidade.

A experiência dos países escandinavos

O problema da proteção do indivíduo diante dos cada vez mais poderosos recursos da informática resultou no surgimento de estudos especializados, reflexões críticas e proposições de lei. Estes esforços desembocaram algumas vezes em ações concretas, como na Suécia, que os efetivou em uma ação legislativa.

Foi o Swedish Data Act, adotado em 1973. Documento versátil, com poderes para cobrir os setores público e privado, criou uma comissão de controle, a Junta para Inspeção de Dados (JID), com largos poderes de atuação, sendo normativa e flexível na previsão de futuras necessidades. O Comitê para a Legislação de Privacidade e Sigilo, através de inquéritos realizados junto aos órgãos governamentais, revelou um total de 339 sistemas de computadores contendo arquivos de dados pessoais. Por outro lado, uma análise dos sistemas de computadores de propriedade particular revelou a existência de 3.000 desses arquivos, a maioria utilizada na administração de pessoal, operações de crédito, controle de locatários de imóveis, etc.

A legislação sueca contém numerosos estatutos que impedem os abusos por parte de indivíduos ou organizações particulares. Eles foram criados com vistas à formação de uma legislação abrangendo os assuntos referentes aos problemas da segurança dos dados e da privacidade e integridade pessoais. Prevê-se que esta legislação aumentará o índice de segurança dos dados², pela obrigação de notificar à pessoa registrada, reforçando as precauções quanto à segurança e exatidão da informação processada e eventualmente ocasionando a supressão de dados nos arquivos. Supõe-se, ainda, que, com a promulgação desta lei, o responsável legal — a JID

— forçada a tender a uma série de obrigações fará, por sua vez, exigências quanto a maiores responsabilidades por parte dos fornecedores dos equipamentos, bem como das firmas de prestação de serviços a terceiros, detentoras de arquivos de dados pessoais. Finalmente, espera-se que o interesse pelo desenvolvimento dos recursos de processamento de dados e dos efeitos, diretos da lei acarretará o surgimento de toda uma pedagogia consciente de fato dos problemas da segurança de dados.

A Federação Sueca das Indústrias publicou recentemente um estudo sob o título *Experiences of the Swedish Data Act*, cobrindo os dois primeiros anos da implementação dessa lei. Constatou-se que a JID recebeu aproximadamente 15.000 pedidos de licença de organizações desejosas de manter as informações pessoais sob seu próprio controle e supervisão³.

O Relatório concluiu enfatizando a proliferação crescente dos dados processados, solicitando medidas de maior peso e qualidade. O alcance dos regulamentos suecos é, no entanto, mais amplo do que o das legislações correspondentes na maioria dos países, sendo parte integrante da Constituição.

Na Noruega, o governo constituiu em 1971 uma Comissão Sobre Privacidade, ligada ao Ministério da Justiça. Neste país deu-se a única experiência de convocação da universidade para colaborar na solução dessas questões: o Instituto de Direito Privado da Universidade de Oslo foi chamado a estatuar sobre a lei da Automação e Privacidade.

As preocupações iniciais do governo se voltaram para o setor privado da economia, em particular a indústria financeira e de créditos. Em 1973, os resultados dos estudos iniciados dois anos antes revelaram inadequações na legislação vigente e recomendaram a criação de um conselho permanente para acompanhar o desenvolvimento tecnológico. Também chamaram a atenção para as áreas públicas carentes de legislação específica sobre o assunto.

Na Finlândia, optou-se por um sistema de computação centralizado servindo às agências governamentais e as universidades estatais dando-se especial atenção aos arquivos confidenciais e à privacidade individual. Em 1972, o Ministério da Justiça criou uma comissão regulamentadora do controle dos documentos públicos contendo dados sobre pessoas. Embora o texto da lei ainda não tenha sido divulgado, prevê-se que esta comissão terá poderes normativos, e poderá intervir diretamente, sempre que for necessário, para a proteção da privacidade.

A experiência da República Federal da Alemanha

Em fins de 1972 foram instalados 12.000 computadores, ou seja, mais do que em qualquer outro país, excetuando-se os Estados Unidos. Para regulamentar essa introdução maciça



DESTAQUE

cidade. Apesar da participação de muitos especialistas nas comissões encarregadas do assunto, reinou durante algum tempo um clima de confusão e discussões passionais. Por outro lado, essa situação gerou numerosos debates e pesquisas desembocando em projetos de lei. A maioria desses documentos tratava de questões específicas diretamente ligadas aos objetivos de seus promotores; algumas tiveram alcance geral e um peso importante na elaboração do Privacy Act, promulgado em 1974.

As propostas de leis específicas

Tais projetos têm geralmente alcance limitado, atingindo diretamente um ou outro setor da economia. Somente dois entre os diversos temas discutidos causam um impacto realmente considerável sobre a vida econômica e política do norte-americano: o crédito e a polícia.

Em relação ao crédito, foi obtido um consenso para que fosse emendado o *Fair Credit Reporting Act* de 1970, segundo a orientação do Domestic Council. No que se refere à polícia, a discussão é mais complexa, existindo divergências no Congresso, nos Estados da União e no seio mesmo do governo. A chave da polêmica seria o anteprojeto elaborado pelo FBI, em 1973, que prevê a implantação de uma enorme rede de computadores, destinada a gerir a nível nacional o conjunto de cadastros criminais e da polícia, a qual conteria todas as informações coletadas pelas diferentes jurisdições dos Estados. Esta rede ficaria sob o controle do National Crime Information Center, criado em decorrência de um projeto de grande envergadura, o projeto Search, que ambicionava ser a arma definitiva contra o aumento da criminalidade. Entretanto, um estudo feito pelo *General Accounting Office* demonstrou que o sistema tinha na realidade uma eficiência duvidosa, contendo grande número de informações incorretas e sua margem de erros chegava a 30%. Além disso, constatou que não existia praticamente nenhuma medida específica para controlar a segurança das informações, não sendo possível, desde logo, garantir e proteger os cidadãos. A partir daí, alguns Estados se negaram a comunicar suas informações ao FBI.

As propostas de leis gerais

No fim de 1973, dois projetos de lei sobre o mesmo assunto se achavam em discussão. O primeiro, no Senado e apoiado pelos democratas, tratava-se na verdade de duas proposições: uma limitada ao governo federal e a outra estendida ao setor privado. Ambas as propostas eram bastante intransigentes quanto a abrir exceções legais, mesmo para a polícia ou o Ministério da Justiça, e praticamente não admitiam nenhuma concessão na defesa das liberdades individuais quaisquer que fossem as dificuldades de adaptações dos setores privado e público. Elas defendiam a criação de uma instância encarregada de controlar a aplicação da lei (*Privacy Board*), cuja investidura o transformava num órgão muito independente do poder executivo à semelhança do JID sueco.

O segundo projeto apresentado na Câmara com a aprovação do Office of Management and Budget da Casa Branca e sob orientação do Domestic Council aplicava-se a todos os bancos de dados públicos retomando os cinco princípios do Ministério da Saúde e pronunciava-se contra a Comissão de Privacidade (*Privacy Board*), prevendo numerosas exceções, sobretudo para os arquivos de Segurança Nacional e as investigações de polícia. Entretanto, exigia que o objeto, a natureza e o número de tais arquivos fossem comunicados anualmente ao Congresso pelo presidente dos Estados Unidos.

Em seguimento a esses debates, o *Privacy Act* foi votado e adotado em dezembro de 1974. Este documento legal, elaborado sob a orientação do Domestic Council, é bastante moderado, apesar de tudo. Atinge somente os bancos de dados, arquivos e cadastros do setor público e inclui numerosas exceções para o uso dos poderes executivo e judiciário. Por outro lado, cria uma Comissão (Comissão de Estudos Para a Proteção da Privacidade), cuja nomeação cabe aos presidentes dos Estados Unidos, do Senado e ao líder da Câmara. A Comissão tem poderes para promover estudos sobre bancos de dados públicos, podendo recomendar procedimentos que visem à proteção das informações pessoais; tem, portanto, poderes de investigação, não sendo normativa nem tendo possibilidade de ação preventiva. O *Privacy Act* não se pronuncia contra a instituição do identificador universal e surpreendentemente deixa em aberto a possibilidade de que ele venha a ser adotado, ao encorajar a Comissão a investigar outros identificadores, tais como: o *Social Security Number*, os números das placas de veículos e demais códigos autenticadores de identidade.

A experiência da Inglaterra

Na Grã-Bretanha as preocupações com os problemas de segurança dos dados e privacidade individual levaram à formação, em primeiro lugar, de uma Comissão Sobre Privacidade cujo escopo era ocupar-se, ainda que timidamente, das questões relativas ao setor privado. Em 1975 foi publicado um Livro Branco intitulado *Os Computadores e a Vida Privada*, que reflete as posições do governo sobre o assunto. Esse documento trata dos registros pessoais nos setores públicos. Suas proposições são bastante rigorosas pela exigência de que todos os níveis do governo, assim como o setor privado, se amoldem exatamente às mesmas normas.

O Livro Branco tende a apoiar uma autoridade de controle com poderes preventivos e reguladores, posição defendida igualmente pela Sociedade Britânica de Computadores. Ele aponta três fontes principais de perigo:

- a informação inexata, incorreta ou irrelevante;
- a possibilidade de acesso às informações por parte de pessoas que não devem ou não precisam obtê-las;
- o uso de informações, num contexto ou para objetivos que não sejam aqueles para os quais elas foram coletadas.



DESTAQUE

A questão de bancos como estes e das liberdades civis carece ainda de mecanismos atualizados para detectar, avaliar e reagir ao ritmo das inovações tecnológicas. A medida que grandes sistemas de informação forem consolidados sem controle, será custoso modificá-los e, mais ainda, organizar estruturas de poder preventivas. Se a lei federal alemã for aprovada sem modificações, sua função mais importante será a de tranquilizar a opinião pública, uma vez que ficarão faltando disposições e estatutos especializados voltados para numerosos setores sociais. O peso dos interesses de cada sistema envolvido (de crédito, de polícia, de pessoal etc.), pode ser equacionado somente a partir de avaliações isoladas. E uma proteção eficiente dos direitos individuais só pode ser obtida através de estatutos específicos.

A Alemanha Federal caminha para um projeto de registro da população sob controle legal, aparentemente cuidadoso, mas ainda insuficiente em muitos aspectos. Desta forma, quando a Câmara for solicitada a aprovar os projetos de lei em andamento, é provável que muitos sistemas já estejam implantados sob controle dos Länder.

A experiência dos Estados Unidos da América

Foi a complexidade do problema tal como ele se coloca, e não a falta de estudos e relatórios sobre a privacidade, que impediu a formulação mais rápida de uma legislação de conjunto neste país, onde nos meios do Congresso e da Administração preconiza-se uma grande prudência na abordagem do tema.

Tais pautas de conduta tornam-se difíceis de serem mantidas quando é considerável a conscientização do público da ameaça que o desenvolvimento da informática representa para as liberdades individuais. Esta consciência é hoje um fenômeno de características nacionais e não mais o apanágio de uma minoria de técnicos, especialistas ou legisladores esclarecidos. Alguns fatores vêm reforçar esta atitude:

- ☐ o cidadão norte-americano é, mais do que qualquer outro, permanentemente confrontado com o poder dos computadores, que invadem paulatinamente sua vida quotidiana;
- ☐ a conscientização do problema é amplificada pela atuação dos numerosos grupos de pressão e as associações de cidadãos (a *American Civil Liberties*, por exemplo);
- ☐ o público está consciente de seus "direitos de cidadãos", atitude valorativa que coloca a administração e os poderes legislativos em posição desconfortável diante de um problema que, além de jurídico ou técnico, tem implicações políticas e eleitorais consideráveis.

A atuação da administração federal

Diversas instituições do governo federal promoveram estudos e pesquisas sobre a privacidade. Uma questão, no entanto, causou bastante impacto na sociedade americana. Foi

um relatório apresentado em 1973 por uma comissão especial, criada pelo Ministério da Saúde, Educação e Assuntos Sociais. Publicado sob o título *Records Computers and the right of the citizens*, obteve desde a sua divulgação uma larga audiência.

Reconhecendo as concessões que o indivíduo necessita fazer, em troca do recebimento de benefícios securitários e creditícios, a Comissão propunha a adoção pelo governo federal de um *Code of Fair Information Practice* centrado em cinco princípios básicos destinados a fornecer certas garantias de privacidade aos cidadãos. Entre outras recomendações a serem adotadas pela legislação federal, a Comissão pronunciava-se contra o uso generalizado do número único (no caso, o *Social Security Number*), ou de qualquer outro identificar universal, expressando a preocupação de que tais instrumentos poderiam viabilizar muito facilmente a interconexão dos arquivos e cadastros. Lembrava, igualmente, o perigo do uso das informações incompletas ou errôneas.

Este relatório não provocou nenhuma ação legislativa direta, mas seu impacto no Congresso e na administração serviu como base a determinantes iniciativas posteriores tomadas pelo Domestic Council Committee on the Rights of Privacy. Criada em 1974, esta Comissão responde diretamente à Casa Branca e seu objetivo era propor uma legislação que cobrisse todos os aspectos da privacidade, excetuando-se as questões relativas à espionagem por telefone e ao controle eletrônico de pessoal. Ela transmitiu ao Congresso um anteprojeto de lei que retomava os cinco princípios do Relatório acima mencionado, mas continha restrições quanto às normas de aplicação e exceções, propondo uma legislação especial, no caso de cadastros de dados sobre política externa, defesa nacional, política, justiça e certos arquivos referentes a funcionários e empregados do governo federal.

Esta proposta, conforme orientação do Domestic Council, preferia restringir a legislação primeiramente ao âmbito do governo federal antes de estendê-la ao setor privado. Mais tarde, o Domestic Council adotou uma série de medidas regulamentadoras, em número de 14, chamadas "iniciativas", que deveriam ser submetidas previamente à aprovação presidencial. Algumas delas não se limitam ao âmbito do governo federal, atingindo setores privados da economia.

Uma outra série de "iniciativas" foi proposta posteriormente pela Comissão. Dizem respeito ao número único, ao recolhimento das informações estatísticas graves, à utilização das informações médicas e hospitalares assim como o uso dos cadastros de pessoal nas empresas públicas e privadas. O Domestic Council recusou-se, todavia, a tratar do problema das informações usadas pelos serviços de polícia, delegando tal tarefa a uma Comissão específica criada pelo Ministério da Justiça.

A atuação do Congresso

Couberam ao Congresso as primeiras iniciativas oriundas das preocupações sobre os diversos aspectos da priva-



DESTAQUE

menor ênfase do que aqueles que denunciam os custos sociais que atingem diretamente os indivíduos através desses sofisticados instrumentos de controle social. Em breve os brasileiros estarão confrontados com esses problemas. Nesse sentido é oportuna a reivindicação de uma legislação que proteja os interesses nacionais e os indivíduos, colhendo subsídios nos exemplos já existentes da Suécia, Estados Unidos e Grã-Bretanha. Face à introdução sem controle de instrumentos tecnológicos carecemos de meios legais reguladores que atendam às necessidades de mudança desde que colocados a serviço dos interesses do cidadão.

O identificador universal

A questão de um número único que funcione como identificador universal se insere na problemática geral da privacidade. Este aspecto é um dos principais efeitos da complexa problemática do desenvolvimento tecnológico que propicia a implantação de sistemas baseados na informática e na computação. Tais sistemas podem atingir grande parcela da vida social — da loteria ao controle de operações espaciais — possuindo um potencial globalizante. Não é exagerado afirmar que o desenvolvimento das tecnologias informáticas proporciona a implantação de um instrumento formidável de controle social, de fácil manipulação, absoluto e normativo e, como tal, podendo vir a ter conotações totalitárias.

Existem variadas formas de números únicos, em potencial ou efetivos, em muitos países. Em princípio, a utilização desse número destinava-se ao registro de população e como tal é adotado há cerca de 25 anos na Suíça. Modernamente tornou-se, entretanto, um instrumento capaz de servir a objetivos diferentes: hoje, um identificador universal pode ser o instrumento ideal para possibilitar ao Estado ou às empresas privadas a reunião e organização em tempo mínimo de todas as informações existentes nos fichários, arquivos ou memórias de computador, sobre qualquer cidadão. Tendo mudado os objetivos do instrumento, altera-se igualmente o seu significado, que passa a ter estreitas correlações com o problema da invasão da privacidade individual. Por esse motivo, a adoção de um número único é questão bastante delicada. Uma minoria de países tem conseguido implantar de fato este tipo de identificador. Em alguns lugares, são mesmo feitos esforços persuasivos a seu favor, a fim de neutralizar a atitude hostil da opinião pública.

O assunto desperta interesse crescente entre os povos mais sensibilizados pela questão, em razão de:

- ☐ desrespeito aos direitos humanos em seu valor fundamental que é a liberdade através da invasão da privacidade e do controle social absoluto;
- ☐ numerosos casos de prejuízos graves causados — ou passíveis de se causar — às pessoas por utilização inescrupulosa de informações pessoais contidas em arquivos de dados;
- ☐ manipulação de dados de exatidão duvidosa, mantidos incorretos em muitos arquivos e cuja interpretação *ipsis literis* também pode acarretar danos para as pessoas.

Essas ocorrências baseadas em informações transformadas em símbolos e precedidas de códigos de identificação estão todas ligadas à disseminação dos computadores, à evidente visibilidade social. Em pouco tempo toma-se conhecimento de que, além disto, existe e é iminente a adoção de um único número para identificar as pessoas, que em si é apenas um instrumento, ganha outro interesse pelas consequências de sua utilização.

Nos apêndices do Relatório apresentado em 1972 ao Secretário de Saúde dos Estados Unidos, são enfocados diversos sistemas de identificação onde as listas de endereços para fins publicitários e o Social Security Number figuravam como sendo instrumentos de aparência inócua mas com maior potencial para configurar ameaças concretas para o público.

Atualmente a situação se coloca da seguinte forma a nível individual: a pessoa recebe, ao nascer, um número que registra e atesta o nascimento. Tendo atingido a maioridade legal ela recebe normalmente um outro número no documento de identidade ou um equivalente. Ao ingressar no mercado de trabalho recebe ainda outros identificadores, como o CPF, a Carteira de Trabalho, a quitação com o serviço militar, etc. Deste modo, ao longo da vida, são atribuídos às pessoas vários números de identificação, o nome e a filiação já não sendo identificadores suficientes em sociedades complexas. Cada um desses números é exigido e controlado por uma instância administrativa distinta, tendo como função autenticar a identidade das pessoas.

No caso da adoção de um identificador universal, essa situação sofrerá uma mudança substancial: esse identificador imposto no nascimento e combinado ou não a outros números, tornar-se-á um instrumento de controle rápido e de alcance praticamente total, dispensando investigações demoradas e custosas para localizar imediatamente as pessoas onde quer que elas estejam. E neste sentido que o número único se torna um instrumento que pode:

- a. facilitar ao máximo a invasão da privacidade;
- b. fornecer reforço precioso à maquinaria do controle social.

Esses dois aspectos tocam de perto questões delicadas e de alcance fundamental enquanto atingem diretamente a liberdade e os direitos das pessoas. Este alcance pode se verificar nas instâncias mais corriqueiras da vida quotidiana. No caso das empresas privadas podem-se inferir consequências significativas: ao nível de *gadgets* eletrônicos e destinados ao controle de pessoal e cuja venda é permitida como no da introdução dos computadores mais sofisticados. Na França, uma firma promoveu ampla campanha entre os diretores de empresas visando à venda de um micro-interceptor capaz de controlar tanto as linhas telefônicas como as conversas particulares mantidas pelos empregados em qualquer seção ou local. O recurso lembra sugestivamente o controle exercido pelo "patrão" no filme de Chaplin *Tempos Modernos*.

Ainda na França, está sendo introduzida em larga escala na administração pública, nas sociedades de crédito e nas



DESTAQUE

Tendo em vista minimizar os efeitos da incúria no tratamento das questões de segurança dos dados, a Sociedade Britânica de Computadores elaborou um cuidadoso código normativo de condutas para os profissionais em computação, visando à idoneidade de suas atividades. Ao nível do público, o quase total desconhecimento de abusos no uso de computadores parece favorecer bastante a confiança lida na administração. Entretanto, o próprio Livro Branco chama a atenção para os casos mais correntes de invasão da privacidade pelo abuso das informações processadas por computadores referindo-se à categoria "b", que possibilita a decifração de códigos a fim de fraudes ou chantagens. As outras categorias — "a" e "c" — representam ameaças mais generalizadas, embora menos perceptíveis, como exemplo, a destruição do crédito e da reputação de uma pessoa em decorrência de uma informação inexata.

Por outro lado, os autores do Livro Branco lembram que, apesar de toda a publicidade feita em torno do assunto, o uso dos computadores ainda é incipiente: segundo diretores de indústrias, apenas 5% das aplicações potenciais dos computadores têm sido exploradas até agora. Contudo, o governo considera dois tipos de possíveis organismos de proteção de dados. O primeiro seria uma instituição normativa para registros e licenças, apta a prescrever medidas de proteção incluindo poderes para forçar a obediência às normas legais. O segundo, com maiores probabilidades de adoção, teria poderes de investigação: poderia examinar os sistemas de computadores em seus aspectos técnicos, os sistemas de proteção e as queixas. Podendo ainda divulgar suas próprias recomendações e publicar suas conclusões. Este sistema, que é defendido pela Comissão de Proteção dos Dados criada para assessorar o governo, é conhecido como sistema *Ombudsman*.

No caso da Inglaterra, como no da França e dos Estados Unidos, as propostas de lei em discussão prevêem e mantêm exceções no que se refere aos cadastros da Segurança Nacional, Interior e sistemas policiais. Até o presente, a adoção do número único ou identificador universal é rejeitada na Grã-Bretanha, embora a discussão sobre esse tema continue em andamento.

A experiência do Brasil

A discussão em torno da privacidade e do número único não se circunscreve aos países desenvolvidos. Como vimos, a introdução da informática tende a ter uma rápida abrangência mundial, sendo esse um de seus mais notáveis efeitos sociais. Hoje, quase todos os países se esforçam para adquirir material tecnológico e conhecimento para operá-lo; tanto pela importação de pessoal como pela recuperação de técnicos especializados enviados para estágios no exterior. Por outro lado, é do interesse das multinacionais de processamento estarem presentes em todos os países, a fim de exportar sistemas de computador — *software* e *hardware* — seja pela implantação de subsidiárias, seja pela venda de equipamentos. Nesta ótica, interessa sobretudo atingir o amplo mercado que constituem os países periféricos, entre eles o Brasil. Os países que ainda não puderam introduzir em larga escala os recursos tecnológicos, almejam fazê-lo.

No Brasil a introdução de computadores vem sendo feita rapidamente, recebendo incentivos, sobretudo governamentais. Já existem alguns órgãos de processamento importantes, como por exemplo o Serpro e a Dataprev. Estas empresas, embora ligadas à área federal, prestam eventuais serviços aos governos estaduais e municipais. Existem igualmente firmas de processamento particulares (Datamec, Exatus), atendendo às mesmas áreas. Sucursais de grandes trustes como a Burroughs e a IBM também se fazem presentes.

A introdução em larga escala de sistemas de computadores já é uma evidência entre nós e são notórios os esforços a favor de sua disseminação para atender projetos de grande porte (o INPS, por exemplo), ou outros de menor abrangência. Os debates em torno dessa implantação e suas consequências têm sido restritos às áreas de decisão governamental e até agora poucas informações chegaram ao conhecimento do público ou dos especialistas na matéria. Entretanto, alguns indicadores podem ser utilizados para avaliar o estágio em que se encontram estas discussões.

Sabe-se que um código único para a identificação dos cidadãos está sendo cogitado. Este código poderia se basear em identificadores já existentes, como o CIC e o CPF. Recentemente, o *Diário de Notícias* de Porto Alegre comentou um projeto, elaborado pelo Ministério da Justiça, para a implantação de um sistema de numeração individual, denominado *Registro Nacional de Pessoas Naturais*. A introdução deste sistema prevê o controle sobre uma população da ordem de 300 milhões de habitantes e sua operação ficaria a cargo do Serpro.

Na CPI das multinacionais, problemas semelhantes aos que ocorrem em outros países têm sido ventilados, como a denúncia de uma negociação dos arquivos de informações sobre os contribuintes do ICM efetuada entre a Secretaria da Fazenda de São Paulo e empresas privadas. Um problema desse teor se refere diretamente à questão do sigilo dos dados, de sua confiabilidade e segurança. Na ocasião, foram também feitas advertências sobre os perigos da manutenção de cadastros contendo dados sigilosos, muitas vezes relativos à Segurança Nacional, mas em mãos de representantes das multinacionais de processamento que prestam serviços às empresas brasileiras, particulares ou estatais. Um fato assim levanta o problema do trânsito de informações, independentemente da existência de fronteiras nacionais.

Contra a implantação do identificador universal no Brasil, parecem prevalecer atualmente argumentos de ordem orçamentária que rejeitam os custos muito elevados de um projeto dessa importância. Contudo, é provável que os custos tendam a diminuir, tornando-se pouco consideráveis a curto e médio prazo. De maior peso são os argumentos de cunho social, sendo desse ponto de vista que devem ser envidados esforços para que as negociações sejam feitas com a maior cautela possível.

Formamos uma cultura reflexa. O debate sobre a implantação de computadores, privacidade e número único no Brasil não poderá apresentar grande originalidade em relação às discussões travadas a nível mundial. Os argumentos técnicos, embora não sendo desprezíveis, devem merecer



DESTAQUE

maiores empresas privadas, o computador IBM 3750, cujos recursos são vastos. Essa máquina pode controlar e registrar detalhadamente, além dos itens citados acima, até as pausas feitas pelos empregados, os deslocamentos dos funcionários, detecta quais deles são sindicalizados, já que registra as opiniões políticas e a filiação político-partidária dos quadros da empresa.

Utilizando-se de um identificador universal, será perfeitamente possível para uma empresa divulgar no mercado, informações negativas ou duvidosas sobre um ex-empregado, por motivos os mais variados, violando assim o direito ao trabalho. Sobre esse aspecto a UNESCO manifesta suas preocupações quanto à "utilização de novas técnicas na administração, as quais podem levar à perda de controle dos assuntos públicos por parte das pessoas e ameaçar os direitos políticos e ao trabalho".

Tais aspectos inserem-se num debate mais amplo que, por um lado, salienta as vantagens da adoção de um instrumento desse tipo e, por outro, aponta seu lado ameaçador e suas desvantagens.

Os efeitos benéficos do uso da computação em larga escala são conhecidos e seus méritos defendidos inclusive por organismos internacionais, como a UNESCO, o Conselho da Europa e a OCDE. A introdução de inovações tecnológicas sempre foi capaz de produzir efeitos profundos na estrutura e no funcionamento da sociedade, isto é, mudanças sociais. Não se negam os efeitos benéficos da aplicação das novas tecnologias derivadas da informática quando aplicadas à comunicação, eficiência burocrática e administrativa, legislação, investigação social e segurança nos transportes. São esperadas para o futuro aplicações proveitosas nas áreas de pedagogia, saúde e assistência social.

Já em uso estão os benefícios introduzidos nos serviços de utilidade pública em geral — correios e telégrafos, proteção ao consumidor, informações meteorológicas, tarifas e horários diversos. Contudo, os argumentos avançados em favor da implantação de recursos tecnológicos, especialmente no caso do número único, são ao mesmo tempo inegáveis e parciais, porque enfatizam a eficiência técnica e a racionalidade do sistema, não tomando em consideração as implicações negativas, capazes de atingir a estrutura social.

A facilidade de manipulação dos instrumentos tecnológicos e a quantidade crescente de técnicos aptos a operar um computador são fatores diretamente ligados ao problema da segurança dos dados. A discussão sobre a imagem mítica do computador à parte, é preciso reconhecer seu fácil manuseio a todos os níveis, fator que o torna vulnerável a manipulações duvidosas ou mesmo a fraudes. E esta vulnerabilidade que tem ocasionado tantos debates sobre segurança, ao se constatar o elevado índice de erros operados eletronicamente e sua grande variedade.

Os prejuízos causados às pessoas por causa da pouca confiabilidade dos dados podem ser devidos a enganos de ordem técnica ou proposital. Questões relativas à segurança das informações abrangem ambos os aspectos, além dos

problemas comuns aos sistemas de computador em geral, isto é: o controle das informações coletadas e das pessoas que a elas têm acesso e aos programas operados. Através da decifração de códigos, para citar um exemplo, ações como fraudes e chantagens podem ser realizadas. Esse tipo de perigo é praticamente incontrolável mesmo que o acesso ao computador só seja permitido aos técnicos que com ele lidam. Um caso de chantagem em larga escala feita contra uma comunidade inteira nos Estados Unidos, através do uso de informações de computadores, é exemplo das consequências das possibilidades de acesso às fitas obrigatoriamente franqueadas a um número considerável de pessoas.

Os organismos internacionais recomendam aos fabricantes de computadores, maiores responsabilidades sociais, sobretudo no que diz respeito à proteção dos direitos e interesses dos indivíduos, através da manutenção da integridade dos sistemas de informação. Isto implica na introdução de normas e técnicas de segurança, controle e confidencialidade dos dados armazenados.

A atitude dos fabricantes de computadores face ao problema da segurança de dados é predominantemente técnica, mas visa a atender, de algum modo, às pressões legislativas e públicas. Em Washington D.C., para a segunda Conferência do National Bureau of Standards sobre *Privacidade e Segurança em Sistemas de Computação*, em 1974, se encontraram os representantes dos grandes trustes fabricantes de equipamentos tecnológicos (IBM, Honeywell, General Electric, Computer and Business Equipment Manufacturers Association, Computer Industry Association). Na ocasião, foi dito que, além das codificações de segurança instaladas, como bloqueio no próprio computador, as medidas básicas de controle para processamento mantêm-se ao nível da proteção tradicional: vigilância das instalações, cartões magnéticos de identificação, proteção contra incêndios e furtos e emprego de pessoal idôneo. Algumas dessas técnicas usuais foram discutidas: as senhas cujo custo é nulo mas que são de pouca confiabilidade; os parâmetros pessoais únicos (impressões digitais, etc.), de custo bastante mais elevado; os padrões de voz gravados que apresentam imperfeições devido às alterações que os microfones produzem; os cartões de identificação magnetizados geralmente adotados nos sistemas centrais e a utilização da criptografia que aumenta a segurança sem causar impactos sérios na economia. Em relação à criptografia, argumenta-se, contudo, que, além de não ser um recurso suficiente em si, é até hoje especialmente adotada pelos governos, sendo ainda poucos os técnicos disponíveis nessa área. O único consenso alcançado foi o de que mesmo as combinações múltiplas dos meios existentes não são suficientes para garantir de maneira eficaz o controle da proteção dos dados. De modo geral, nenhuma linha mestra pode ser adotada na construção de *hardware* para eliminar "por dentro" os problemas de segurança. Foi feita uma proposta para a criação de um organismo ligado a instâncias governamentais e destinado ao estudo e solução desses problemas, encarando-os como comuns a todos os fabricantes. Estes consideraram como ponto crucial do debate a opinião de que cabe ao usuário e não ao fabricante o controle da segurança dos sistemas, mesmo clientes de uma recente pesquisa, promovida pela Academia Nacional de Ciências, baseada na técnica de estudo de caso que concluiu que as gerências das diversas organizações observadas utilizam medidas de segurança inadequadas.



DESTAQUE

A ameaça da padronização da individualidade

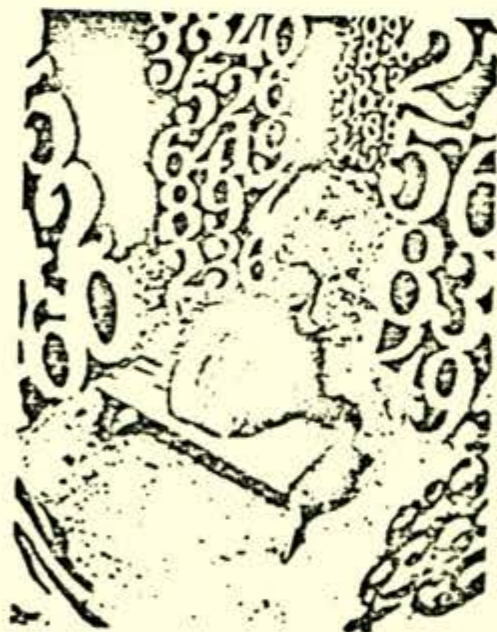
Como vimos, a solução adotada na maioria dos países envolvidos no assunto é de ordem institucional, consistindo normalmente em leis ou atos de efeitos legais, que desejam ordenar e controlar de algum modo o processo de crescimento das informações. Para tanto, fornecem aos indivíduos garantias contra possíveis abusos, seja ao nível da invasão da privacidade, seja na segurança dos dados. As principais garantias oferecidas são: 1) as comissões de controle; 2) a exigência de que os cidadãos sejam informados sobre os dados pessoais coletados e armazenados, sendo possível retificá-los sempre que não recaiam nas numerosas exceções previstas; 3) a idoneidade dos funcionários que recolhem, tratam e conservam os dados. Quanto às comissões de controle, as garantias podem não ser inteiramente suficientes, porquanto aquelas dependem dos poderes executivos e algumas vezes também dos legislativos. Permanecem, portanto, poucas garantias sobre a independência de seus membros. Excetuando-se o caso da lei sueca, a autonomia dessas comissões é muito variável, e não raro elas têm poderes meramente investigatórios com capacidade para fazer recomendações.

Em relação ao direito de consulta e correção dos dados inexatos, vale lembrar que haverá arquivos que permanecerão inacessíveis ao cidadão. Por outro lado, o direito de consulta não impede que as pessoas continuem a ser fichadas. O projeto de lei elaborado pelo governo francês para defender os cidadãos contra os abusos da informática, e que será votado proximamente, condena, por exemplo, o cadastramento dos militantes políticos e sindicais, embora não impeça que isto continue sendo feito.

As garantias legais oferecidas aos indivíduos estão longe de ser suficientes para evitar a má utilização dos dados ou prever os danos causados pelas informações inexatas. Neste caso está o já citado projeto Search, cujas repercussões foram bastante amplas. Trata-se de um exemplo de utilização maciça de dados incorretos e da pouca confiabilidade dos instrumentos tecnológicos para este tipo de tarefa. O uso de computadores pelo exército britânico na guerra civil da Irlanda, noticiado recentemente pelo *Time of London*, já se refere ao emprego da máquina para invadir a privacidade dos cidadãos numa situação de conflito bélico. Aqui o computador torna-se um instrumento de guerra".

Há também ocasiões em que a utilização dos computadores tem alcance social profundo e perigoso, como nos projetos *Gamin* (Gestão Automatizada da Medicina Infantil) e *Audass* (Automatização das Direções Departamentais de Ação Sanitária e Social), cogitados na França. O primeiro pretende manter um arquivo de todas as informações médicas e so-

A QUESTÃO DA DEFINIÇÃO DE PRIVACIDADE



A privacidade num sentido amplo pode ser definida como sendo o direito que todo homem tem à liberdade. Mais explicitamente: o direito de se locomover livremente, de escolher suas atividades, sua profissão, de dispor de seu tempo livre, de optar por suas amizades, de constituir ou não família, de tomar parte em atividades públicas, de estabelecer seu domicílio onde quiser, etc. A privacidade envolve uma extensa gama de atividades cujo controle e decisão cabem ao indivíduo. O artigo número XII da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que poderia ser entendido como definição legal da privacidade, assegura que: "Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à

sua honra e reputação. Todo homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques". A questão da privacidade como consequência de um processo de mudança introduz elementos que alteram essa definição. Cabe perguntar se a implantação do número único — meio por excelência de invasão da privacidade — não incorreria num desrespeito a tal Declaração por parte das instituições (aparelhos do Estado) comprometidas com a adoção deste instrumento de controle social. Por outro lado, vale lembrar que a privacidade e o identificador universal se situam ao nível de fenômenos sociais inabordáveis do ponto de vista individualista, já não concernem pessoas isoladas mas sim grupos e mesmo sociedades. Assim também, esta

temática, já discutida em outros países, independe do regime vigente em cada um, não que se refere a um processo desencadeado pela introdução de instrumentos tecnológicos, apolíticos por definição. No momento em que estudos são feitos visando a implantação do número único, levantando-se o problema da privacidade, vale inquirir sobre a oportunidade de se abrir a discussão mais ampla possível em torno do assunto no caso brasileiro. Obs.: Não constam dos principais dicionários (tais como, Webster, Aurélio Buarque de Holanda, Caldas Aulete, etc.) nem dos textos legais, tais como o Privacy Act e a Lei Sueca sobre Computação, definições de privacidade.

DESTAQUE



ciais sobre os recém-nascidos e seus pais. Seu objetivo é definir a partir de critérios como profissão, nível de vida e cultural, situação matrimonial dos pais, etc., quais as crianças que, ao nascer, já apresentam "riscos" potenciais para a sociedade. Quanto ao segundo, tratava-se de recolher, em cartões perfurados, os dossiês de todas as pessoas que algum dia pediram ajuda à Assistência Social a fim de identificar os indivíduos potencialmente desviantes das normas da sociedade.

O governo francês cogita, finalmente, da implantação do número único através de um projeto denominado *Safari*.² Diante de semelhantes aberrações constata-se que a legislação dispõe de poucos meios e instrumentos para impedir de vez a manipulação dos dados pessoais para fins largamente discutíveis. Ela pode, porém, criar algumas defesas que são indiscutivelmente desejáveis.

Os efeitos sociais do desenvolvimento tecnológico atingem uma larga escala de variáveis que vão desde os benefícios e mudanças salientadas pelos organismos internacionais, até as alterações no comportamento e nas atitudes das pessoas. Quanto a este aspecto, vale a pena insistir sobre o fato de que a introdução maciça da computação tende a uma standardização generalizada da linguagem e do raciocínio, atingindo setores básicos da sociedade tais como: a pedagogia, os serviços sociais e a medicina (sobretudo no que diz respeito à política psiquiátrica), podendo acarretar graves conseqüências para os indivíduos. Da mesma forma, o computador pode impor mundialmente seus critérios de eficácia e racionalidade tornando-se uma ameaça às culturas nacionais. A tecnologia pode relegar a um segundo plano ou até mesmo destruir aspectos sociológicos difíceis de quantificar, dentre os quais estão os valores das comunidades locais e/ou as características culturais regionais.

Uma outra conseqüência notável ao nível do comportamento sócio-político dos indivíduos é a passividade que se impõe. A individualidade estará gravemente ameaçada, caso os mecanismos de controle social, notadamente os instrumentos de que ora nos ocupamos, não forem reduzidos a um nível mínimo estrito. É preciso considerar o impacto intimidante que eles exercem sobre as pessoas, através de meios tecnológicos. O resultado natural deste processo é a apatia política. Uma sociedade democrática pressupõe cidadãos ativos, motivados para participar no processo político, sem ter medo das conseqüências de seu comportamento. A este propósito é interessante lembrar que a pressão pública e legal sobre as indústrias de equipamentos não coíbe a espionagem, a qual utiliza instrumentos menos complexos, tais como: câmaras de filmar, gravadores para escuta telefônica, etc. que exercem controle tanto social — ao serem instalados nas ruas, às portas das grandes lojas, nas repartições públicas e escritórios de grandes empresas — quanto político — quando se encontram colocados ao longo do percurso de passeatas e manifestações, nos locais pertencentes a partidos políticos, etc.

De modo geral, as legislações não possuem efeitos significativos sobre a indústria de equipamentos que se manifesta como grupo de pressão ao intervir junto às autoridades, para reforçar esta ou aquela orientação legal, visando a disposições que passem ao largo da autonomia industrial. O que

permite, por exemplo, que construtores de equipamentos favoreçam campanhas de esclarecimento junto aos consumidores americanos, que a Honeywell recomende medidas de proteção para os indivíduos quanto aos dados pessoais coletados³; e que os fabricantes se eximam das responsabilidades quanto à segurança, como vimos acima.

Os grandes usuários dos sistemas de informática são hoje, em quase todos os países, o governo, as empresas públicas e privadas e os serviços de polícia. As organizações internacionais, prevendo as possíveis conseqüências negativas do desenvolvimento tecnológico sobre a sociedade, recomendam: a) que se identifiquem as dimensões sociais do problema; b) que se crie uma regulamentação para os fluxos de dados que ignoram e excedem as fronteiras nacionais; c) que as questões se resolvam dentro do âmbito institucional legal. São essas mesmas organizações que constatarem que um dos graves efeitos sociais reforçados pela implementação quase descontrolada do desenvolvimento tecnológico está produzindo um deslocamento do poder que vem escapando às esferas legislativas e até certo ponto executivas, para se localizar entre os níveis internos controladores da disseminação e da operação dos instrumentos tecnológicos. Não há atualmente, porém, meios de controle mais eficazes do que a divulgação ampla dos aspectos negativos do processo e as legislações criteriosas cujo objetivo é a proteção da integridade dos cidadãos.

NOTAS

¹Informatique et libertés individuelles aux USA.

²Ver a lei sueca sobre privacidade, Seção 6.

³A exigência básica para a concessão de licenças é que não haja qualquer suspeita de possibilidade de violação da integridade das pessoas registradas nos arquivos.
A JID deverá dar as diretrizes sobre os propósitos de cada arquivo.

⁴Mailman, Otto — Computers and Civil Liberties: the situation in the Federal Republic of Germany.

⁵Informatique et libertés individuelles aux USA.

⁶The Protection of Privacy and Security in Criminal Offender Record Information Systems.

⁷Privacy Act of 1974 — Seção 5.

⁸Marie Muller Mouchardage — James Bond au Bureau — Le nouvel observateur n.º 639, 7 a 13 de fevereiro 1977.

⁹UNESCO — IBI: Consideraciones sobre las repercusiones sociales de la informática, p. 21.

¹⁰UNESCO — IBI: Consideraciones sobre las repercusiones sociales de la informática, p. 26.

¹¹Army's computer has data on half the population in Ulster — The Times of London, 5 dezembro 1974

¹²Bernard Guetta, Estado e Instituições — informática: o controle total, *Opinião*, 20 agosto 1976.

¹³Honeywell Computer Journal n.º 3: 163-172, 1973.

NOTA SOBRE A AUTORA:

Maria Tereza de Oliveira

Socióloga, mestre em Sociologia pelo Instituto de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Católica de Louvain (Bélgica). Presta consultoria para projetos na área de planejamento urbano, educação e força de trabalho. Áreas de interesse: sociologia industrial, desenvolvimento da tecnologia.



DESTAQUE

ARMY's Computer has data on half the population in Ulster. *The Time of London*, 5 dezembro 1974.

BAIRD JR. Lindsay L. How to identify computer vulnerability. *Bank Administration*, 51(10), 16-21, out 1974.
BRANSTAN, D.K. Privacy and protection in operating systems. *Computer IEEE*, 6(1), 43-47, jan 1973.

CARLTON, J.L. — Security and computerized systems. *Management Accounting*, 55(8), 33-36, feb 1974.
COMPUTERS and privacy. *EDP — Europa report* n° 1, vol. 7, janeiro 1976.

COMPUTER security, auditing and controls — a semi-annual review. 1(1), 17-18, jul 1973. 1(2), 21-22, jan 1974. 2(1), 22-23, jan 1975.
CONSIDERACIONES de políticas sobre las repercusiones sociales de la informática — UNESCO — IBI, maio 1976.

COSBY, H.D. — Secrecy vs confidentiality. *Data management*, 12(1), 20-21, jan 1974.

ADOS E IDEIAS. Rio de Janeiro, RJ, v.1, n.5, abr/maio, 1976.

DAVID, H.M. — Computers, privacy and security. *Computer Decisions*, 6(5), 46-48, may 1974.

DAVIS, R.M. — Privacy and security in data systems. *Computers and people*, 23(3), 20-27, mar 1974.

THE DEBATE on information privacy: part 1. *EDP Analyzer*, 13(11), 1-14, nov 1975.

THE DEBATE on information privacy: part 2. *EDP Analyzer*, V. 13(12), 1-14, dec 1975.

EM DEFESA da intimidade. *Do Financial Times. Gazeta Mercantil de São Paulo*, São Paulo, 14 janeiro 1976.

FARIA, L. — A intimidade: vale mais o homem ou o computador? *Jornal de Brasília*, Brasília, DF, 10 agosto 1975.

FARIA, L. — Existirá lugar para a intimidade no futuro? *Jornal de Brasília*, Brasília, DF, 7 setembro 1975.

FENWICH, W.A. — Privacy. *Data management*, 13(5), 18-21, may 1975.

FLATO, L. — Behind the privacy bill. *Computer decisions*, 6(9), 24-26, sep 1974.

GOLDSTEIN, Robert C. e NOLAN, Richard L. — Personal privacy versus the corporate computer. *Harvard business review* mar/abr 1975.

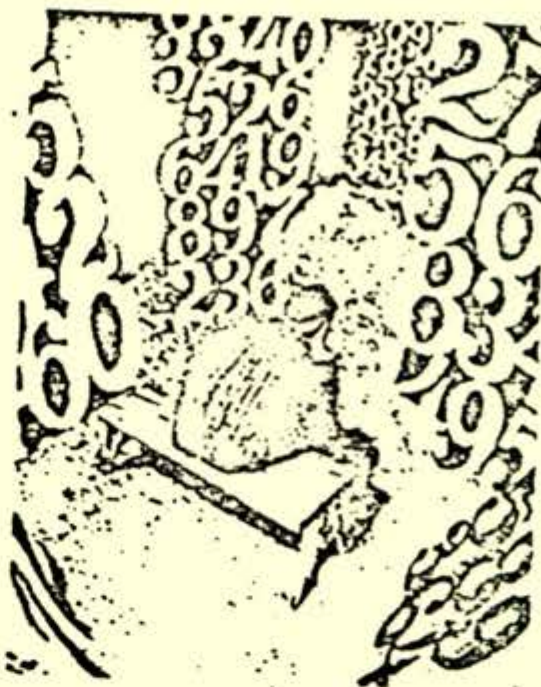
GREGORY Jr., F.M. and ANDRESS, W.H. — The privacy debate: business must be seen and heard. *Data management*, 13(8), aug 1975.

GRUENBERGER, Fred — *Computers and social environment*. California, Melville, Publ., 1975.

GUETTA, Bernard — Informática: o controle total. *Opinião*, 20 agosto 1976.

HEATHER, David, M. — Computers, privacy. *Computing surveys*, 1(2), 84-103, jun. 1969. — *Security and privacy in computer systems*. Los Angeles, Merville, 1973.

PRIVACIDADE: Sugestão de Bibliografia



INFORMATIQUE et libertés individuelles aux USA. *Siglos Interface* n° 12, nov/dez 1974.

LA INFORMATICA, um Desafio político. UNESCO-IBI, série marron, agosto 1975.

INTEGRITY and security of personal data. *EDP Analyzer*, n° 4, vol. 14, abril 1976.

KELLY, J. — The dossiers of american citizens. *Computers and people*, 24(3), 16, 22, mar. 1975.

KOENH, H.E. — Are companies bugged about bugging. *Journal of systems management*, 24(1), 12-13, jan 1973.

KUONG, J.F. — *Computer security, auditing and control: text and readings*. Wellesley, Mass. Management Advisory, 1975. — *Computer security, auditing and control: a Bibliography*. Wellesley, Mass. Management Advisory, 1975.

LEI sueca sobre a computação de dados. *Capre, boletim informativo*, n° 3, vol. 3 — Rio de Janeiro (RJ), jul/ago/set. 1975.

MADUREIRA, Lygia Saint Pastous — Já existem grandes registros da vida do indivíduo. *D.J.*, n° 3, 11 janeiro 1976.

MALLMAN, Otto. Computers security and civil liberties: the situation in the Federal Republic of Germany. *Law and computer technology*, jan/fev 1974.

MARTIN, James e NORMAN, Adrian R.D. — *Computador, sociedade e desenvolvimento*. Editora Universidade de Brasília. Série "Aplicações de Computadores". Rio de Janeiro: GB, 1973.

MARTIN, J. — *Security, accuracy, and privacy in computer systems*. Englewood-Cliffs, N.J., Prentice-Hall, 1973.

MILLER, R. — Computers and the law of privacy. *Datamation*, 14(9), 49-50, sep. 1968.

MOON, B.A. e CLARKE, B.J. — Privacy: A field study of computer files on the individual. *Data base* n° 3, vol. 6, 1974.

MULLER, Marie — Mouchardage-James Bond ou Bureau. *Le nouvel observateur* n° 639 7/13 fevereiro 1977.

NAUS, J.I. — *Data quality control and editing*. New York, Marcel Dekker, 1975. National Bureau of Standards, Washington, D.C. — *Computer security guidelines for implementing the privacy act of 1974*. Final rept Thomas C. Lowe, 30 May 75, 23p. FIPS-PUB-41. Federal Information Processing Publication.

NBS Privacy Conference. *Computer Decisions*, V. 7(6), 24-26, june 1975.

NOLL, A.M. — The interactions of computers and privacy. *Honeywell computer journal*, 3, 163-172, 1973.

PATRICK, R.L. — Proposed law threatens DP users. *Datamation*, 20(9), 47, sep 1974.

PRIVACY and security databank systems: an annotated bibliography, 1970-1973. K. Hunt, R. Turn, March 1974.

THE PRIVACY Act of 1974 — *Data Management*, junho 1975.

PRIVACY Act of 1974 Becomes Law. Industry and world news. *Communications of the ACM*, n° 2, vol. 18 — fevereiro 1975.

PROTECTING valuable data, part 1. *EDP Analyzer*, 11(12), dec 1973. part 2. *EDP Analyzer*, 12(1), jan 1974.

QUESTIONS on legislation. Who pays for added privacy? What new looks lie ahead? in *Datamation*, 21(5), 166-170, may 1975.

RACE, John — Privacy and the grey-haired programmer. *Computer decisions* 7(4), 38, 40, apr. 1975.

REED, I.S. — Information theory and privacy in data banks. In *Conference proceedings of the NCCE*, 1973. Montvale, N.J., v. 42, p. 423-424.

ROTHMAN, Stanley. The protection of privacy and security in criminal offender record information systems. *Alips conference proceedings*, v. 41, part. 1. Alips Press, Montvale, New Jersey, 1972.

SCOMA Jr., Louis — Data center security. *Data Management*, 13(9), 19-21 — sep 1975.

SHAPIRO, N.Z. e DAVIS, M. — *Uncrackable Data Banks*. Santa Monica, Rand, New Jersey, 1973.

STERLING, T.D. — Guidelines for humanizing computerized information systems: a report from Stanley House. *Communications of the ACM*, 17(11), 609-613, nov. 1974.

TODO brasileiro terá seu número. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, RS, 11 janeiro 1976.

TURN, R. — A brief history of computer privacy security research at Rand. Santa Monica, Rand, 1972. (P-4793). Research in the protection of privacy of personal information data banks: theoretical and technical aspects. In *Conference proceedings of the NCCE*, 1974. Montvale, N.J. AFIPS, v. 43, p. 966-998.

TURN, R. — Cost implications of privacy protection in databank systems. Santa Monica, Rand, 1975.

TURN, R. — *Privacy protection in data banks, principles and costs*. Santa Monica, Rand, 1974.

TURN, R. and WARE, W.H. — *Privacy and security in computer systems*. Jan 75, 25p.

TURN, R. & WARE, W.H. — Privacy and security in computer systems. *American Scientist*, 63(2), 196-203, mar/apr 1975. Testimony to the assembly. Committee on efficiency and cost control. Santa Monica, Rand, 1973 (p-5070).

TURN, R. — Privacy and security in data banks systems. Measures of effectiveness, cost and protector intruder interaction. The FJCC vol. 41, part 1. *Conference Proceedings* — AFIPS, Montvale, New Jersey, 1972.

TURN, R. — Privacy Transformations for Data Banks Systems. In *Conference proceedings of the NCCE*, vol. 42. AFIPS, Montvale, New Jersey, 1973.

TURN, R. — *Remarks on the instrumentation of databank systems for data security*. Publicações Rand, January 1974.

TURN, R. — *Toward data security engineering*. Publicações Rand, January 1974.

WARE, W.H. — *Computers personal privacy and human choice*. Publicações Rand, December 1973.

WARE, Willis, H. — *Data banks, privacy and society*. Santa Monica, Rand, novembro 1973.

WILKINSON, B. — Data privacy. *Data management*, 12(5), 10-13, may 1974.

Nota: Grande parte desta bibliografia foi consultada na Biblioteca Geral do Serpro.



6.

GT - 1 - A N E X O

SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE UM NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO
ÚNICO PARA AS PESSOAS FÍSICAS.

Considerando-se a proposta de adoção de um número de identificação único para as pessoas físicas (RENAPE), nos moldes noticiados pela imprensa, levantam-se os seguintes pontos:

- a) não há, no momento, tecnologia disponível para assegurar satisfatoriamente a confiabilidade, a segurança, e a integridade de arquivos,
- b) do ponto de vista técnico o arquivamento de informações através de um número único, uma vez adotado, é praticamente irreversível;
- c) não se conhece por ora, no Brasil, qualquer legislação sobre os deveres de instituições que exploram arquivos sobre cidadãos;
- d) a manutenção e manipulação de grande volume de informações sobre boa parte da população, informações estas sujeitas a erro, potencialmente acessíveis a um grande número de pessoas, inclusive não-autorizadas, envolve o risco de provocar sérios prejuízos a indivíduos e, eventualmente, mudanças indesejáveis na sociedade brasileira,
- e) não se tem notícias de que as Universidades e os centros de pesquisas de ciência e tecnologia de computação tenham sido consultados na elaboração da proposta que, por sua importância e implicações, deveria ser cuidadosamente analisada pelos técnicos mais competentes de que dispomos;

7 secomu 1977

Seminário
sobre Computação
na Universidade

Universidade Federal
de Santa Catarina

26 a 30 de setembro
Florianópolis



5.

f) do ponto de vista humano, esse arquivamento de informações permitirá uma restrição à liberdade individual, o que levou vários países a não adotarem a sua implantação.

Assim sendo, recomenda-se:

- 1) que não seja adotado o número de identificação único para pessoas físicas;
- 2) em relação a bancos de dados contendo informações pessoais, que seja providenciada a elaboração de legislação assegurando, aos indivíduos a respeito dos quais essas informações são mantidas, o direito ao conhecimento, à correção e à privacidade desses dados.

THE NATIONAL ASSOCIATION FOR STATE INFORMATION SYSTEMS

SUGGESTED GUIDELINES FOR

A STATE INFORMATION PRACTICES ACT



AN ACT TO PROTECT A PERSON'S RIGHT TO PRIVACY AND CONFIDENTIALITY AND TO PROHIBIT THE UNREASONABLE ACQUISITION, USE AND RETENTION OF SUCH INFORMATION BY STATE AND LOCAL GOVERNMENTS.

(Enactment Clause, as required by state law)

SECTION 1. Short Title. This act shall be known and may be cited as the "Information Practices Act".

SECTION 2. Legislative Intent.

(a) The (name of legislative body) finds and declares:

- (i) That the use of information for purposes other than those purposes to which a person knowingly consents can seriously endanger a person's right to privacy and confidentiality.
- (ii) That information collection methods are not limited to political boundaries and, therefore, it is necessary to establish a unified statewide program for the regulation of information collection practices and to cooperate fully with other states and with agencies of the government of the United States in regulating such information collection practices.
- (iii) That in order to increase participation of persons in the prevention and correction of unfair information practices, opportunity for hearing and remedies must be provided.
- (iv) That in order to insure that information collected, stored and disseminated about persons is consistent with fair information practices while safe-guarding the interests of the persons and allowing the state to exercise its proper powers, a definition of rights and responsibilities must be established.

(b) It is the purpose of this act to establish fair information practices to insure that the rights of persons are protected and that proper remedies are established to prevent abuse of personal information.

SECTION 3. Definitions. As used by this act, unless the context otherwise requires, the following words and phrases shall have the meaning ascribed to them in this section;

(a) "Act" is the (name of state) Information Practices Act.





- (b) "Board" is the (name of state) Information Practices Board created by this act (or if there is no board as in Option 5 infra, (b) shall read "Authority" is the (name of state) Information Practices Authority created by this Act.
- (c) "Individual" is any man, woman, or child.
- (d) "Person" is any individual, partnership, co-partnership, firm, company, corporation, association, joint stock company, trust, estate, political subdivision, state agency, or any other legal entity, or their legal representatives or agent.
- (e) "Personal information" is any information that by some specific means of identification, including but not limited to any name, number, description, and including any combination of such characters, it is possible to identify with reasonable certainty the person to whom such information pertains.
- (f) "Personal information system" is any method by which personal information is collected, stored, or disseminated by any agency of this state government or, by any local government or other political subdivision of this State.
- (g) "Responsible authority" at the State level means any office established by law as the body responsible for the collection and use of any set of data on persons or summary data. "Responsible authority" in any political subdivision means the person designated by the governing body (authority) of that political subdivision, unless otherwise provided by state law. With respect to statewide systems, those involving one or more state agencies and one or more political subdivisions, "responsible authority" means the state official involved, or if more than one state official, the state official designated by the board.
- (h) "File" is the point of collection of personal identifiable information.
- (i) "Purge" is the physical destruction of files, records, or information.
- (j) "Need to know" is the necessity of the person who wishes to collect, store, or disseminate personal information for obtaining the specific information.
- (k) "Local government" (the appropriate definition for the purposes of this act in this state).
- (l) "Political subdivision" (appropriate definition for the purposes of this act in this state).
- (m) "Machine-accessible" means recorded on magnetic tape, magnetic disk, magnetic drum, punched card, optically scannable paper or film, punched paper tape, or any other medium by means of which information can be communicated to data processing machines.



SECTION 4. (Name of state) Information Practices Board.

(Option 1 - Independent Board):

- (a) There is established in the executive branch of this state government an agency to be known as Information Practices Board. The Board shall be composed of nine persons who shall be appointed by the Governor with the advice and consent of (name of legislative body charged with confirmation of Governor's appointments). One such person shall have been actively engaged in the management of information and record keeping systems in this State government, one such person shall have been actively engaged in information processing and record keeping systems in local government in this state, one such person shall have been actively engaged in information processing and record keeping systems in criminal justice or law enforcement, and six of such persons, at least 2 of whom shall represent the general public, shall not be representative of any of the aforementioned activities. Initially, three of such persons shall be appointed to serve until (term desired for staggering); three of such persons shall be appointed to serve until (term desired for staggering); and three of such persons shall be appointed to serve until (term desired for staggering). As terms of appointment expire, successors shall be appointed for terms to expire (desired length of term) years thereafter except all members of the Board shall serve until their respective successors are appointed and qualified. The Governor shall fill any vacancy by the appointment of a member for the unexpired term of such member in the same manner as in the making of original appointments.
- (b) The Board may appoint a Director who shall serve at the pleasure of the Board, and such other employees as are necessary to carry out the purposes of this act. The Board may secure by agreement such services as it may deem necessary from any other department agency or unit of state government, and may employ and compensate whatever consultants and technical assistants may be required. It is the policy of the legislature that the Board shall use existing state capability insofar as practicable.
- (c) The Board shall meet at least once every three months, and each member of the Board shall be entitled to reimbursement for actual and necessary expenses incurred in the performance of his duties.

(Option 2 - Board within Existing State Department):

- (a) There is established within the Department of Administration (or other appropriate state agency) an Information Practices Board,
- Board shall be composed of nine persons who shall be appointed by the Governor with the advice and consent of (name of legislative body charged with confirmation of Governor's appointments). One such person shall have been actively engaged in the management of information and record keeping systems in this State government, one such person shall have been actively engaged in information processing and



record keeping systems in local government in this state, one such person shall have been actively engaged in information processing and record keeping systems in criminal justice or law enforcement, and six of such persons, at least 2 of whom shall represent the general public, shall not be representative of any of the aforementioned activities. Initially, three of such persons shall be appointed to serve until (term desired for staggering); and three of such persons shall be appointed to serve until (term desired for staggering). As terms of appointment expire, successors shall be appointed for terms to expire (desired length of term) years thereafter except all members of the Board shall serve until their respective successors are appointed and qualified. The Governor shall fill any vacancy by the appointment of a member for the unexpired term of such member in the same manner as in the making of original appointments.

- (b) The Board may appoint a Director who shall be an official of the Department of Administration (or other appropriate state agency). The Board may secure from the Department of Administration (or other appropriate agency) such services as it may deem necessary.
- (c) The Board shall meet at least once every three months, and each member of the Board shall be entitled to reimbursement for actual and necessary expenses incurred in the performance of his duties.

(Option 3 - Ex Officio Board)

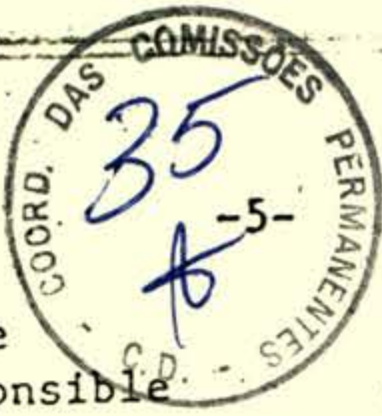
- (a) There is established an Information Practices Board. The Board shall be composed of (e.g., the Governor, the Attorney General, the Chief Justice of the Supreme Court, the President of the Senate, the Speaker of the House, or their designees) serving ex officio.
- (b) The Board may appoint a Director who shall be an official of the Department of Administration (or other appropriate state agency). The Board may secure from the Department of Administration (or other appropriate agency) such services as it may deem necessary.
- (c) The Board shall meet at least once every three months, and each member of the Board shall be entitled to reimbursement for actual and necessary expenses incurred in the performance of his duties.

(Option 4 - No Board):

- (a) There is established an Information Practices Authority which shall be the Director of the Department of Administration (or other appropriate state official) serving ex officio.
- (b) Intentionally deleted.
- (c) Intentionally deleted.

of Options

- (d) The Board (Authority) shall collect and disseminate such information and acquire such technical data as may be required to carry out the purposes of this Act, including ascertainment of the routine practices and security procedures of personal information systems in the collection, storage or dissemination of personal information.



- (e) The Board (Authority) may require the submission of complete outlines or plans of personal information systems from responsible authorities and the submission of such reports regarding known or alleged violations of the Act or of regulations thereunder, as may be necessary for purposes of this act.
- (f) The Board (Authority) shall prescribe a program of continuing and regular inspection of personal information systems in order to assure that information practices are in compliance with this Act and regulations adopted thereunder.
- (g) The Board (Authority) shall investigate alleged violations of this Act or of regulations adopted thereunder.
- (h) The Board (Authority), pursuant to procedures (of this Act or Administrative Procedures Act), shall adopt regulations to promote security, confidentiality and privacy in personal information systems, consistent with the purpose of this Act. Without limiting the generality of this authority, such regulation shall prescribe:
- (1) limits of authority and responsibility for all persons with access to personal information systems or any part thereof;
 - (2) methods for obtaining advice and opinions with regard to requirements of law in the regulating of security, confidentiality and privacy in personal information systems;
 - (3) policies and procedures to insure the security of personal information systems including the mechanics, personnel, processing of information, site design and access.
 - (4) standards, over and above those required by normal civil service, of conduct, employment and discipline for responsible authorities and all other persons with access to personal information systems or any part thereof;
 - (5) standards for the need to know to be utilized by responsible authorities in determining what types of information may be collected, stored and disseminated;
 - (6) standards for direct and indirect access to personal information systems;
 - (7) standards and procedures to assure the prompt and complete purging of personal information from personal information systems;
 - (8) a continuing program of external and internal auditing and verification to assure the accuracy and completeness of personal information;



- (9) standards governing interagency use of files as long as such use is not in violation of other statutory requirements, this Act or regulations adopted thereunder.
- (10) standards for exempting certain files from the coverage of this act such as telephone number lists, mailing lists, etc. intended for normal office use.
- (i) The Board (Authority) shall have the duty to represent the State of (name of state) in any and all matters pertaining to plans, procedures or negotiations for interstate compacts or other governmental arrangements relating to the regulation of personal information systems or otherwise relating to the protection of the person's right of privacy.
- (j) The Board (Authority) shall have the authority to accept, receive and administer on behalf of the State any grants, gifts, loans or other funds made available to the State from any source for purposes of this Act or other related privacy protection activities, surveys or programs, subject to the several statutes and procedures of (name of state).
- (k) On or before December 1 (or other desired date) of each year the Board shall prepare a report, or update of the previous year's report, to the legislature and governor. Summaries of the report shall be available to the public at a nominal cost. The report shall contain to the extent feasible at least the following information:
- (1) a complete listing of all personal information systems which are kept by the state and its political subdivisions, a description of the information contained therein, and the reason that the information is kept;
 - (2) a statement of which types of personal information in the Board's opinion, are public records as defined by (name of state) Statutes, which types of information are confidential and which types of information are neither;
 - (3) the title, name, and address of the responsible authority for the system and for each file and associated procedures;
 - (i) the categories and number of persons in each category on whom information is or is expected to be maintained,
 - (ii) the categories of information maintained, or to be maintained, indicating which categories are or will be stored in machine-accessible files.
 - (iii) the categories of information sources,
 - (iv) a description of all types of use made of information, indicating those involving machine-accessible files, and including all classes of users,



- (v) the responsible authority's and the Board's policies and practices regarding information storage, duration of retention of information, and disposal thereof,
- (vi) a description of the provisions for maintaining the integrity of the information pursuant to this Act and the regulations adopted thereunder, and
- (vii) the procedures pursuant to this Act and the regulations adopted thereunder whereby a person can (a) be informed if he is the subject of information in the system, (b) gain access to the information, and (c) contest its accuracy, completeness, pertinence, and the necessity for retaining it; and

(4) any recommendations concerning appropriate legislation.

(Sections (l) and (m) are not required if the state has an Administrative Procedures Act.)

- (l) The Board (Authority) may adopt such procedural rules as may be necessary to accomplish the purposes of this Act. Notice of the proposed adoption of procedural rules shall be given in accord with subsection (m) of this section 4, and any person may submit written statements regarding such proposals.
- (m) The Board (Authority) shall consider written proposals for the adoption, amendment or repeal of Board (Authority) regulations presented by any person, and the Board (Authority) may make such proposals on its own motion. If the Board (Authority) finds that any such proposal is supported by an adequate statement of reasons, is accompanied by a petition signed by at least 500 persons, is not plainly devoid of merit and does not deal with a subject on which a hearing has been held within the preceding six months, the Board shall schedule a public hearing for consideration of the proposal. If such proposal is made at the Board's (Authority's) discretion, the Board (Authority) shall schedule a public hearing without regard to the above conditions.

No substitute regulation shall be adopted, amended or repealed until after a public hearing has been held within the State. At least 20 days prior to the scheduled date of the hearing the Board (Authority) shall give notice of such hearing by public advertisement in three newspapers of general circulation in the State of the date, time, place, and purpose of such hearing; give written notice to any person in the State concerned who has in writing requested notice of public hearings; and make available to any person on request copies of the proposed regulations, together with summaries of the reasons supporting their adoption.

Any public hearing relating to the adoption, amendment, or repeal of Board (Authority) regulations under this subsection shall be held before a qualified Hearing Officer appointed by the Board (Authority). All such hearings shall be open to the public, and reasonable opportunity to be heard with respect to the subject of the hearing shall be recorded stenographically. The transcript so recorded, and any



written submissions to the Hearing Officer in relation to such hearings shall be open to public inspection, and copies thereof shall be made available to any person upon payment of the actual cost of reproduction of the original.

After such hearing, the Hearing Officer shall make recommendations to the Board (Authority) concerning the proposed regulations and the Officer's own suggested revisions. The Board (Authority) may revise the proposed regulations before adoption in response to suggestions made at the hearing without conducting a further hearing on the revisions.

Any person heard or represented at a hearing or requesting notice shall be given written notice of the action of the Board (Authority) with respect to the subject thereof.

No rule or regulation, or amendment or repeal thereof, shall become effective until a certified copy thereof has been filed (in the manner provided by State Law regarding the filing of administrative regulations).

Any person adversely affected or threatened by any rule or regulation of the Board (Authority) may obtain a determination of the validity of the application of such rule or regulation by petition for review (pursuant to appropriate State Law regarding administrative review).

SECTION 5.

Local Government.

- (a) The Board (Authority) shall exercise all powers and perform all duties as provided for in the Act with regard to any personal information system operated, conducted or maintained by such local government, other political subdivision or combination thereof; or
- (b) At the request of any local government, other political subdivision or combination thereof in this State, the Board (Authority) may adopt regulations to: permit the establishment of a local information practices board (authority); govern the operation of such local information practices board (authority); and define the rule-making and review authority of such local information practices board (authority). Such local information practices board (authority) shall be operated by and at the expense of such local government, other political subdivision or combination thereof.
- (c) Such local government, other political subdivision or combination thereof may request that the Board (Authority) dissolve a local information practices board (authority).

SECTION 6.

Rights of Subjects of Information. The rights of persons on whom the information is stored or to be stored and the responsibilities of the responsible authority shall be as follows:

- (a) The purposes for which personal information is collected and used or to be collected and used shall be filed in writing by the responsible authority with the Board (Authority) and shall be a matter of public record pursuant to Section 4.



- (b) A person asked to supply personal information shall be informed of all intended uses and of the purpose of all intended uses of the requested information.
- (c) A person asked to supply personal information shall be informed whether he may refuse or is legally required to supply the requested information. He shall be informed of any known consequence arising from his supplying or refusing to supply the personal information.
- (d) Information shall not be used for any purpose other than as stated in clause (a) of this section unless--(1) the responsible authority first makes an additional filing in accordance with clause (a); (2) the legislature gives its approval by law; or (3) the persons to whom the information pertains give their informed consent.
- (e) Upon request to a responsible authority, a person shall be informed whether he is the subject of stored information and if so, and upon his additional request, shall be informed of the content and meaning of the data recorded about him and shown the information without any charge to him. For a six month period after such disclosure, additional disclosures shall be made at the cost of making the disclosure. This clause does not apply to information about persons which is defined by statute as confidential or to records relating to the medical or psychiatric treatment of an individual.
- (f) A person shall have the right to contest the accuracy or completeness of information about him. If contested, the person shall notify in writing the responsible authority describing the nature of the disagreement. The responsible authority shall within 30 days correct the information if the data is found to be inaccurate or incomplete and attempt to notify past recipients who have received the inaccurate or incomplete data within the preceding two years (or other desired term) of the inaccurate or incomplete information, or notify the person of disagreement. The determination of the responsible authority is appealable in accordance with (Administrative Procedures Act or procedures in this Act). Information in dispute shall not be disclosed except under conditions of demonstrated need and then only if the person's statement of disagreement is included with the disclosed information.
- (g) A person has the right to be free from the storage and continued collection of personal information no longer utilized for any valid purpose.
- (h) A person has the right to be free from the collection, storage or dissemination of any personal information collected from anonymous sources except as exempted by the Board (Authority) or statutes.

SECTION 7. Penalties. (Civil and criminal remedies should be established consistent with statutes and environment of the State.)

SECTION 8. Common Law. No existing statute or common law shall be limited or reduced by this Act.



SECTION 9. Severability of Unconstitutional Provisions. In any Section, subsection, sentence or clause of this Act shall be adjudged unconstitutional, such adjudication shall not affect the validity of the Act as a whole or of any Section, subsection, sentence or clause thereof not adjudged unconstitutional.

SECTION 10. Liberal Construction. The provisions of this Act and the regulations promulgated thereunder shall be liberally construed to protect the person's right to privacy and confidentiality..

SECTION 11. Effective Date. This act shall become effective (desired date. This date should allow sufficient time for planning and implementation.).



Public Law 93-579
93rd Congress, S. 3418
December 31, 1974

En Act

To amend Title 5, United States Code, by adding a section 552a to safeguard individual privacy from the misuse of Federal records, to provide that individuals be granted access to records concerning them which are maintained by Federal agencies, to establish a Privacy Protection Study Commission, and for other purposes.

Be it enacted by the Senate and House of Representatives of the United States of America in Congress assembled, That this Act may be cited as the "Privacy Act of 1974".

SEC. 2. (a) The Congress finds that—

(1) the privacy of an individual is directly affected by the collection, maintenance, use, and dissemination of personal information by Federal agencies;

(2) the increasing use of computers and sophisticated information technology, while essential to the efficient operations of the Government, has greatly magnified the harm to individual privacy that can occur from any collection, maintenance, use, or dissemination of personal information;

(3) the opportunities for an individual to secure employment, insurance, and credit, and his right to due process, and other legal protection, are endangered by the misuse of certain information systems;

(4) the right to privacy is a personal and fundamental right protected by the Constitution of the United States; and

(5) in order to protect the privacy of individuals identified in information systems maintained by Federal agencies, it is necessary and proper for the Congress to regulate the collection, maintenance, use, and dissemination of information by such agencies.

(b) The purpose of this Act is to provide certain safeguards for an individual against an invasion of personal privacy by requiring Federal agencies, except as otherwise provided by law, to—

(1) permit an individual to determine what records pertaining to him are collected, maintained, used, or disseminated by such agencies;

(2) permit an individual to prevent records pertaining to him obtained by such agencies for a particular purpose from being used or made available for another purpose without his consent;

(3) permit an individual to gain access to information pertaining to him in Federal agency records, to have a copy made of all or any portion thereof, and to correct or amend such records;

(4) collect, maintain, use, or disseminate any record of identifiable personal information in a manner that assures that such action is for a necessary and lawful purpose, that the information is current and accurate for its intended use, and that adequate safeguards are provided to prevent misuse of such information;

(5) permit exemptions from the requirements with respect to records provided in this Act only in those cases where there is an important public policy need for such exemption as has been determined by specific statutory authority; and

(6) be subject to civil suit for any damages which occur as a result of willful or intentional action which violates any individual's rights under this Act.

SEC. 3. Title 5, United States Code, is amended by adding after section 552 the following new section:

Privacy Act
of 1974.
5 USC 552a
note.
Congressional
findings.
5 USC 552a
note.

Statement of
purpose.

CS STAT. 1996
SS STAT. 1997



86 STAT. 1997

Pub. Law 93-579

- 2 -

December 31, 1974

5 USC 552a.

§ 552a. Records maintained on individuals.

(a) DEFINITIONS.—For purposes of this section—

“(1) the term ‘agency’ means agency as defined in section 552(c) of this title;

“(2) the term ‘individual’ means a citizen of the United States or an alien lawfully admitted for permanent residence;

“(3) the term ‘maintain’ includes maintain, collect, use, or disseminate;

“(4) the term ‘record’ means any item, collection, or grouping of information about an individual that is maintained by an agency, including, but not limited to, his education, financial transactions, medical history, and criminal or employment history and that contains his name, or the identifying number, symbol, or other identifying particular assigned to the individual, such as a finger or voice print or a photograph;

“(5) the term ‘system of records’ means a group of any records under the control of any agency from which information is retrieved by the name or the individual or by some identifying number, symbol, or other identifying particular assigned to the individual;

“(6) the term ‘statistical record’ means a record in a system of records maintained for statistical research or reporting purposes only and not used in whole or in part in making any determination about an identifiable individual, except as provided by section 8 of title 13; and

“(7) the term ‘routine use’ means, with respect to the disclosure of a record, the use of such record for a purpose which is compatible with the purpose for which it was collected.

(b) CONDITIONS OF DISCLOSURE.—No agency shall disclose any record which is contained in a system of records by any means of communication to any person, or to another agency, except pursuant to a written request by, or with the prior written consent of, the individual to whom the record pertains, unless disclosure of the record would be—

“(1) to those officers and employees of the agency which maintains the record who have a need for the record in the performance of their duties;

“(2) required under section 552 of this title;

“(3) for a routine use as defined in subsection (a)(7) of this section and described under subsection (e)(4)(D) of this section;

“(4) to the Bureau of the Census for purposes of planning or carrying out a census or survey or related activity pursuant to the provisions of title 13;

“(5) to a recipient who has provided the agency with advance adequate written assurance that the record will be used solely as a statistical research or reporting record, and the record is to be transferred in a form that is not individually identifiable;

“(6) to the National Archives of the United States as a record which has significant historical or other value to warrant its continued preservation by the United States Government, or for evaluation by the Administrator of General Services or his designee to determine whether the record has such value;

“(7) to another agency or to an instrumentality of any governmental jurisdiction within or under the control of the United States for a civil or criminal law enforcement activity if the activity is authorized by law, and if the head of the agency or instrumentality has made a written request to the agency which

5 USC 552.

13 USC 8.

December 31, 1974

- 3 -

Pub. Law 93-579

89 STAT. 1999



maintains the record specifying the particular portion desired and the law enforcement activity for which the record is sought:

"(8) to a person pursuant to a showing of compelling circumstances affecting the health or safety of an individual if upon such disclosure notification is transmitted to the last known address of such individual;

"(9) to either House of Congress, or, to the extent of matter within its jurisdiction, any committee or subcommittee thereof, any joint committee of Congress or subcommittee of any such joint committee;

"(10) to the Comptroller General, or any of his authorized representatives, in the course of the performance of the duties of the General Accounting Office; or

"(11) pursuant to the order of a court of competent jurisdiction.

"(c) ACCOUNTING OF CERTAIN DISCLOSURES.—Each agency, with respect to each system of records under its control, shall—

"(1) except for disclosures made under subsections (b) (1) or (b) (2) of this section, keep an accurate accounting of—

"(A) the date, nature, and purpose of each disclosure of a record to any person or to another agency made under subsection (b) of this section; and

"(B) the name and address of the person or agency to whom the disclosure is made;

"(2) retain the accounting made under paragraph (1) of this subsection for at least five years or the life of the record, whichever is longer, after the disclosure for which the accounting is made;

"(3) except for disclosures made under subsection (b) (7) of this section, make the accounting made under paragraph (1) of this subsection available to the individual named in the record at his request; and

"(4) inform any person or other agency about any correction or notation of dispute made by the agency in accordance with subsection (d) of this section of any record that has been disclosed to the person or agency if an accounting of the disclosure was made.

"(d) ACCESS TO RECORDS.—Each agency that maintains a system of records shall—

"(1) upon request by any individual to gain access to his record or to any information pertaining to him which is contained in the system, permit him and upon his request, a person of his own choosing to accompany him, to review the record and have a copy made of all or any portion thereof in a form comprehensible to him, except that the agency may require the individual to furnish a written statement authorizing discussion of that individual's record in the accompanying person's presence;

Personal
review.

"(2) permit the individual to request amendment of a record pertaining to him and—

Amendment
request.

"(A) not later than 10 days (excluding Saturdays, Sundays, and legal public holidays) after the date of receipt of such request, acknowledge in writing such receipt; and

"(B) promptly, either—

"(i) make any correction of any portion thereof which the individual believes is not accurate, relevant, timely, or complete; or

"(ii) inform the individual of its refusal to amend the record in accordance with his request, the reason



Review.

for the refusal, the procedures established by the agency for the individual to request a review of that refusal by the head of the agency or an officer designated by the head of the agency, and the name and business address of that official;

Notation of dispute.

"(3) permit the individual who disagrees with the refusal of the agency to amend his record to request a review of such refusal, and not later than 30 days (excluding Saturdays, Sundays, and legal public holidays) from the date on which the individual requests such review, complete such review and make a final determination unless, for good cause shown, the head of the agency extends such 30-day period; and if, after his review, the reviewing official also refuses to amend the record in accordance with the request, permit the individual to file with the agency a concise statement setting forth the reasons for his disagreement with the refusal of the agency, and notify the individual of the provisions for judicial review of the reviewing official's determination under subsection (g) (1) (A) of this section;

"(4) in any disclosure, containing information about which the individual has filed a statement of disagreement, occurring after the filing of the statement under paragraph (3) of this subsection, clearly note any portion of the record which is disputed and provide copies of the statement and, if the agency deems it appropriate, copies of a concise statement of the reasons of the agency for not making the amendments requested, to persons or other agencies to whom the disputed record has been disclosed; and

"(5) nothing in this section shall allow an individual access to any information compiled in reasonable anticipation of a civil action or proceeding.

"(e) AGENCY REQUIREMENTS.—Each agency that maintains a system of records shall—

"(1) maintain in its records only such information about an individual as is relevant and necessary to accomplish a purpose of the agency required to be accomplished by statute or by executive order of the President;

"(2) collect information to the greatest extent practicable directly from the subject individual when the information may result in adverse determinations about an individual's rights, benefits, and privileges under Federal programs;

"(3) inform each individual whom it asks to supply information, on the form which it uses to collect the information or on a separate form that can be retained by the individual—

"(A) the authority (whether granted by statute, or by executive order of the President) which authorizes the solicitation of the information and whether disclosure of such information is mandatory or voluntary;

"(B) the principal purpose or purposes for which the information is intended to be used;

"(C) the routine uses which may be made of the information, as published pursuant to paragraph (4) (D) of this subsection; and

"(D) the effects on him, if any, of not providing all or any part of the requested information;

"(4) subject to the provisions of paragraph (1) of this subsection, publish in the Federal Register at least annually a notice of the existence and character of the system of records, which notice shall include—

"(A) the name and location of the system;

Publication
in Federal
Register.



December 31, 1974

- 5 -

Pub. Law 93-579

89 STAT. 1900

"(B) the categories of individuals on whom records are maintained in the system;

"(C) the categories of records maintained in the system;

"(D) each routine use of the records contained in the system, including the categories of users and the purpose of such use;

"(E) the policies and practices of the agency regarding storage, retrievability, access controls, retention, and disposal of the records;

"(F) the title and business address of the agency official who is responsible for the system of records;

"(G) the agency procedures whereby an individual can be notified at his request if the system of records contains a record pertaining to him;

"(H) the agency procedures whereby an individual can be notified at his request how he can gain access to any record pertaining to him contained in the system of records, and how he can contest its content; and

"(I) the categories of sources of records in the system;

"(5) maintain all records which are used by the agency in making any determination about any individual with such accuracy, relevance, timeliness, and completeness as is reasonably necessary to assure fairness to the individual in the determination;

"(6) prior to disseminating any record about an individual to any person other than an agency, unless the dissemination is made pursuant to subsection (b) (2) of this section, make reasonable efforts to assure that such records are accurate, complete, timely, and relevant for agency purposes;

"(7) maintain no record describing how any individual exercises rights guaranteed by the First Amendment unless expressly authorized by statute or by the individual about whom the record is maintained or unless pertinent to and within the scope of an authorized law enforcement activity;

"(8) make reasonable efforts to serve notice on an individual when any record on such individual is made available to any person under compulsory legal process when such process becomes a matter of public record;

"(9) establish rules of conduct for persons involved in the design, development, operation, or maintenance of any system of records, or in maintaining any record, and instruct each such person with respect to such rules and the requirements of this section, including any other rules and procedures adopted pursuant to this section and the penalties for noncompliance;

"(10) establish appropriate administrative, technical, and physical safeguards to insure the security and confidentiality of records and to protect against any anticipated threats or hazards to their security or integrity which could result in substantial harm, embarrassment, inconvenience, or unfairness to any individual on whom information is maintained; and

"(11) at least 60 days prior to publication of information under paragraph (4) (D) of this subsection, publish in the Federal Register notice of any new use or intended use of the information in the system, and provide an opportunity for interested persons to submit written data, views, or arguments to the agency.

"(1) Agency Rules.—In order to carry out the provisions of this section, each agency that maintains a system of records shall promulgate rules, in accordance with the requirements (including general notice) of section 553 of this title, which shall—

"(1) establish procedures whereby an individual can be notified

Rules of
conduct.

Confidentiality
of records.

Publication
in Federal
Register.

5 USC 553.



88 STAT. 1901

Pub. Law 93-579

- 6 -

December 31, 1974

in response to his request if any system of records named by the individual contains a record pertaining to him;

"(2) define reasonable times, places, and requirements for identifying an individual who requests his record or information pertaining to him before the agency shall make the record or information available to the individual;

"(3) establish procedures for the disclosure to an individual upon his request of his record or information pertaining to him, including special procedure, if deemed necessary, for the disclosure to an individual of medical records, including psychological records, pertaining to him;

"(4) establish procedures for reviewing a request from an individual concerning the amendment of any record or information pertaining to the individual, for making a determination on the request, for an appeal within the agency of an initial adverse agency determination, and for whatever additional means may be necessary for each individual to be able to exercise fully his rights under this section; and

"(5) establish fees to be charged, if any, to any individual for making copies of his record, excluding the cost of any search for and review of the record.

Fees.

Publication
in Federal
Register.

The Office of the Federal Register shall annually compile and publish the rules promulgated under this subsection and agency notices published under subsection (e) (4) of this section in a form available to the public at low cost.

"(g) (1) CIVIL REMEDIES.—Whenever any agency

"(A) makes a determination under subsection (d) (3) of this section not to amend an individual's record in accordance with his request, or fails to make such review in conformity with that subsection;

"(B) refuses to comply with an individual request under subsection (d) (1) of this section;

"(C) fails to maintain any record concerning any individual with such accuracy, relevance, timeliness, and completeness as is necessary to assure fairness in any determination relating to the qualifications, character, rights, or opportunities of, or benefits to the individual that may be made on the basis of such record, and consequently a determination is made which is adverse to the individual; or

"(D) fails to comply with any other provision of this section, or any rule promulgated thereunder, in such a way as to have an adverse effect on an individual.

Jurisdiction.

the individual may bring a civil action against the agency, and the district courts of the United States shall have jurisdiction in the matters under the provisions of this subsection.

Amendment
of record.

"(2) (A) In any suit brought under the provisions of subsection (g) (1) (A) of this section, the court may order the agency to amend the individual's record in accordance with his request or in such other way as the court may direct. In such a case the court shall determine the matter de novo.

"(B) The court may assess against the United States reasonable attorney fees and other litigation costs reasonably incurred in any case under this paragraph in which the complainant has substantially prevailed.

Injunction.

"(3) (A) In any suit brought under the provisions of subsection (g) (1) (B) of this section, the court may enjoin the agency from withholding the records and order the production to the complainant of any agency records improperly withheld from him. In such a case the court shall determine the matter de novo, and may examine the contents of



December 31, 1974

- 7 -

Pub. Law 93-579

98 STAT. 1902

any agency records in camera to determine whether the records or any portion thereof may be withheld under any of the exemptions set forth in subsection (k) of this section, and the burden is on the agency to sustain its action.

"(B) The court may assess against the United States reasonable attorney fees and other litigation costs reasonably incurred in any case under this paragraph in which the complainant has substantially prevailed.

"(4) In any suit brought under the provisions of subsection (g) (1) (C) or (D) of this section in which the court determines that the agency acted in a manner which was intentional or willful, the United States shall be liable to the individual in an amount equal to the sum of—

"(A) actual damages sustained by the individual as a result of the refusal or failure, but in no case shall a person entitled to recovery receive less than the sum of \$1,000; and

"(B) the costs of the action together with reasonable attorney fees as determined by the court.

"(5) An action to enforce any liability created under this section may be brought in the district court of the United States in the district in which the complainant resides, or has his principal place of business, or in which the agency records are situated, or in the District of Columbia, without regard to the amount in controversy, within two years from the date on which the cause of action arises, except that where an agency has materially and willfully misrepresented any information required under this section to be disclosed to an individual and the information so misrepresented is material to establishment of the liability of the agency to the individual under this section, the action may be brought at any time within two years after discovery by the individual of the misrepresentation. Nothing in this section shall be construed to authorize any civil action by reason of any injury sustained as the result of a disclosure of a record prior to the effective date of this section.

"(h) RIGHTS OF LEGAL GUARDIAN.—For the purposes of this section, the parent of any minor, or the legal guardian of any individual who has been declared to be incompetent due to physical or mental incapacity or age by a court of competent jurisdiction, may act on behalf of the individual.

"(i) (1) CRIMINAL PENALTIES.—Any officer or employee of an agency, who by virtue of his employment or official position, has possession of, or access to, agency records which contain individually identifiable information the disclosure of which is prohibited by this section or by rules or regulations established thereunder, and who knowing that disclosure of the specific material is so prohibited, willfully discloses the material in any manner to any person or agency not entitled to receive it, shall be guilty of a misdemeanor and fined not more than \$5,000.

"(2) Any officer or employee of any agency who willfully maintains a system of records without meeting the notice requirements of subsection (e) (4) of this section shall be guilty of a misdemeanor and fined not more than \$5,000.

"(3) Any person who knowingly and willfully requests or obtains any record concerning an individual from an agency under false pretenses shall be guilty of a misdemeanor and fined not more than \$3,000.

"(j) GENERAL EXEMPTIONS.—The head of any agency may promulgate rules, in accordance with the requirements (including general notice) of sections 553 (b) (1), (2), and (3), (c), and (e) of this title, to exempt any system of records within the agency from any part of this section except subsections (b), (c) (1) and (2), (e) (4) (A) through (C), and (f). 5 USC 553.



89 STAT. 1903

Pub. Law 93-579

- 8 -

December 31, 1974

(F), (e) (C), (7), (9), (10), and (11), and (i) if the system of records is—

“(1) maintained by the Central Intelligence Agency; or

“(2) maintained by an agency or component thereof which performs as its principal function any activity pertaining to the enforcement of criminal laws, including police efforts to prevent, control, or reduce crime or to apprehend criminals, and the activities of prosecutors, courts, correctional, probation, pardon, or parole authorities, and which consists of (A) information compiled for the purpose of identifying individual criminal offenders and alleged offenders and consisting only of identifying data and notations of arrests, the nature and disposition of criminal charges, sentencing, confinement, release, and parole and probation status; (B) information compiled for the purpose of a criminal investigation, including reports of informants and investigators, and associated with an identifiable individual; or (C) reports identifiable to an individual compiled at any stage of the process of enforcement of the criminal laws from arrest or indictment through release from supervision.

5 USC 553.

At the time rules are adopted under this subsection, the agency shall include in the statement required under section 553(c) of this title, the reasons why the system of records is to be exempted from a provision of this section.

“(k) **SPECIFIC EXEMPTIONS.**—The head of any agency may promulgate rules, in accordance with the requirements (including general notice) of sections 552(b) (1), (2), and (3), (c), and (e) of this title, to exempt any system of records within the agency from subsections (c) (2), (d), (e) (1), (e) (4) (G), (H), and (I) and (f) of this section if the system of records is—

5 USC 552.

“(1) subject to the provisions of section 552(b) (1) of this title;

“(2) investigatory material compiled for law enforcement purposes, other than material within the scope of subsection (j) (2) of this section: *Provided, however,* That if any individual is denied any right, privilege, or benefit that he would otherwise be entitled by Federal law, or for which he would otherwise be eligible, as a result of the maintenance of such material, such material shall be provided to such individual, except to the extent that the disclosure of such material would reveal the identity of a source who furnished information to the Government under an express promise that the identity of the source would be held in confidence, or, prior to the effective date of this section, under an implied promise that the identity of the source would be held in confidence;

18 USC 3056.

“(3) maintained in connection with providing protective services to the President of the United States or other individuals pursuant to section 3056 of title 18;

“(4) required by statute to be maintained and used solely as statistical records;

“(5) investigatory material compiled solely for the purpose of determining suitability, eligibility, or qualifications for Federal civilian employment, military service, Federal contracts, or access to classified information, but only to the extent that the disclosure of such material would reveal the identity of a source who furnished information to the Government under an express promise that the identity of the source would be held in confidence, or, prior to the effective date of this section, under an implied promise that the identity of the source would be held in confidence;

“(6) testing or examination material used solely to determine individual qualifications for appointment or promotion in the



December 31, 1974

- 9 -

Pub. Law 93-579

88 STAT. 1904

Federal service the disclosure of which would compromise the objectivity or fairness of the testing or examination process; or

"(7) evaluation material used to determine potential for promotion in the armed services, but only to the extent that the disclosure of such material would reveal the identity of a source who furnished information to the Government under an express promise that the identity of the source would be held in confidence, or, prior to the effective date of this section, under an implied promise that the identity of the source would be held in confidence.

At the time rules are adopted under this subsection, the agency shall include in the statement required under section 553 (c) of this title, the reasons why the system of records is to be exempted from a provision of this section.

5 USC 553.

"(1) (1) Archival Records.—Each agency record which is accepted by the Administrator of General Services for storage, processing, and servicing in accordance with section 3103 of title 44 shall, for the purposes of this section, be considered to be maintained by the agency which deposited the record and shall be subject to the provisions of this section. The Administrator of General Services shall not disclose the record except to the agency which maintains the record, or under rules established by that agency which are not inconsistent with the provisions of this section.

44 USC 3103.

"(2) Each agency record pertaining to an identifiable individual which was transferred to the National Archives of the United States as a record which has sufficient historical or other value to warrant its continued preservation by the United States Government, prior to the effective date of this section, shall, for the purposes of this section, be considered to be maintained by the National Archives and shall not be subject to the provisions of this section, except that a statement generally describing such records (modeled after the requirements relating to records subject to subsections (c) (4) (A) through (G) of this section) shall be published in the Federal Register.

Publication
in Federal
Register.

"(3) Each agency record pertaining to an identifiable individual which is transferred to the National Archives of the United States as a record which has sufficient historical or other value to warrant its continued preservation by the United States Government, on or after the effective date of this section, shall, for the purposes of this section, be considered to be maintained by the National Archives and shall be exempt from the requirements of this section except subsections (c) (4) (A) through (G) and (e) (2) of this section.

"(m) GOVERNMENT CONTRACTORS.—When an agency provides by a contract for the operation by or on behalf of the agency of a system of records to accomplish an agency function, the agency shall, consistent with its authority, cause the requirements of this section to be applied to such system. For purposes of subsection (i) of this section any such contractor and any employee of such contractor, if such contract is agreed to on or after the effective date of this section, shall be considered to be an employee of an agency.

"(n) MAILING LIST.—An individual's name and address may not be sold or rented by an agency unless such action is specifically authorized by law. This provision shall not be construed to require the withholding of names and addresses otherwise permitted to be made public.

"(o) REPORT ON NEW SYSTEMS.—Each agency shall provide adequate advance notice to Congress and the Office of Management and Budget of any proposal to establish or alter any system of records in order to permit an evaluation of the probable or potential effect of such

Notice to...
Congress and
OMB.



Report to
Speaker of
the House
and Presi-
dent of the
Senate.

5 USC 552.

5 USC prec.
500.

Privacy Pro-
tection Study
Commission.
Establishment.
5 USC 552a
note.
Membership.

Vacancies.

proposal on the privacy and other personal or property rights of individuals or the disclosure of information relating to such individuals, and its effect on the preservation of the constitutional principles of federalism and separation of powers.

"(p) ANNUAL REPORT.—The President shall submit to the Speaker of the House and the President of the Senate, by June 30 of each calendar year, a consolidated report, separately listing for each Federal agency the number of records contained in any system of records which were exempted from the application of this section under the provisions of subsections (j) and (k) of this section during the preceding calendar year, and the reasons for the exemptions, and such other information as indicates efforts to administer fully this section.

(q) EXEMPT OR OBTAIN LAWS.—No agency shall rely on any exemption contained in section 552 of this title to withhold from an individual any record which is otherwise accessible to such individual under the provisions of this section."

SEC. 4. The chapter analysis of chapter 5 of title 5, United States Code, is amended by inserting:

"552a. Records about individuals."

immediately below:

"552. Public information; agency rules, opinions, orders, and proceedings."

SEC. 5. (a) (1) There is established a Privacy Protection Study Commission (hereinafter referred to as the "Commission") which shall be composed of seven members as follows:

- (A) three appointed by the President of the United States,
- (B) two appointed by the President of the Senate, and
- (C) two appointed by the Speaker of the House of Representatives.

Members of the Commission shall be chosen from among persons who, by reason of their knowledge and expertise in any of the following areas—civil rights and liberties, law, social sciences, computer technology, business, records management, and State and local government—are well qualified for service on the Commission.

(2) The members of the Commission shall elect a Chairman from among themselves.

(3) Any vacancy in the membership of the Commission, as long as there are four members in office, shall not impair the power of the Commission but shall be filled in the same manner in which the original appointment was made.

(4) A quorum of the Commission shall consist of a majority of the members, except that the Commission may establish a lower number as a quorum for the purpose of taking testimony. The Commission is authorized to establish such committees and delegate such authority to them as may be necessary to carry out its functions. Each member of the Commission, including the Chairman, shall have equal responsibility and authority in all decisions and actions of the Commission, and shall have full access to all information necessary to the performance of their functions, and shall have one vote. Action of the Commission shall be determined by a majority vote of the members present. The Chairman (or a member designated by the Chairman to be acting Chairman) shall be the official spokesman of the Commission in all relations with the Congress, Government agencies, other persons, and the public, and, on behalf of the Commission, shall see to the faithful execution of the administrative policies and decisions of the Commission and shall report thereon to the Commission from time to time or as the Commission may direct.



December 31, 1974

- 11 -

Pub. Law 93-579

89 STAT. 1906

(5) (A) Whenever the Commission submits any budget estimate or request to the President or the Office of Management and Budget, it shall concurrently transmit a copy of that request to Congress.

Budget requests.

(B) Whenever the Commission submits any legislative recommendations, or testimony, or comments on legislation to the President or Office of Management and Budget, it shall concurrently transmit a copy thereof to the Congress. No officer or agency of the United States shall have any authority to require the Commission to submit its legislative recommendations, or testimony, or comments on legislation, to any officer or agency of the United States for approval, comments, or review, prior to the submission of such recommendations, testimony, or comments to the Congress.

Legislative recommendations.

(b) The Commission shall—

Study.

(1) make a study of the data banks, automated data processing programs, and information systems of governmental, regional, and private organizations, in order to determine the standards and procedures in force for the protection of personal information; and

(2) recommend to the President and the Congress the extent, if any, to which the requirements and principles of section 552a of title 5, United States Code, should be applied to the information practices of those organizations by legislation, administrative action, or voluntary adoption of such requirements and principles, and report on such other legislative recommendations as it may determine to be necessary to protect the privacy of individuals while meeting the legitimate needs of government and society for information.

Ante, p. 1897.

(c) (1) In the course of conducting the study required under subsection (b) (1) of this section, and in its reports thereon, the Commission may research, examine, and analyze—

(A) interstate transfer of information about individuals that is undertaken through manual files or by computer or other electronic or telecommunications means;

(B) data banks and information programs and systems the operation of which significantly or substantially affect the enjoyment of the privacy and other personal and property rights of individuals;

(C) the use of social security numbers, license plate numbers, universal identifiers, and other symbols to identify individuals in data banks and to gain access to, integrate, or centralize information systems and files; and

(D) the matching and analysis of statistical data, such as Federal census data, with other sources of personal data, such as automobile registries and telephone directories, in order to reconstruct individual responses to statistical questionnaires for commercial or other purposes, in a way which results in a violation of the implied or explicitly recognized confidentiality of such information.

(2) (A) The Commission may include in its examination personal information activities in the following areas: medical; insurance; education, employment and personnel; credit, banking and financial institutions; credit bureaus; the commercial reporting industry; cable television and other telecommunications media; travel, hotel and entertainment reservations; and electronic check processing.

(B) The Commission shall include in its examination a study of—

(i) whether a person engaged in interstate commerce who maintains a mailing list should be required to remove an individual's name and address from such list upon request of that individual;



88 STAT. 1907

Pub. Law 93-579

- 12 -

December 31, 1974

Ante, p. 1897.

Religious or-
ganizations,
exception.

Guidelines
for study.

- (ii) whether the Internal Revenue Service should be prohibited from transferring individually identifiable data to other agencies and to members of State governments;
- (iii) whether the Federal Government should be liable for general damages incurred by an individual as the result of a willful or intentional violation of the provisions of sections 552a (g) (1) (C) or (D) of title 5, United States Code; and
- (iv) whether and how the standards for security and confidentiality of records required under section 552a (c) (10) of such title should be applied when a record is disclosed to a person other than an agency.
- (C) The Commission may study such other personal information activities necessary to carry out the congressional policy embodied in this Act, except that the Commission shall not investigate information systems maintained for religious organizations.
- (5) In conducting such study, the Commission shall—
- (A) determine what laws, Executive orders, regulations, directives, and judicial decisions govern the activities under study and the extent to which they are consistent with the rights of privacy, due process of law, and other guarantees in the Constitution;
- (B) determine to what extent governmental and private information systems affect Federal-State relations or the principle of separation of powers;
- (C) examine the standards and criteria governing programs, policies, and practices relating to the collection, soliciting, processing, use, access, integration, dissemination, and transmission of personal information; and
- (D) to the maximum extent practicable, collect and utilize findings, reports, studies, hearing transcripts, and recommendations of governmental, legislative and private bodies, institutions, organizations, and individuals which pertain to the problems under study by the Commission.
- (d) In addition to its other functions the Commission may—
- (1) request assistance of the heads of appropriate departments, agencies, and instrumentalities of the Federal Government, of State and local governments, and other persons in carrying out its functions under this Act;
- (2) upon request, assist Federal agencies in complying with the requirements of section 552a of title 5, United States Code;
- (3) determine what specific categories of information, the collection of which would violate an individual's right of privacy, should be prohibited by statute from collection by Federal agencies; and
- (4) upon request, prepare model legislation for use by State and local governments in establishing procedures for handling, maintaining, and disseminating personal information at the State and local level and provide such technical assistance to State and local governments as they may require in the preparation and implementation of such legislation.
- (e) (1) The Commission may, in carrying out its functions under this section, cause to be taken and held at such times and places, hold such public or private hearings, receive by subpoena the attendance of witnesses and the production of such books, records, papers, correspondence, and documents, administer such oaths, have such printing and binding done, and make such expenditures as the Commission deems advisable. A subpoena shall be issued only upon an affirmative vote of a majority of all members of the Com-



December 31, 1974

- 13 -

Pub. Law 93-579

89 STAT. 1908

mission. Subpoenas shall be issued under the signature of the Chairman or any member of the Commission designated by the Chairman and shall be served by any person designated by the Chairman or any such member. Any member of the Commission may administer oaths or affirmations to witnesses appearing before the Commission.

(2) (A) Each department, agency, and instrumentality of the executive branch of the Government is authorized to furnish to the Commission, upon request made by the Chairman, such information, data, reports and such other assistance as the Commission deems necessary to carry out its functions under this section. Whenever the head of any such department, agency, or instrumentality submits a report pursuant to section 552a (a) of title 5, United States Code, a copy of such report shall be transmitted to the Commission.

Reports,
transmittal
to Commission.
Ante, p. 1897.

(B) In carrying out its functions and exercising its powers under this section, the Commission may accept from any such department, agency, independent instrumentality, or other person any individually identifiable data if such data is necessary to carry out such powers and functions. In any case in which the Commission accepts any such information, it shall assure that the information is used only for the purpose for which it is provided, and upon completion of that purpose such information shall be destroyed or returned to such department, agency, independent instrumentality, or person from which it is obtained, as appropriate.

(3) The Commission shall have the power to—

(A) appoint and fix the compensation of an executive director, and such additional staff personnel as may be necessary, without regard to the provisions of title 5, United States Code, governing appointments in the competitive service, and without regard to chapter 51 and subchapter III of chapter 53 of such title relating to classification and General Schedule pay rates, but at rates not in excess of the maximum rate for GS-18 of the General Schedule under section 5322 of such title; and

5 USC 5101,
5331.

(B) procure temporary and intermittent services to the same extent as is authorized by section 3109 of title 5, United States Code.

5 USC 5332
note.

The Commission may delegate any of its functions to such personnel of the Commission as the Commission may designate and may authorize such successive redelegations of such functions as it may deem desirable.

(4) The Commission is authorized—

(A) to adopt, amend, and repeal rules and regulations governing the manner of its operations, organization, and personnel;

Rules and
regulations.

(B) to enter into contracts or other arrangements or modifications thereof, with any government, any department, agency, or independent instrumentality of the United States, or with any person, firm, association, or corporation, and such contracts or other arrangements, or modifications thereof, may be entered into without legal consideration, without performance or other bonds, and without regard to section 3709 of the Revised Statutes, as amended (41 U.S.C. 5);

(C) to make advance, progress, and other payments which the Commission deems necessary under this Act without regard to the provisions of section 5045 of the Revised Statutes, as amended (31 U.S.C. 529); and

(D) to take such other action as may be necessary to carry out its functions under this section.



88 STAT. 1909

Pub. Law 93-579

- 14 -

December 31, 1974

Compensation.

(f) (1) Each [the] member of the Commission who is an officer or employee of the United States shall serve without additional compensation, but shall continue to receive the salary of his regular position when engaged in the performance of the duties vested in the Commission.

Per diem.

(2) A member of the Commission other than one to whom paragraph (1) applies shall receive per diem at the maximum daily rate for GS-18 of the General Schedule when engaged in the actual performance of the duties vested in the Commission.

5 USC 5332
note.

Travel expenses.

(3) All members of the Commission shall be reimbursed for travel, subsistence, and other necessary expenses incurred by them in the performance of the duties vested in the Commission.

Report to
President
and Congress.

(g) The Commission shall, from time to time, and in an annual report, report to the President and the Congress on its activities in carrying out the provisions of this section. The Commission shall make a final report to the President and to the Congress on its findings pursuant to the study required to be made under subsection (b) (1) of this section not later than two years from the date on which all of the members of the Commission are appointed. The Commission shall cease to exist thirty days after the date on which its final report is submitted to the President and the Congress.

Penalties.

(h) (1) Any member, officer, or employee of the Commission, who by virtue of his employment or official position, has possession of, or access to, agency records which contain individually identifiable information the disclosure of which is prohibited by this section, and who knowing that disclosure of the specific material is so prohibited, willfully discloses the material in any manner to any person or agency not entitled to receive it, shall be guilty of a misdemeanor and fined not more than \$5,000.

(2) Any person who knowingly and willfully requests or obtains any record concerning an individual from the Commission under false pretenses shall be guilty of a misdemeanor and fined not more than \$5,000.

5 USC 552a
note.

Sec. 6. The Office of Management and Budget shall—

(1) develop guidelines and regulations for the use of agencies in implementing the provisions of section 552a of title 5, United States Code, as added by section 3 of this Act; and

(2) provide continuing assistance to and oversight of the implementation of the provisions of such section by agencies.

Ante, p. 1897.

5 USC 552a
note.

Sec. 7. (a) (1) It shall be unlawful for any Federal, State or local government agency to deny to any individual any right, benefit, or privilege provided by law because of such individual's refusal to disclose his social security account number.

(2) the provisions of paragraph (1) of this subsection shall not apply with respect to—

(A) any disclosure which is required by Federal statute, or

(B) the disclosure of a social security number to any Federal, State, or local agency maintaining a system of records in existence and operating before January 1, 1975, if such disclosure was required under statute or regulation adopted prior to such date to verify the identity of an individual.

(b) Any Federal, State, or local government agency which requests an individual to disclose his social security account number shall inform that individual whether that disclosure is mandatory or voluntary, by what authority or other authority such number is solicited, and what uses will be made of it.



December 31, 1974

- 15 -

Pub. Law 93-579

Sec. 8. The provisions of this Act shall be effective on and after the date of enactment, except that the amendments made by sections 3 and 4 shall become effective 270 days following the day on which this Act is enacted.

86 STAT. 1910
Effective date.
5 USC 552a
note.

Sec. 9. There is authorized to be appropriated to carry out the provisions of section 5 of this Act for fiscal years 1975, 1976, and 1977 the sum of \$1,500,000, except that not more than \$750,000 may be expended during any such fiscal year.

Appropriation.
5 USC 552a
note.

Approved December 31, 1974.

LEGISLATIVE HISTORY:

HOUSE REPORT No. 93-1416 accompanying H.R. 16373 (Comm. on Government Operations).

SENATE REPORT No. 93-1163 (Comm. on Government Operations).

CONGRESSIONAL RECORD, Vol. 120 (1974):

Nov. 21, considered and passed Senate.

Dec. 11, considered and passed House, amended, in lieu of H.R. 16373.

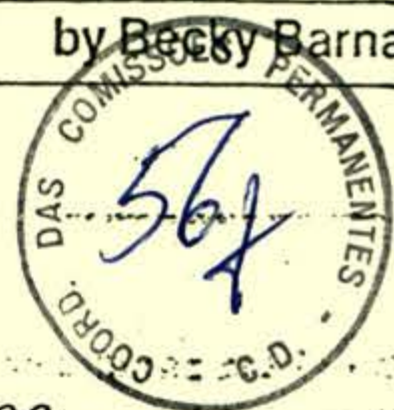
Dec. 17, Senate concurred in House amendment with amendments.

Dec. 18, House concurred in Senate amendments.

WEEKLY COMPILATION OF PRESIDENTIAL DOCUMENTS, Vol. 11, No. 1:

Jan. 1, Presidential statement.

Ford's privacy report



Why was the Domestic Council Committee on the Right of Privacy report commissioned in the first place and why was it not adopted? Explanations abound, but they conflict.

This is a story about privacy. Until recently it was a story that remained fairly private. It's a story about a report prepared for President Ford but not authorized for release to the public until shortly before the end of his term.

The nameless sources in the story all requested anonymity. The varying versions they tell contain contradictions about why the report was commissioned and why it was not subsequently acted upon. The story goes like this:

With pride and pomp, the Domestic Council Committee on the Right of Privacy entered the national limelight in 1974. It left the federal arena last September without fanfare. The dissolution of the once-heralded privacy committee had been planned; the sober mood of the move had hardly been anticipated.

During the last months of its two-year life, the White House committee diligently prepared a final report to the President. Submitted to Gerald Ford last Sept. 1, the committee's accumulated work got lost in an election year hiatus. The report was to have been released only at the President's directive. Whether by decision or indecision, the findings of the executive level committee remained in the Ford White House



THE VICE PRESIDENT
WASHINGTON

January 12, 1977

At the suggestion of Quincy Rodgers, I am sending you the attached Report, entitled National Information Policy, which was prepared by the staff of the Domestic Council Committee on the Right of Privacy.

A great number of public policy questions are being generated by advances in computer and communication technology, by shifts in the United States economy from a manufacturing to an information base, and by citizens' demands for clarification of their right to have and control information.

Public controversies recur over substantiation and regulatory policies for our national information and communications infrastructure; over the virtues of monopoly, competition, and direct government participation in the furnishing of information, products and services; over government information management, including issues of freedom of information, privacy, intragovernment sharing, and reporting practices; over proposals to regulate the private sector's use and exchange of information, whether intrastate, interstate, or transnational; and over adequacy of copyright laws in the face of new technologies; among others.

The enclosed report addresses these and other related issues and considers ways in which government can be organized to deal with them. I hope you will find its analysis and recommendations useful.

Alvin D. Rockefeller

Enclosure

until mid-January. Then its release was authorized by Vice President Rockefeller, who preempted the power of the President.

Ford's shelving of the report is particularly ironic in the light of the major thrust of the committee's conclusions. In the 250-page report, the committee observes that national information policy will eventually be established whether it is arrived at "consciously or unconsciously, by

commission or omission, carefully or haphazardly, in a comprehensive or in a piecemeal fashion." At issue, therefore, is whether government—and particularly the President—will attempt "to provide coordination and articulate a rational framework" for dealing with an exponentially expanding information age.

It started with Nixon

Another irony of the privacy problem is that the White House committee was created by none other than onetime privacy protagonist Richard Nixon. In his 1974 State of the Union address, the former President elevated the right of privacy to an issue of national importance. In what now seems a gross understatement, Nixon proclaimed, "Modern information systems, data banks, credit records, mailing list abuses, electronic snooping, the collection of personal data for one purpose that may be used for another—all these have left millions of Americans deeply concerned."

Nixon told the American people he had ordered "an extensive cabinet-level review" of government and industry practices relating to the right of privacy. The promised "review" evolved into formation of the Domestic Council Committee on the Right of Privacy. Charged with studying the interrelationships be-

The report was a last gasp of a group of guys who were trying to salvage their jobs.



tween the use of computers and the right of privacy, the committee was to have the Vice President as its head. Its first chairman, thus, was Gerald Ford.

Like Nixon, Ford pledged to make privacy protection one of his top priorities. In a keynote address before the 1974 National Computer Conference in Chicago, the Vice President warned against the inclination to "scapegoat the computer as a Frankenstein's monster." Ford expressed confidence that "technology capable of designing such intricate systems can also design measures to assure security."

Then the Watergate scandal brought a cascade of changes. Some of the most serious abuses of personal privacy sent Nixon sailing from office. Ford was made President. Nelson Rockefeller accepted the position of Vice President, and thus the chairmanship of the privacy committee. With Ford's change in position came a change in priorities, and privacy progress—at least at the Executive level—seemed to plummet. The final report of the President's own Domestic Council Committee, a committee he had once chaired, was ignored.

Ford's directives

It was Ford himself who had commissioned the report. In a March 1976 memo to chairman Rockefeller, the President asked the committee to study not only the nation's privacy policy, but the more encompassing topic of the nation's information policy. Specifically, Ford directed the committee to "review and clearly define the information policy issues which confront federal policymakers; ascertain the status of information policy studies now going forward within a number of agencies in the Executive branch; and report [to him] by Sept. 1, 1976, with recommendations on how the federal government should organize itself to deal with these information policy issues."

So, the committee undertook a broad review of policy issues concerned with the creation, collection, dissemination, availability, access

and use of information in the United States. The scope of the report was "admittedly ambitious," commented Quincy Rodgers, executive director of the privacy committee. Nevertheless, an inclusive and comprehensive report was compiled, in time for the September deadline.

What the committee found is that there is no lack of information policy, but there are no comprehensive and coordinated policymaking efforts. "What is happening," the report says, "is that streams of policy development which have previously existed independently of each other have begun to come together. Individuals within such streams, often having diverse backgrounds and training, have begun to interact. And yet, sharp governmental focus has so far been elusive." The ills could be remedied, the committee suggests, by creating an Office of Information Policy within the Executive Office of the President.

Conflicting explanations

Up to this point in the story, Capitol Hill insiders are in agreement with the details. But they disagree about the answers to two questions. Why was the report commissioned in the first place? Why were its recommendations not subsequently adopted? The report had a very limited circulation on the Hill and, because Ford failed to okay its release, few federal officials were willing to answer those questions. Those who did comment presented conflicting explanations.

The privacy committee staff and Vice President Rockefeller were the major proponents for adoption of the report. Sources close to these parties insist that Ford did consider the study of major importance, but did not okay its adoption because he simply did not have time to act on all pending matters during the hectic 2-1/2 months before he left office.

One White House spokesman asserts that Ford would have acted on the report had he won the November election. "He couldn't approve creation of a new department within the Executive Office of the President when he was packing his bags to

leave that office," the spokesman comments. "Carter could then have abolished it as soon as it was created."

The opposition to the report was more vocal. One source says, "While the issues are important ones for our country, I've never felt that anybody should be an information czar. That's exactly what the report proposes. The President didn't adopt the report because he didn't agree with its recommendations."

The "real story" behind the report, says one disgruntled source, is this: "The privacy committee knew it had a limited lease on life. The report was the last gasp of a group of guys who were trying to salvage their jobs by translating them into a bigger and better agency. After all, who do you think would have been in line to head up the proposed new office?"

As his story goes, the committee "put out feelers" early last year to top officials in various agencies for creation of an information policy office. According to the Capitol Hill source, the Office of Management and Budget, for one, told the committee the idea was too broad, too grandiose and not necessary.

Circumventing channels

The committee went ahead anyway, the source explains, and "decided to ask the President to ask them to prepare this report." They pulled it off, he says, by circumventing the normal route to the President. The source claims that rather than sending the request for the report through the White House Domestic Council, the proper channel, the committee "used" Rockefeller—their chairman and the Vice President—as a spokesman.

"They knew Rockefeller could walk into the President's office with this thing and get Ford to sign the Committee-drafted memo requesting the report," says the source. "Ford didn't care. The committee had little to do in its remaining term, so why not at least keep them busy." The spokesman asserts that Ford didn't act on the report because "he didn't think it was that big a deal."



In the end, Rockefeller released the report. While the subject of printing costs had been a secondary consideration, when the National Commission on Libraries and Information Science, through its executive director Al Trezza, offered to pay for the printing of 2,500 copies, "Rocky made a last-minute decision to print," one source explained. "There didn't seem to be any great need to go to Ford for the official okay." Copies were mailed out on the day before Carter's inauguration.

So, for whatever reasons, an information policy report was compiled. And whether or not its recommendations are valid, it nonetheless represents what is perhaps the first governmental effort to pull together all facets of the Information Age and examine their combined impacts on the future of the nation.

In the report the committee states that the rapidity of technological change obviates the ability to formulate policy on a case-by-case basis. "There is no longer time to anticipate the impact of information technology applications before they become part of our everyday lives."

The committee contends that the nation is entering a post-industrial society, best characterized as an information environment. Already, the report points out, one-third to one-half of the country's gross national product is attributable to the production and distribution of information and knowledge. New information technology is ushering in the Information Age, and with it a host of public policy problems.

Changes in the new era

Some key characteristics of the new era cited by the committee include: an exponential increase in the volume of information flow; a shrinkage of time and distance constraints on communications; greater nationwide dependence on information and communication services; an increase in the interdependence of previously autonomous institutions and services; conceptual changes in economic, social and political processes induced by increased information and communications; a decrease

in the "time cushion" between social and technical changes and their impact and consequences; and global shrinkage and its consequent pressures on increased international information exchange.

"The consequences of this newly emerging information environment are poorly understood analytically, but they are destined to have an enormous impact on the nation's economic growth, our social development, and our individual lives," the committee report contends. Currently, the most pressing Information Age need of the government is the elimination of fragmented and often conflicting policies. The report cites examples of actions taken by Congress and Executive branch agencies to illustrate the lack of cohesive policymaking efforts.

Congress is frequently asked to resolve questions of information policy, although the questions are seldom phrased in those terms. Such legislation as the Privacy Act, the Freedom of Information Act and Sunshine Laws set information policy. Congress has acted on or has pending consumer legislation, legislation on telecommunications and telephone company structure, legislation creating a Presidential Science Advisor, and so forth. And yet, the committee complains, "there is little evidence that Congress has seen the need to consider the overall information policy aspects of its legislation."

"Thus information policies emerging from the Congress continue to be developed in an *ad hoc* piecemeal fashion by numerous Congressional committees struggling to frame responses without benefit of a comprehensive overview of the field." The report is also critical of the number of study commissions formed to look at segmented aspects of information policy issues. Besides serving as evidence of growing policy fragmentation, the committee document warns, the study commissions often have overlapping jurisdictions which can result in conflicting policies.

According to the report, the specialized study commissions also represent "a Congressional attempt to

delegate or postpone the resolution of difficult information policy issues." Additionally, the report charges, the tendency to pass the buck is also reflected in issues remanded to the courts for determination, such as achieving the balance between open access and privacy considerations.

Focus on technology wrong

The Executive branch is also to be blamed for shortcomings in the information area, the report intimates. A major fault of the agencies has been their focus on immediate problems generated by technology and citizen demands. The incredible speed with which issues of the Information Age now develop makes that on-the-spot method obsolete.

In general, the report attacks the federal agencies for responding to information policy issues in reaction to specific stimuli, such as regulations of the Freedom of Information Act and the Privacy Act. "But as a general rule," it comments, "they have not considered in any systematic way the impacts they are having on government-wide policy development or even the information needs of their own agencies."

Through a series of "issue clusters," the privacy committee report discusses various immediate problems facing government policy makers, and raises questions involving complex and difficult choices between competing values. "The time to prepare for these choices is fast disappearing," the report warns. It urges government to move beyond a crisis management approach and operate on a more farsighted basis.

Key question

"A key question is how to structure the policymaking process so that the country can begin to develop a national information policy that is comprehensive, sufficiently sensitive to new technology, and responsive to the implications of the Information Age." The first step toward structuring that process, the report recommends, is the establishment of a policy organization within the Executive Office of the President.

Specifically, the Domestic Council Committee recommended:

- That the United States set as a goal the development of a coordinated National Information Policy.

- That there be established in the Executive Office of the President an Office of Information Policy by either structuring a new institutional entity or by refocusing and expanding responsibilities within any of several existing entities.

- That an interagency Council on Information Policy be created, consisting of high-level agency representatives, chaired by the Director of the Office of Information Policy.

- That an Advisory Committee be created to assist the Office of Information Policy in the performance of its duties, and that this committee be representative of the private sector, local government, and the academic and professional disciplines concerned with information policy issues.

According to the privacy committee's findings, bringing together the threads of a national information policy into one policymaking location meets several needs. First, because information policy issues are interrelated, actions taken in one area may have an impact on others. Solutions for one problem often have consequences for other problems. "At present no unit of government has the authority to respond to that reality," the report states.

Another benefit of comprehensive attention to information policy concerns lies in the efficient use of manpower and skills. The report states that "a unified approach to these issues will permit the development of strong and sustained policy skills, take maximum advantage of related experience, minimize duplication, and enhance the processes of coordination and policy development."

And finally, the report points out, "an organizational structure which has high visibility and adequate authority could prevent information concerns from being compromised and traded away for other concerns at the agency level (below the range of public visibility), which has often been the case in the past."

President formulates policies

In its report, the committee stands firm on its decision that formulation of unified policies "can best be done, given the importance of the issues and their government-wide effects,

from within the Executive Office of the President." Placing the policy machinery at that high level "is appropriate given the limitations which exist on the power of the Executive branch to respond unilaterally to the issues of information policy raised in this report." It adds that policy issues have historically been divided between the Legislative and Executive branches of government "in a way that makes a fully coordinated approach especially difficult."

OIP functions

As envisioned by the privacy committee, the proposed OIP would perform the following types of general functions:

- Serve as the President's principal advisor on matters of information policy;

- Provide leadership for the Executive branch through the initiation of programs of public benefit;

- Provide a structural framework for the resolution of competing interests and the balancing of competing values in the course of developing policies on behalf of the Executive branch;

- Resolve conflicts between federal agencies over policies for the federal government and other sectors;

- Establish and refine priorities for dealing with issues of information policy;

- Develop technical and policy expertise with regard to information policy issues, contribute to the growth of a conceptual framework for dealing with these issues; and monitor development relating to them;

- Provide a focal point for both the public and the private sector where proposals and problems can receive consideration;

- Develop recommendations for such further organizational changes as might be required over time and, where appropriate, work with the Congress to effect such changes; and

- Provide a central location for the receipt of the reports of temporary study commissions dealing with information policy and, where appropriate, act on behalf of the Executive branch concerning them.

Whether or not the recommendations should be adopted, the report does deserve consideration. Perhaps, when the frenetic pace of the new administration slows down, President Carter will take up the report and weigh its merits. □

You Can Order The Intelcolor 8001 Through These Authorized Sales Representatives

| | |
|--|---|
| ALABAMA FLORIDA GEORGIA MISSISSIPPI NORTH CAROLINA SOUTH CAROLINA TENNESSEE Col-Ins-Co., Inc. 800/327-6600 | NEW MEXICO The Thorson Company Albuquerque 505/265-5655 |
| ARIZONA The Thorson Company Phoenix 602/956-5300 | OKLAHOMA Data Marketing Assocs., Inc. Norman 405/364-8320 |
| ARKANSAS LOUISIANA TEXAS Data Marketing Assocs., Inc. Houston 713/780-2511 | PENNSYLVANIA Bartlett Assocs., Inc. Wayne 215/688-7325 WKM Assocs., Inc. Pittsburgh 412/892-2953 |
| CALIFORNIA NEVADA The Thorson Company Los Angeles 213/476-1241 | TENNESSEE (KNOXVILLE ONLY) McCain Electric Equipment Co. Knoxville 615/584-8411 |
| COLORADO UTAH WYOMING The Thorson Company Denver 303/759-0809 | WEST VIRGINIA (See Pittsburgh, Pa.) |
| CONNECTICUT NEW JERSEY NEW YORK Bartlett Assocs., Inc. White Plains 914/949-6476 | EUROPE Techexport, Inc. Cambridge, Ma. 617/661-9424 |
| DELAWARE DISTRICT OF COLUMBIA MARYLAND VIRGINIA Bartlett Assocs., Inc. Bethesda 301/656-3061 | AUSTRALIA Anderson Digital Electronics Victoria, Aust. 03/543-2077 |
| IDAHO MONTANA OREGON WASHINGTON The Thorson Company Bellevue 206/455-9180 | CANADA Cantec Rep., Inc. Montreal 514/620-3121 Ottawa 613/225-0363 Toronto 416/624-9696 |
| KENTUCKY OHIO WKM Assocs., Inc. Cleveland 216/267-0445 | JAPAN Munzig International Japan, Inc. Tokyo, Japan 586-2701 |
| MAINE MASSACHUSETTS NEW HAMPSHIRE RHODE ISLAND VERMONT Bartlett Assocs., Inc. Framingham 617/879-7530 | ALASKA HAWAII ILLINOIS INDIANA IOWA KANSAS MINNESOTA MISSOURI NEBRASKA NORTH DAKOTA SOUTH DAKOTA WISCONSIN Contact ISC direct |
| MICHIGAN WKM Assocs., Inc. Madison Hts. 313/588-2300 | Intelligent Systems Corp. 5965 Peachtree Corners East Norcross, Georgia 30071 Telephone 404/449-5961 |

COMPUTER DECISIONS



The Privacy Law

WHAT THE PRIVACY ACT OF 1974 CAN MEAN TO COMPUTER PEOPLE

Robert P. Bigelow, Esq.

COMPUTER LAW AND TAX REPORT, April 1975; pages 4-7

The Privacy Act of 1974 covers only government data banks, primarily on the federal level. However, Representatives Koch and Goldwater have introduced legislation that will cover private industry in a much more detailed way, and the Administration is considering legislation for special industries. The National Association of State Information Systems (NASIS) is preparing a model privacy bill for enactment in the states. Computer managers must be conversant with the Federal Act so that they may judge the effect that these controls — or even stiffer ones — would have upon their operation.

The Privacy Act of 1974 (P.L. 93-579) includes a new section, 552a, entitled "Records Maintained on Individuals." The Act also establishes a Privacy Protection Study Commission and limits the use of social security numbers as identifying numbers.

Both the administration and Congress are in a mood to enact further controls on the disclosure of personal information. Computer management must be constantly alert to point out to legislators that the goals of personal privacy and business record-keeping are not necessarily incompatible. It is up to management at all levels — policy, operating, and data processing — to insure that data bank regulations protect man's right to privacy as an individual without destroying his right to information as a member of society.

THE PRIVACY ISSUE

Donald L. Badders, TRW Inc.

CREDIT AND FINANCIAL MANAGEMENT, May 1975; pages 16, 17, 36

Two recent events — publication by HEW of a report titled "Records, Computers and the Rights of Citizens," and Watergate — have pushed the government toward legislation which would establish government control over most computerized files operated by business. Of particular consequence would be proposals seeking to limit, and in some cases, to abolish the use of Social Security numbers in record-keeping operations. The Federal Privacy Bill PL 93-579, was originally intended for both the public and private sectors, although as passed, it is directed only at the public sector. Industry should keep informed about such bills either passed or proposed. One of these is the Koch/Goldwater Bill (H.R. 1984). See how it can affect your operations. Make any corrections in your operations

that would be affected, and do so through the policy-makers of your company. Make sure that corporate management understands and is willing to participate in the legislative process. Help communicate the viewpoint of the business community to the public. Learn to deal with the various media.

The author's experience indicates that more attention must be given to clearly outline the intent of legislation and to draft precisely worded bills which support that intent. He feels it is better to put substantial effort into securing good laws in the beginning than to be forced to live with the uncertainties of governmental agency interpretations of poorly drafted laws.

Operations Research

A HYPERCUBE QUEUING MODEL FOR FACILITY LOCATION AND REDISTRICTING IN URBAN EMERGENCY SERVICES

Richard C. Larson, M.I.T.

COMPUTERS & OPERATIONS RESEARCH, March 1974; pages 67-95

This paper deals with spatially-oriented resource allocation problems experienced by police, fire, emergency medical, and other distributed emergency service systems. Focusing on a system's response units (e.g., police cars, fire engines, ambulances), it develops a computer-implemented model for exploring the operational behavior of the system under various strategies affecting the locations of the response units and the methods by which they are assigned to callers requiring service. The model computes a mixture of performance measures that allows a system planner to focus simultaneously on several region-wide objectives while assuring that spatial inequities in the delivery of service are maintained at an acceptable minimum.

Two important and related allocation problems of urban services are the "districting" problem and the "location" problem. "How should the region be partitioned into areas of primary responsibility (districts) so as to best achieve some level or combination of levels of service?" "How should the N response units be located or positioned while not responding to calls for service?"

The purpose of this paper is to propose and develop a computationally useful model that allows one to evaluate numerically the performance characteristics of systems having up to 12 cooperating emergency response units. Limited computational experience using a PL/1 program is reported; with 18 equal-sized sub-regions and up to 12 response units, the cost per run has yet to exceed \$15 on an IBM 370/155.



protection include room size, location and type of computer and equipment; surveillance equipment; outside environment/climate conditions; number of shifts and days per week; right number of computer personnel; incidence of internal and external crime; and state of employee/management relations.

Security problems caused by authorized and unauthorized users can range from accidental threats, to passive and active threats. Most of the company's security problems will not be from computer thieves, but from careless clerks, secretaries, computer operators, programmers, and other users of computer data.

It is management's duty to keep a watchful eye on accounting and file storage systems and see that adequate security measures have been taken. Procedures, manuals, or computer system documentation should be restricted. Purchasing and receiving functions should be evaluated for security threats. Management should oversee computer protection as well as all functions connected with the design and environment of the system. These responsibilities can be passed down to the Data Processing Manager, Security Administrator, security officers, file owners, line managers, and internal auditors. If management does not accept the responsibility of managing their own computer related affairs, the state and federal governments along with public groups will do it for them. For example, although the right to privacy is not expressly granted in the U.S. Constitution, it is implied by a ruling of the U.S. Supreme Court in "Giswald vs Connecticut" where amendments 1, 4, 5, and 9 were combined to form the ruling.

Implication Of Privacy Legislation On the Use Of Computer Technology In Business

Ruth M. Davis, Director of the Institute for Computer Sciences and Technology of the National Bureau of Standards
JURIMETRICS JOURNAL, Vol. 17, Fall 1976; pages 95-110

Legislation has already been enacted imposing requirements in Federal government agencies to protect individual privacy. Legislation has been proposed for the private sector which could impose similar requirements and, thereby, change some of the basic thinking of business regarding the uses of computers. Public concerns with information misuse have manifested themselves in the last five years primarily as concerns over:

1. Invasions of individual privacy
2. Centralization of information control
3. Damage to individuals resulting from inaccuracies in credit records
4. Controlling unlawful access to and unlawful use of "valuable" information
5. Computer fraud.

These problems are grouped into two major areas: computer security and individual privacy. Computer security addresses problems common to all computer systems. It insures that:

1. Only authorized information enters the system
2. Only authorized users have access to systems
3. Only authorized programs are run on systems
4. Only authorized changes are made to programs
5. Only authorized individuals access outputs

6. There is no destruction of the facilities, information or programs.
Privacy is concerned only with information on individuals and, therefore, addresses only a subset of computers. As detailed in the Privacy Act of 1974, privacy means:

1. That there will be no secret data bases
 2. That data subjects have a right to access data
 3. That data subjects have a right to correct data
 4. That data subjects have a right to control dissemination of data
 5. That recordkeepers are responsible for required information controls and notification of data subjects.
- Since the Privacy Act became law some twenty years after the use of computers became a principal means for information handling in the United States, we are involved with retrofitting existing computer systems designed against specific requirements to meet additional new objectives exemplified by the Privacy Act.

The kinds of safeguards necessary to protect personal data from unauthorized disclosure, destruction of modification can be put into three categories:

1. Physical security measures
2. Information management practices
3. Computer system security controls

Not all computer systems will require exactly the same safeguards. The extent to which computer systems must be retrofitted with specific technical safeguards varies not only with the size of the computer system but also with all of the following characteristics of the system:

1. The type of processing done on the system.
2. The sensitivity and potential value of the personal information determine the potential threat or hazards to the information that can be expected.
3. The security and privacy controls that are already in place determine how many additional technical safeguards must be added.

The cost of retrofitting computer systems to meet privacy requirements may not be as great as expected since much of the technology needed for privacy is also needed for:

1. Prevention of computer-related fraud.
2. Accuracy and integrity of data handled by computer systems.
3. Effective accountability, auditability, and fidelity of computer systems.

A fundamental technological basis for security and privacy includes the proper application of good information management practices.

Auditing techniques for computer systems need to be developed to check the security of systems during actual operation. This problem is subsumed by the general one of developing auditing techniques and diagnostics to verify, in real-time, that computer systems are performing their intended functions. This can be called the functional fidelity of computer systems.



WHAT LAW ENFORCEMENT CAN GAIN FROM COMPUTER DESIGNED WORK SCHEDULES

Published by U.S. Government, 1974; 16 pages

This pamphlet contains information on computer-based police scheduling systems. Types, costs, and sources of further information are discussed. It can be ordered from the Superintendent of Documents, U.S. Government Printing Office, Washington, DC 20402 for 70 cents. Refer to numbers J 1.44: C 73 and S/N 027-000-00279-0.

Privacy

THE PRIVACY DEBATE

Francis M. Gregory Jr. and Wright H. Andrews

DATA MANAGEMENT, August 1975; pages 32-36

Representatives Koch and Goldwater have introduced a bill in the U.S. Congress, H. R. 1984, to broaden and expand the provisions of the Privacy Act of 1974 and to include private business. The authors believe that until "hard evidence" is available, it is premature to urge the passage of comprehensive privacy legislation covering the private sector. The Privacy Protection Study Commission, created by the Privacy Act, will study whether privacy legislation should be passed to restrict the use and collection of personal information by businesses.

Koch and Goldwater distributed about 1,000 questionnaires to many of the nation's largest corporations, banks, and insurance companies, and to universities, labor unions, and other interested persons, to obtain data upon which to base conclusions. The authors believe that their questionnaire will be incomplete and prepared without a full understanding of the issues involved, and that the responses may also be misinterpreted by the survey reviewers and serve as the basis for unsound conclusions. The authors describe the questionnaire and what they believe to be some of its weaknesses. The survey contains no definitions and only minimal instructions, and consists to a great degree of checked answers to ten general concepts. They believe that there can be no rational way to compare responses. The survey asks if there would be problems of cost or other limitations in implementing the ten concepts, but does not ask for estimates of specific costs. Respondents did not receive a copy of H.R. 1984, and were not asked to comment on it. It contains many provisions not found in the Privacy Act.

The authors believe that a survey prepared by the Department of Commerce will provide important additional information to supplement the Koch-Goldwater efforts. It will be mailed to a statistically representative selection of over 3000 firms typifying the full range of private industry. The commerce survey defines key terms and provides helpful instructions. It is structured so as to develop detailed specific information, with many of the questions directed to specific areas of concern. The most important aspect is its attempt to determine whether there are problems, where they are, and how practically to deal with them from the viewpoint of consumers and business. The questionnaire also asks for specific estimates of costs to create and to maintain the various procedures for data management that are proposed in H.R. 1984.

Limited data suggest that the consumer cost of complying with proposed privacy legislation can be extremely high. Executives should review their companies' policies and decide how they might be affected by privacy legislation. Companies and trade associations should seek to self-police any existing abuses, and might create task forces to examine the privacy issue, to monitor privacy legislation, and to develop significant factual data in support of industry positions. The authors believe that the private sector must aggressively present its view to the Privacy Study Commissions and the Congress.

THE PRIVACY ACT OF 1974

Robert P. Bigelow, the Boston, Massachusetts Bar

THE PRACTICAL LAWYER, September 1, 1975; pages 15-24

The major portion of the Privacy Act, which became effective on September 27, 1975, applies only to the federal government.

A federal agency must inform in writing each individual from whom it requests information. To the greatest extent practicable, it must collect information directly from the individual.

An agency may maintain information about an individual only if it is "relevant and necessary to accomplish" an agency purpose required by law. It may not disclose "by any means of communication" any record to any person or another agency.

An individual may request amendment of a record about him.

An agency must "establish appropriate administrative, technical, and physical safeguards to insure the security and confidentiality of records."

The heads of some agencies may establish rules that exempt any record system in their agency from the provisions that individuals have access to their records and that data be collected in accordance with Privacy Act's specifications.

Norman J. Allen
COMISSÃO PERMANENTE
634
Em 1963, quando começamos a conviver com os computadores, eles ainda não eram tão complexos, nem tão potentes quanto são hoje, em dia. Já naquela ocasião o véu de mistério que envolvia o "cérebro eletrônico" criava um mito em torno da máquina; corria no ambiente da Informática a estória do "Super Computador" - um Sistema de tamanha complexidade que tornara-se independente do controle humano.

Fizeram a fantástica máquina a derradeira pergunta,

- "Existe Deus?"

- Num tom tenebroso e assustador, o Super Computador respondeu:

- "Agora existe".

Os limites da ficção científica são mais difíceis, a cada dia, de serem estabelecidos. O trecho do conto de Fred Brown, que relatamos anteriormente, escrito em fins da década de 50, apesar da dose de "humor negro" que contém, era como se fosse um eco do futuro, que pode ser o presente, que, angustiados, presenciamos.

Um pequeno computador de 32 quilos, fazendo uma conta em 24 nanosegundos, foi o grande responsável pela Aventura Humana no Cosmos. Foi ele que levou o homem à Lua.

Sem os computadores, o homem não poderia ter controlado os 6.000.000 de peças individuais que formam o Apolo e levar esse engenho espacial, com segurança, a uma trajetória translunar, a uma distância de 382.000 km.

Nos dias atuais, computadores conferem computadores e o homem passa a ser apenas um impotente observador. A população de computadores cresce vertiginosamente. O impacto de sua presença afeta o homem de uma maneira integral, pois repercute diretamente sobre seu comportamento.

A possibilidade teórica do ilimitado arquivamento de dados sobre o indivíduo, já prenuncia, apocalipticamente, o fim da intimidade.

Howard Aiken, projetista do Mark I, primeiro computador digital de grande porte, definiu o computador como um simples instrumento; opinião que corroboramos. Outros o consideram como um monstro corruptor de valores.

É bem verdade que a invasão da intimidade é anterior à existência do computador, cuja fase pre-histórica ~~data de 1940~~ data de 1940, mas é inegável que sua presença tornou-a irresistível.

Num mundo povoado por máquinas, que não esquecem, saberão os homens perdoar? Teremos condições de nos adaptar a uma realidade

que a onisciência seja uma constante?

Cogita-se, no Brasil, do código único para identificação dos cidadãos.

Milhões de brasileiros já são controlados, através de um código único de âmbito nacional - o CIC. ~~Por outro lado~~, Como especialistas em processamento de dados, nos entusiasmos com a ideia. ^{implant} Foi o Sistema ^{primeiro} Banco de dados ^{em} 1º Congresso - PRODASEN - o ponto de partida ~~para a implementação de~~ ^{do no Brasil} software sobre o processamento da palavra. Entretanto, como político nos preocupamos com as possíveis consequências de um mal uso desse código único para identificação de todos os brasileiros, que poderá, irremediavelmente, acabar com a intimidade de cada um de nós.

Consideramos indispensável a busca do aprimoramento da informação. Sem dúvida, é danosa uma informação imperfeita, baseada em objurgatórias anônimas e inconsequentes.

Formamos um a cultura reflexa e o debate sobre a intimidade não será original em relação ao travado em outros países desde 1967, como aconteceu com os Estados Unidos.

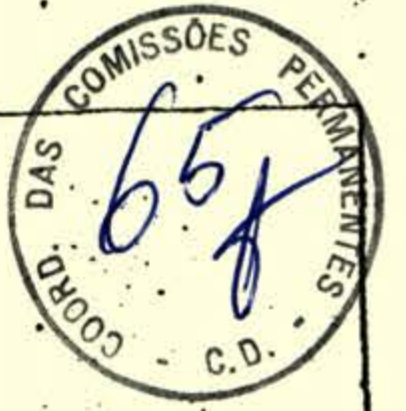
Em 1972 o L'Express publicou uma reportagem sobre "La fin de la vie privée", abordando as discussões televisada entre o então Primeiro Ministro M. Jacques Chaban-Delmas e o atual Presidente Valéry Giscard d'Estaing.

Esperamos que 1975 marque o início da preocupação brasileira sobre o tema.

Acreditamos que ainda tenhamos, no Brasil, condições para assegurar refúgio à intimidade.

Devemos oferecer aos brasileiros a garantia de sua condição humana, através de legislação que permita a cada um:

- a) ter meios para conhecer que informações a seu respeito estão arquivadas em organismos estatais (ou particulares) e como são usadas.
- b) a garantia de que a finalidade para a qual a informação foi coligida não será deturpada.
- c) ter a garantia de acesso para corrigir quaisquer informações incorretas.
- d) ter assegurado que o Governo jamais permitirá o surgimento de bancos de dados com informações de caráter pessoal.



O país ^é um ^{imenso} banco de dados, ninguém mais destrói registros...

A perda da intimidade parece ser um indicador do avanço do "progresso". Máquinas, hoje, controlam: telefonemas, registros em hotéis, arquivos médicos e dentários, salários, educação, impressões digitais, mão-de-obra, viagens, tráfego, padrão de voz, atividades profissionais, enfim, quase tudo. Prescrevem, em nome do Bem, quem deve casar, com quem, quando, se devem ter filhos, quantos. São capazes de saber como as pessoas são "por dentro", emitindo o código do "perfil psicológico" do indivíduo, em segundos.

As consequências da tecnologia sobre os direitos humanos estão sendo minuciosamente estudadas e avaliadas. Para saber até que ponto as decisões sobre os destinos da coletividade não mais estarão nas mãos dos representantes ^{eleitos} do povo, mas, sim, nas mãos dos intérpretes das respostas dos computadores.

Até o voto secreto é afetado pela presença do computador. Durante a votação dos projetos divorcistas, no Congresso Nacional, a de

3.

cisão de fazê-la abertamente foi responsabilizada por analistas como sendo a principal razão da rejeição dos mesmos.

Muitos indagam sobre a segurança quanto ao sigilo do voto no sistema de votação eletrônica que está implantado há anos no Plenário da Câmara e, até agora, sem uso.

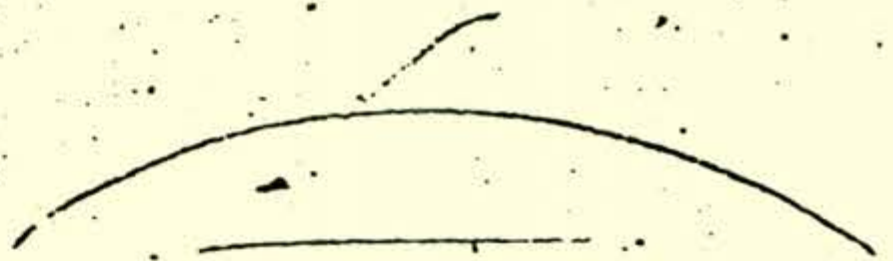
Os valores humanos, que sustentam a ^{denominada} Civilização Ocidental, estão sendo modificados.

Fred Hoyle afirma que dentro de 35 anos assistiremos ao final ~~da Civilização Ocidental~~. George Orwell é mais pessimista. Segundo ele, sobreviveremos até 1984.

A atitude do homem de usar o computador para não ter o trabalho de pensar, permitirá a rápida transfiguração da máquina de Esuravo em Senhor.

Arthur C. Clark admite que o desenvolvimento de um super-computador nos fará pensar sobre a verdadeira razão e significado da existência humana, assim como a Bomba H nos fez encarar a realidade da guerra.

Apesar de tudo, ficamos preocupados com a possibilidade de que esta tecnologia caia em mãos erradas. Sempre nos indagamos: quem programará o computador do Amanhã?



"E inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas e telefônicas."

(Constituição do Brasil, Capítulo IV, art. 153, parágrafo 9º)

Sem saber que falavam a minúsculos, quase invisíveis microfones, um governador — Haroldo Leon Peres, do Paraná — e um senador — Wilson Campos, de Pernambuco — perderam seus mandatos nos últimos anos. Em São Paulo, há poucas semanas, o deputado Lino de Matos escapou por pouco do mesmo destino. Toda noite a televisão mostra, na novela "O Grito", como a intimidade dos moradores de um prédio é devassada por equipamentos de escuta telefônica e indiscretas máquinas fotográficas.

O problema já chegou à Câmara Federal: tentando evitar que o "1984" de George Orwell se transforme em realidade, o jovem deputado José Roberto Faria Lima (Arena-SP), reclama a necessidade de uma legislação protetora da intimidade do cidadão e, acima de tudo, quer a garantia de que o governo jamais permitirá o surgimento de bancos de dados com informações de caráter pessoal.

Embora proibida pela Constituição, pelo Código Civil e até pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, a espionagem é hoje uma atividade simples e barata — e, portanto, acessível a qualquer cidadão médio. Por preços que variam de 500 a 27.000 cruzeiros, você pode se equipar para ouvir, fotografar, ver e gravar o que quiser.

Das dezenas de aparelhos disponíveis nas lojas de São Paulo, os mais simples são binóculos e lentes objetivas. Em qualquer casa de artigos fotográficos é possível comprar um binóculo Pentax com um poder de aumento de 16 vezes (Cr\$ de 2.800 a Cr\$ 3.200 — na Cinótica, a rua Conselheiro Crispiniano). Ou, na mesma loja, uma luneta Hi-Power, com poder de aproximação de 15 a 60 vezes (Cr\$ 948,00).

Entre as teleobjetivas existentes, a mais sofisticada e potente é a Nikkor Reflex f11, de 2.000 milímetros. Ela reduz o ângulo fotográfico para 1°10', o que lhe dá um poder de aumento de até 45 vezes. Essa lente, entretanto, só pode ser comprada sob encomenda especial, diretamente à fábrica. No Brasil, o representante da Nikon é a firma T. Tanaka Importação e Comércio (rua Martim Francisco, 438, em São Paulo). O preço da lente é calculado pela fábrica após a encomenda. Hoje existem apenas três lentes como essa no mundo: uma na Espanha e duas no Brasil.

Além de fotografar, é possível gravar em fita sem ser visto. Para isso existem equipamentos portáteis de VT, com câmeras disfarçáveis por espelhos falsos. Os filmes podem ser vistos através de equipamentos especiais de circuito fechado.

No terreno da espionagem auditiva, há uma grande variedade de equipamentos à venda na cidade: do microgravador de som, do tamanho de uma caixa de fósforo (preço em torno de Cr\$ 500), ao eficiente Nix-Watergate, fabricado em São Paulo, que controla automaticamente as ligações telefônicas de um aparelho (Cr\$ 1.680,00). Acoplado ao terminal de parede de um telefone, o Nix-Watergate entra em funcionamento automaticamente cada vez que começa uma conversação — e grava tudo o que for dito. É fabricado pela Secretonic's Indústria e Comércio Rua Belarmino de Matos, 21.

A Fotóptica vende dezenas de pequenos gravadores norte-americanos, fabricados pela Conv. Um deles, o MM-33, começa com um microfone potente, disfarçado em prendedor de gravatas. Sem nenhum fio, ele está ligado a um transmissor que mede menos de 3 centímetros e que pode ser escondido até na barra de uma calça. Um gravador, colocado a até 200 metros de distância, poderá registrar toda a conversa entre o "espião" e o interlocutor.

Nessa mesma linha, a Fotóptica tem mais seis pequenos aparelhos de "escuta sigilosa". Um deles, o IC-8, pesa 32 gramas e transmite qualquer conversa — menos as telefônicas — para um gravador colocado a até 1,5 quilômetros de distância. O DI-8 tem uma capacidade de alcance menor, mas permite gravações telefônicas. Todos esses aparelhos são alimentados por minúsculas baterias de 100 horas de duração.

O mais potente e sofisticado equipamento de escuta encontrável no Brasil é o Vox Control, da Ibranova (rua Quaritê, 52 — Mooca): seu microfone é capaz de, encostado a uma parede, gravar tudo o que se diz do outro lado. O preço justifica a eficiência: ele custa Cr\$ 27.000.

O grito da cidade: HÁ UM ESPIÃO EM SUA CASA

Em defesa da intimidade



O jovem deputado federal paulista, José Roberto Faria Lima, partiu para uma ofensiva direta contra a utilização de sistemas de equipamento que ameaçam a privacidade do brasileiro. Em seu depoimento, que publicamos na página seguinte, ele reafirma a necessidade de uma legislação protetora. Cita o exemplo de países como a França e os Estados Unidos que criaram leis em defesa da intimidade. Cada vez mais, a exposição pública do Grande Olho do Famoso tem se sofisticado (1984 — de George Orwell).

Senador pagou caro



Wilson Campos, senador de Pernambuco, perdeu seu mandato nos últimos anos. Ele é um dos políticos mencionados no texto como vítimas de espionagem.

É o terror da insegurança



Por outro lado, o jornalista e escritor Jorge de Andrade, autor da telenovela "O Grito", e de outras realizações do gênero de maior sucesso na televisão brasileira, exclamam: "A nossa intimidade é ameaçada desde o momento em que nos levantamos até o momento em que nos deitamos. A privacidade no mundo atual é coisa rara. É insegurança, não só no indivíduo, mas na sociedade inteira." (Colaboração de Jorge Andrade e Carlos)

Deputado escapou

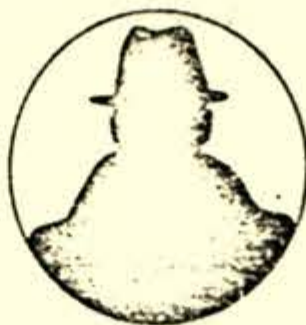


Lino de Matos, deputado de São Paulo, escapou por pouco do mesmo destino mencionado no texto.



Estas são as 4 observações-chaves feitas pelo escritor Jorge Andrade na sua análise dos dramas que afligem hoje o homem da grande cidade:

1. A cidade está sempre diante de nós como uma imensa esfinge, propondo enigmas constantemente.
2. É necessário decifrar os enigmas para não ser devorado pela esfinge;
3. É preciso um mínimo de intimidade para encontrar as respostas dos enigmas.
4. O entendimento da URBS e a defesa da privacidade são temas essenciais na luta pela liberdade.



ESPIONAGEM
DEPOIMENTO

Estes são os 4 pontos que o deputado Faria Lima propõe, no plano legislativo em defesa da privacidade:

- 1 - Ter meios para conhecer quais informações a seu respeito estão arquivadas e como são usadas,
- 2 - Ter garantia de acesso para corrigir quaisquer informações incorretas.
- 3 - A garantia de que a finalidade para a qual a informação foi coligida, não será deturpada.
- 4 - Ter assegurado que o governo jamais permitirá o surgimento de bancos de dados com informações de caráter pessoal.



O escritor Jorge Andrade escreveu uma novela cujo personagem é a cidade.
-Sua advertência:

O FIM DA INTIMIDADE, O COMEÇO DA INSEGURANÇA.

AQUI — A personagem principal de sua nova novela é na verdade a cidade de São Paulo...

JORGE ANDRADE — De fato, o que eu pretendo mostrar é o que é São Paulo, como ela vive, como são as pessoas, como ela sofre ou é feliz. Então ela é realmente a personagem principal. Não sei, porém, se eu vou conseguir registrar através do movimento das imagens uma cidade inteira, coisa que um jornal pode fazer melhor do que uma novela, creio eu.

AQUI — Já no primeiro capítulo seus personagens levantam a questão da privacidade, da intimidade ameaçada. Porque esse assunto é destacado?

J. ANDRADE — Hoje a sua intimidade é ameaçada desde o momento que você levanta até o momento em que deita. Meios e engenhos de tal ordem perfeita não faltam: gravadores, objetivas, computadores, organizações. De modo que a privacidade no mundo atual é coisa rara. A consequência disso é a insegurança do indivíduo ante a intimidade devassada, sua verdade, suas convicções e suas crenças expostas ou invadidas. Por isso há aquele clima kafkaniano na novela, a partir do desaparecimento do interceptador telefônico no prédio, a insegurança dos moradores ante a possibilidade de que seu grito pode estar sendo ouvido, sendo do conhecimento de alguém. E a tendência é querer esconder o grito. Aquele grito do garoto invade a minha privacidade. Se eu falasse diretamente, coisa que não gosto, diria que essa é uma questão política, que eu não expor porque você não vai poder expor. Não posso descobrir meu jogo, tenho que figurá-lo.

AQUI — Dentro de sua obra, até agora centrada no lado tradicional paulista, quatrocentão, dos barões do café e sua decadência, "O Grito" representa um salto?

J. ANDRADE — Um salto não, mas uma conclusão. Meu trabalho nunca foi bem analisado, compreendido. Eu sempre falei de uma classe que havia caído, portanto, de uma realidade que evoluiu. A derrubada desse tipo de gente com a crise de 29 e a revolução de 30 e sua vinda para a cidade fez com que ela perdesse sua importância. Minha marcha de personagens mostra essa fuga para a cidade. Naturalmente, o lado mais recente da cidade, a urbs, passou a me interessar. Se esta nova realidade é pintada negativamente na novela, isso apenas significa que aqui não é um paraíso, quem sabe um alerta para que outros não tenham.

AQUI — Mas a selva amazônica também não é uma solução.

J. ANDRADE — Não e sim, se você realizar algo lá. Porque o homem tem que realizar alguma coisa em qualquer parte, não somente em São Paulo.

AQUI — Como radiologista dos últimos 40 anos deste país, o senhor acha que os ventos mudaram para qual direção?

J. ANDRADE — Eu penso que cada etapa cumpre sua missão. Se era ou é desse jeito, eu a vejo e admiro assim, porque eu não as condeno, e se há defeito nisso, ele é meu. É preciso tratar as épocas e os seres como eles são, com suas qualidades e defeitos. A mim é impossível dividi-los segundo a concepção maniqueísta, só dois sentidos, o certo e o errado. Ninguém pode negar o passado que está presente. E eu não sou um saudosista, senão eu estaria morando numa fazenda como meus personagens. Há uma evolução constante. Dividir é como o determinismo político do que é certo. Somente como eles pensam é certo, o restante está errado e deve ser levado ao paredão. Por exemplo, fulano é milionário, então fulano é ordinário. Ora, eu conheço muita gente que não é milionária mas é ordinária, embora ache que tudo depende das condições sociais, tudo é produto do meio.

AQUI — De acordo com isso, a humanística estaria acima da política?

J. ANDRADE — Não da política, pois ela é a própria. Eu repito com Maquiavel que o homem é um ser político mas não necessariamente partidário, que é uma consequência da política. Eu não acredito em extremos e não acho que eles resolvam os problemas, caso contrário eu já teria aderido ao lado que resolvesse os problemas do homem. Politicamente falando ou não, o homem resolve seus entraves.

AQUI — E a televisão, como o senhor a encara?

J. ANDRADE — Penso que ela ainda não foi decifrada, não é estudada, ninguém sabe direito como ela é, como ela entrou na vida do homem moderno. Eu a vejo sem nenhum preconceito e na minha opinião é o meio de comunicação mais importante da nossa era. É um veículo limpo e livre. A tela está branca como a que o pintor vai pintar. Ela recebe tudo, se o pintor é bom, surgirá um bom quadro, senão sairá uma mediocridade. A televisão também aceita tudo, dependendo da mentalidade, da visão e da cultura de cada um. Afinal, os veículos estão aí para ser usados.



O deputado Faria Lima vem estudando há algum tempo as ameaças à vida privada.
Sua conclusão:

O PAÍS, HOJE, É UM IMENSO BANCO DE DADOS.

"As máquinas, hoje, controlam telefonemas, registros em hotéis, arquivos médicos e dentários, salários, impressões digitais, mão-de-obra, viagens, tráfego, padrão de voz, atividades profissionais. Enfim, quase tudo. O país é hoje um imenso banco de dados e ninguém mais destrói registros. Com o surgimento dos computadores e o fantástico desenvolvimento tecnológico da Informática e da Comunicação, a intimidade do homem contemporâneo ficou mais vulnerável.

Inicialmente, o uso dos computadores restringia-se aos órgãos governamentais, bancos e indústrias. Hoje, já chegou aos hospitais, grandes lojas, corretoras, empresas de aviação, escolas, sindicatos e até cartomantes e partidos políticos. Dotados de arquivos imensos e aproveitando-se dos informes estatísticos, os computadores adquiriram uma eficácia admirável.

Exemplificando: através de técnicas de pesquisa operacional, chega-se à conclusão de que o consumidor substitui seu automóvel a cada 18 meses. Os revendedores contratam com firmas de processamento de dados, a emissão de publicidade de seus produtos, a todos aqueles que adquiriram seus veículos há 17 meses, lembrando assim, de forma subliminar, da "necessidade" de adquirir um novo carro.

Para se ter uma idéia: o cadastro de veículos de São Paulo foi cedido a uma empresa especializada em processamento de dados para o lançamento de um famoso óleo lubrificante. Ainda recentemente, o governo paulista, que houvera negociado o cadastro de seus contribuintes de ICM com empresa de processamento de dados e até com empresa multinacional, viu-se obrigado a esclarecer melhor os objetivos de seu proposto Sistema Estadual de Informações — que inclusive para evitar outras interpretações, mudou de nome.

É possível enquadrar estes tipos de ação entre aqueles que ferem nossa intimidade. Muitos países já possuem legislações específicas sobre o tema, como é o caso da França, Canadá, Suécia e Estados Unidos. Cabe a nós, evitar por todos os meios, o monopólio de informação e a quebra da intimidade.

"É defeso aos órgãos oficiais o uso de informações sigilosas, de caráter pessoal em finalidade diversa da que determinou a prestação das mesmas".

Este o artigo que desejamos ver acrescentado no Código Civil, no capítulo: "Dos Direitos da Personalidade", visando impedir que a conduta privada, socialmente irrelevante, seja atingida pela ação do governo.

Mesmo porque, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprova-

da pela Assembléia-Geral da ONU assegura em seu artigo XII: "Ninguém será sujeito a interferência em sua vida privada, na sua família, no seu lar, ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra ou reputação. Todo homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques."

Quando o legislador, nesse artigo, fala da "correspondência", pretendia explicitamente, proteger a forma de comunicação mais corrente na época, quando vivíamos a fase pré-histórica dos computadores.

O CIDADÃO, UM NÚMERO

Um número para cada cidadão brasileiro. Um número que o acompanharia desde o nascimento até a morte: a hipótese de um código único de identificação estaria sendo discutida no Ministério da Justiça. A idéia assusta. Entretanto, muitos são os seus defensores.

E se isso acontecer, o indivíduo ficará nu, sob o olhar indiscreto dos sacerdotes da tecnocracia. Através de um código único, a um toque de botão poderão ser obtidas informações sobre a escolaridade do indivíduo — notas, faltas, matérias estudadas — enfim, um perfil escolar que viria assim substituir o próprio diploma; informações sobre sanidade física e mental; sobre patrimônio, venda, crédito; sobre atividades profissionais, políticas, religiosas; sobre desejos, idéias, habilidades.

Será este o mundo que desejamos ou que tememos? 1984, de George Orwell, está ao alcance de nossas mãos.

Nos Estados Unidos, a nação tecnológica, o código único para identificação do cidadão, foi condenado. O "SUI" — Social Universal Identifier — foi vetado por um grupo de especialistas que estudou detalhadamente o problema da intimidade.

Atualmente, os americanos possuem o SSN — Social Security Number — que o governo pretendeu transformar no "SUI". No Brasil, em termos de comparação, o código único seria a aplicação do CIC para 115 milhões de brasileiros.

Os especialistas norte-americanos ficaram atemorizados com a possibilidade de uma "amarração" completa entre os bancos de dados governamentais com os de entidades particulares, condição que poderia representar a perda total da intimidade. Recomendaram, por isso, que a legislação americana garantisse ao indivíduo a recusa de fornecer seu SSN para qualquer pessoa ou organização que não tivesse autoridade competente para exigir sua identificação.

No Brasil, estamos adotando uma posição oposta: o CIC passou a ser exigência constante para toda e qualquer transação.



O verde e o deserto

O mundo está - se desertificando, eis a conclusão a que chegaram os que se reuniram em Nairobi, capital da Quênia, para dar um balanço na sofrida crosta terrestre, donde retiramos o pão nosso de cada dia e onde pomos os pés para olhar o céu. E que imenso deserto será a Terra! Todo aquele que sobrevoou o Saara, pode ter a medida da sua desolação. E o verde nele restante, que o sila pelo Sahel, extingue - se pouco a pouco, e a ameaça se torna tão grande para toda a África quanto a maldição branca do apartheid.

Pensando nas conclusões e observações a que chegaram os ecologistas em Nairobi, é que nos voltamos para a luta obstinada que o cientista Augusto Ruschi, do Museu Nacional, sustenta contra o Governador do Espírito Santo, a fim de preservar uma reserva florestal do estado, segundo ele, em depoimento prestado à Câmara, a última da região.

Se ela desaparecer sob o machado dos madeiros ávidos de lucros, o Brasil estará alienando para o irreversível algo tão precioso quanto a sua soberania. E está certo o obstinado senão louco ecólogo quando chega aos extremos da sua aflição. Não se trata apenas de árvores, como ele diz, mas também da fauna que se oculta à sombra da floresta e que nela sobrevive, dando o seu quinhão para o equilíbrio biológico do mundo.

A nossa civilização é testemunha do processo de desertificação do mundo. Lá na Bíblia todos encontrarão o verdor da paisagem da terra prometida de Israel. E ela se transformou numa visão árida e amaldiçoada. Somente depois que a ela retornaram os judeus dispersos, é que lhe repintaram os campos

de verde, reconstituindo - se os bosques, revivendo as fontes perenes.

Porém, pergunta - se, então, será necessário primeiro, para se tomar consciência de que a desgraça existe, sofrer - la com todos os seus horrores? Ou pode o homem, consciente da necessidade de preservar o meio - ambiente em que ele se movimenta, lutar contra os seus instintos atávicos da depredação da natureza?

Estamos, portanto, colocados diante de um dilema. Quando aqui aportaram os descobridores, guiavam - se ele por impulsos predatórios. O Pau Brasil foi o primeiro alvo da fúria gananciosa dos comerciantes dos Séculos XVI e XVII.

Cinco séculos de espoliação da natureza se passaram impunemente. A implantação do café no Vale do Paraíba, no começo deste século, sem obediência a nenhuma regra de preservação do solo, tornou a paisagem do grande rio uma visão desoladora.

Augusto Ruschi, que dele digam ser um obstinado, tem toda razão quando extravasa o seu horror contra os destruidores do verde e ameaça - os de morte. Aqui mesmo em Brasília, alguém da sua raça colocou no caminho do aeroporto uma placa com uma advertência de sentido cósmico: "Preserve as árvores para que as gerações futuras saibam o que elas foram". Estamos colocados diante dessa trágica notícia.

Apenas dois países, na reunião de Nairobi, foram apontados como, ao contrário dos demais, recuperadores da natureza, tornando de novo verde a paisagem: Israel e China. Nesta última, o problema do rio Amarelo, as-

Benedito Coutinho

sim que Mao Tse - tung armou sua tenda de campanha em Pequim, tinha - se tornado grave. A devastação florestal das suas cabeceiras resultara no mais terrível processo de erosão jamais visto. Num metro cúbico de água do rio Amarelo, desciam para o mar 36 quilos de terra. Edgar Snow dá conta no seu livro ("A China Vermelha de Hoje") dos milhões de árvores que estão sendo plantadas nas suas cabeceiras, para conter sobre a terra os resíduos da fertilidade.

Sabemos que a política demográfica brasileira, por imperativos do desenvolvimento faz - se no sentido do aumento populacional. Abriram - se vias de penetração para o Oeste. Por ela correm os pioneiros vindos das regiões críticas em matéria de densidade demográfica. Eles afluem exatamente das áreas de penúrias agrícolas para aquelas que lhes acenam com a fecundidade do solo.

Nos últimos cinquenta anos, de acordo com as verificações, o Saara comeu da área que lhe é adjacente, num avanço inexorável da sua aridez, 650 mil quilômetros quadrados. Tenha - se, portanto, uma medida trágica da ameaça que pesa sobre a humanidade.

Poeta ou louco, pouco importa, Augusto Ruschi tem que ser ouvido com a maior seriedade. E o Governo deve a ele dar ouvidos. O que ele deseja conservar, preservar para a posteridade, foi obra da Graça Divina. E esta não pode ser objeto da torpe exploração do homem. Não sejamos suicidas.

Vamireh Chacon

presas estatais e iniciais escolas de treinamento de funcionários, tudo isto emerge de dentro da Constituição de 1937. Vargas desejava - a como inspiração e não enquanto limitação...

O Senador Franco Montoro e o Deputado Laerte Vilela, com a sua ex-

Indigência tecnológica

Em meio ao sem-número de acontecimentos programados para essa última quinta-feira passou quase despercebida importante exposição feita pelo vice-presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (vinculada à SEPLAN) no Clube de Engenharia, no Rio, quando deu conta do estágio, primário, em que ainda se encontra a criação de tecnologia no Brasil, em especial quanto ao setor industrial.

Depois de lembrar que suas colocações, por muito francas, poderiam até mesmo ser confundidas com um certo sabor oposicionista, o Sr. Alexandre Leal Filho foi direto ao assunto, lembrando que o "Brasil chegou um pouco tarde no desenvolvimento tecnológico (em 1826 os Estados Unidos já tinham lei de patentes), e o que é ainda mais dramático, foi ter que, durante muito tempo, se sujeitar a tudo, inclusive às exigências da USAID, que proibia gastos com a parte de engenharia, obrigando o país a importar tudo".

"Quem não se lembra, inclusive durante o Governo Kubitschek e até mesmo nas primeiras administrações saídas da Revolução de 1964, quando os empréstimos que tomávamos junto aos grandes bancos e órgãos financiadores mundiais, sempre vinham com a condição de que se utilizasse projeto completo já preparado nos países de origem dos recursos. Essa, realmente, é a situação que leva à eternização da dependência tecnológica, já que se paga pelos conhecimentos, na forma de pacote, mas nada de novo se cria ou se aperfeiçoa.

Contudo, é triste dizer, o Brasil, apesar de já ter assinado contratos gigantescos de transferência de tecnologia de ponta, inclusive o que firmou com o Governo alemão ocidental, constitui-se ainda hoje num país absolutamente carente de iniciativas e educação para melhor aproveitamento das possibilidades oferecidas pelo setor. É tão dramática a situação que o próprio vice-presidente da FINEP, nessa mesma conferência, acabou revelando que "o em-

tares. Menos a aprovação do Sr. João Walter, na convenção do partido.

Até que enfim

A Associação Brasileira dos Revendedores de Veículos (ABRAVE) custou mas se pronunciou favoravelmente ao projeto do Deputado Salvador Julianelli, que, entre outras coisas, cria maiores garantias para o comprador dos veículos fabricados pelas multas que dominam o setor no Brasil, bem como coloca em outros termos o relacionamento entre essas indústrias e os revendedores de veículos.

A ABRAVE, no dia 14 de junho passado, teve na prática uma prova de quanto eram leoninos os contratos entre fabricantes e revendedores de veículos. Nessa data suicidou - se em pleno Departamento Jurídico de uma fábrica de veículos, o Sr. Orlando Monteiro Neto, revendedor autorizado por mais de trinta anos em Santos.

Cãos

O Governo local precisa, com urgência, mandar fiscalizar mais de perto as obras (intermináveis) que estão se realizando nos "eixinhos" da parte sul da cidade. A Balbúrdia é tão grande que, numa mesma semana, se repoltram os clássicos casos de uma empreiteira fazer um gramado e outra vir e arrancá - lo para meter asfalto.

Existem ainda as questões ligadas à segurança do tráfego, seriamente comprometida pela sinalização deficiente.

Polícia neles

A SUNAB, que anda tão eficiente na fiscalização do pequeno e médio comércio, precisa urgentemente voltar suas vistas

Últimos ecos do sesquicentenário

Quando as Faculdades de Direito de Olinda/Recife e São Paulo comemoraram, há pouco, seu sesquicentenário, não faltou quem comentasse ironicamente, que o país dos bacharéis festejava sua independência...

Por trás destas palavras havia um

país heterogêneo e com elites dependentes do exterior, tanto do ponto de vista econômico, quanto do cultural e portanto político. Roberto Rosas, professor de Direito Civil da UnB, considerou nos debates que se seguiram, certas inadequações da Constituição de 1891, em razão do seu possível imobilismo. Por sua vez, o Chefe do



Dnocs troca
tecnologia
com peruanos

MTb quer trabalhador com remuneração à altura de sua categoria profissional

Com o objetivo de buscar a melhor forma de proporcionar os técnicos do Governo peruano curso de especialização em reprodução de peixes, bem como, manejo com seus filhotes e nutrição animal, estiveram reunidos, técnicos da Diretoria de Pesca e Piscicultura do DNOCS e da Coordenação de Cooperação Externa, do Ministério do Interior.

O programa tem em vista atender o acordo de mútua colaboração entre os dois Governos, o do Brasil e Peru, tendo sido escolhida a área do DNOCS por ser, no momento, a que oferece melhores condições técnicas para a realização do curso dessa natureza, abrangendo o campo da pesca e piscicultura continentais.

Segundo informações do DNOCS, o Governo peruano dará condições aos técnicos, daquele órgão, visitarem as diferentes estações de peixes localizadas na Amazônia daquele país. Garantiu, no entanto, José Jarbas Gurgel, Diretor de Pesca e Piscicultura do DNOCS que "o programa será elaborado e encaminhado logo que seja feita a solicitação oficial dirigida a Diretoria Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Acaba de ser concluído pelo Ministério do Trabalho, no Rio, os trabalhos de impressão da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), cujos primeiros exemplares foram entregues ao Ministro Arnaldo Prieto pelo Secretário de Emprego em Salários, Menna Barreto.

O secretário informou que o documento é de real importância para o ordenamento de quase todas as políticas na área trabalhista, permitindo, inclusive, maiores garantias aos trabalhadores para reclamar salários de acordo com a atividade que exerce. Explicou ele que, em alguns casos, por falta de informação adequada, um trabalhador é excluído de uma determinada categoria profissional, percebendo uma remuneração inferior àquela que lhe é devida em função de negociações de contratos coletivos. Com a CBO o trabalhador terá a definição precisa sobre a classificação de sua atividade.

Segundo Menna Barreto, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) será um dos mais importantes instrumentos da política de recursos humanos, na medida em que oferecerá indicadores para elaboração de estudos, previsões, avaliações globais e setoriais, a cerca do mercado de trabalho identificando a escassez ou excesso de mão-de-obra, por níveis ocupacionais. Observa ainda que o catálogo permite também a previsão da evolução de emprego em função de metas programadas, bem como o estabelecimento de

hipóteses razoáveis sobre a futura estrutura do emprego e perfis educacionais ideais para os trabalhadores, segundo níveis ocupacionais, organização funcional do emprego e processos vigentes de produção.

Apontou ainda a CBO útil para a efetivação de análises quantitativas e qualitativas sobre o trabalho executado no país, as tarefas e qualificações exigidas dos trabalhos e as possíveis transformações previsíveis no mundo do trabalho. Ressaltou ainda seu significado para unificação de critérios para ordenação de informações relativas à mão-de-obra, na utilização dos resultados de investigações, estudos e estatísticas, principalmente o Censo Demográfico e Econômico. Considerou ainda que o documento é de maior importância para efetivação de programas permanentes de informações a cerca do mercado de emprego, análise do trabalho, colocação de trabalhadores, estudos de imigrações, políticas salariais, necessidades de formações profissionais e sua avaliação.

Concurso do DASP não atinge número

Mesmo prorrogando o prazo de inscrições e diminuindo o grau de escolaridade antes exigido (da 8ª. para a 6ª.

série), a Coordenadoria de Recrutamento e Seleção do DASP não conseguiu o número satisfatório de candidatos, para o seu próximo concurso para datilógrafo. Oferecendo empregos regidos pela legislação trabalhista, com cerca de 40 horas semanais, pouco acima de dois mil cruzéis de salário mensal o serviço público federal viu-se inteiramente afastado do mercado de trabalho, não só nesta categoria como em diversas outras, onde dificilmente, segundo afirmativa de uma fonte do DASP, "se encontra uma só pessoa interessada em ingressar no serviço público".

Enquanto a CODERSEL luta para conseguir selecionar os datilógrafos necessários para preenchimento de vagas (no Ministério do Exército existem cerca de 200, só em Brasília), outros órgãos, como o GEIPOT, anunciam seguidamente pelos jornais a abertura de concurso para a mesma categoria funcional, oferecendo salários de Cr\$ 3.164,00 e mais vantagens não especificadas, e a própria Secretaria do Planejamento, a quem cabe a definição dos níveis salariais no serviço público, contrata servidores para o mesmo trabalho com salários de até 3.500,00, através de contratos. Concurso para Auditores para exercerem atividades em Brasília vão ser abertos em Fortaleza, Rio e Belém, pois não existem candidatos na Capital Federal - atualmente os jovens não se sentem mais atraídos pelo serviço público.

Faria Lima preocupado com uso de dados por sistemas eletrônicos

O Deputado Faria Lima, da Arena de São Paulo, está pedindo apoio para projeto de emenda constitucional que visa a garantir aos brasileiros o acesso à informação, dizendo que salvaguardas devem ser desenvolvidas visando a proteger o cidadão contra consequências potencialmente danosas da má utilização de sistemas eletrônicos de processamento de dados, que utilizem bancos de dados constituídos com informações pessoais.

- Não estamos falando sobre possibilidades remotas - diz o deputado - mas da realidade dos dias de hoje. Conforme o deputado, querem centralizar a vida do cidadão, do nascimento à morte - logo sua intimidade - num único número, a ser controlado por banco de dados.

- Alemanha, Itália, França, Estados Unidos, Japão, Austrália e Inglaterra disseram "não" à tese. Afinal, o preço de uma otimização administrativa seria muito caro; a liberdade do cidadão e o sacrifício da democracia.

Faria Lima diz ter certeza de que o brasileiro está disposto a pagar pela proteção à intimidade. "Administrar a confidencialidade passou a ser uma aspiração e necessidade atuais".

- Nenhuma lei é capaz de impedir que um processo inescrupuloso de fazer mal uso de seu poder. Somente a Nação alerta poderá neutralizar essa anomalia. E o Congresso Nacional levantando este problema passou a provocar o debate nacional sobre o assunto.

O deputado paulista insiste em que salvaguardas devem ser desenvolvidas, visando a proteger o cidadão contra consequências danosas da má utilização de sistemas eletrônicos, que utilizem bancos de dados constituídos com informações pessoais.

- Crimes cometidos com computadores já não são apenas passagens de literatura estrangeira. Nosso país está despreparado em termos de legislação, para disciplinar e controlar esse fenômeno no mundo informático que criamos. E domar o uso destas novas técnicas e inovações tecnológicas é a principal tarefa dos legisladores, neste final de década.

Amazônia receberá auxílio para pesquisas

O Presidente da Comissão de Parques da União Internacional para Conservação da Natureza, Kenton Miller, declarou ontem que as pesquisas científicas realizadas na Amazônia pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal ou o Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA) deverão receber maior apoio técnico e financeiro daquele organismo nos próximos anos.

- Nos foros conservacionistas internacionais - disse - já se conhece o empenho do Brasil na criação do Comitê Intergovernamental

POUPE TUDO
QUE É SEU

MDB expulsa deputado que gosta do AI-5

CURITIBA (O GLOBO) — O Diretório Regional do MDB expulsou ontem do Partido o Deputado José Domingos Scarpellini, sob a acusação de infidelidade partidária. O deputado poderá perder o mandato.

Scarpellini, no ano passado, defendeu a incorporação do AI-5 na Constituição, em discurso pronunciado na Assembleia, ferindo, por isso, o programa do MDB. Advertido, o Deputado se retratou, porém mais tarde reafirmou os termos do seu discurso.

A posição do Scarpellini dentro do Partido se complicou depois que foi eleito 2º secretário da Mesa da Assembleia, numa chapa governista. Nas eleições municipais do ano passado, disputou a Prefeitura de Apucarana, sendo derrotado.

Na mesma reunião do Diretório do MDB, ontem, foi expulso também a Vereadora Zuleide Ruas Lucas, da Câmara de Foz de Iguaçu, igualmente acusada de infidelidade partidária. O Deputado Ernesto Gnonato foi suspenso das atividades partidárias por um ano, pelo mesmo motivo. Ele participou da chapa governista que disputou a Mesa da Assembleia.

Os três punidos têm prazo de cinco dias para recorrerem ao Diretório Nacional do MDB.



Personalidades presenciam encontro da Internacional

Dada a minha condição de mero observador, os contatos não tiveram a frequência e a intimidade, digamos assim, que deverão ter tido os membros efetivos da entidade. Isso não impediu, entretanto, que tivéssemos contato com personalidades como o ex-Chanceler Willy Brandt, uma figura de altíssima expressão em todo o mundo. Também com o Primeiro-Ministro da Áustria, Bruno Kreisky, e o presidente do Senegal, Leopoldo Senghor. Todos foram muito atenciosos com os brasileiros. Não

constatamos que estava atuando. Nos seus primeiros atos, o Governo revolucionário cumpriu a sua missão. Depois, calu no que o Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco chamou de "as facilidades da ilegalidade". E o resultado é o que está aí.

— E o atual momento político brasileiro?

— Eu tenho profunda preocupação pelo que acontece e o que poderá ocorrer no Brasil, se homens de responsabilidade, de influência, de poder de decisão, retardarem uma transformação que em nome do Brasil e da própria civilização ocidental exigem. Ou o Brasil se integra efetivamente nos moldes da

de uma certa...
quência do regime de...
sei o preço que vamos pagar...
esse novo e longo "Estado Novo",
que já dura mais do que o próprio
"Estado Novo"; que já dura mais do
que o reinado de Dom Pedro I e que
já dura mais do que o período da
legência.

— O Senador sergipano Gilvan Rocha diz que o Senhor tem o "philosque do rolle" para a presidência da República...

— Essa é uma opinião de um companheiro e não tenho o que dizer.

Faria Lima tenta apoio do Senado à sua emenda

BRASÍLIA (O GLOBO) — "Só não conseguirei o apoio de dois terços do Senado para apresentar a emenda constitucional, se o Senado tiver resolvido se rebelar contra a Câmara. E nisso, eu não acredito, pois se se busca o diálogo, primeiro se deve fazê-lo no âmbito do Congresso Nacional".

A declaração foi feita ontem ao GLOBO pelo Deputado Faria Lima (Arena-SP), que apesar do apoio de deputados, ainda não conseguiu, no Senado, uma só assinatura das 22 de que precisa para apresentar seu projeto de emenda constitucional, que amplia os direitos do cidadão ao dar-lhe acesso aos dados que existem a seu respeito em órgãos de informação, públicos ou privados, e ainda o direito de retificá-los.

Entre os 240 deputados que apóiam o seu projeto de emenda está o líder do Governo, José Bonifácio. No Senado, Faria Lima disse que falou com o Senador Petrônio Portela, que, não obstante ter manifestado sua simpatia pessoal pelo projeto, não indicou nenhum caminho para que ele obtenha o apoio do Senado, que se tornou indispensável a partir das reformas de abril.

Desde abril, os senadores têm se recusado sistematicamente a assinar qualquer projeto de emenda constitucional, o que é interpretado por alguns deputados como o recelo de verem modificada a estrutura do Legislativo, e implantado o sistema unicameral.

"Calúnia eletrônica"

O Deputado Faria Lima, que vem recebendo manifestações de apoio à sua emenda constitucional, sobretudo de professores universitários, políticos e empresários ligados ao ramo da computação eletrônica, disse que sua maior preocupação é evitar a implantação do Código Único — Renape — e promover uma legislação capaz de proteger as pessoas da "calúnia eletrônica".

Ele lembrou que nos Estados Unidos esse problema é tão sério que quando é negado crédito a alguém, essa pessoa pode pedir à Instituição financeira que recusou o financiamento, explicações sobre a recusa e

sobre as fontes onde obteve as informações sobre o cliente. Se o crédito for concedido e a pessoa quiser saber quais as informações que foram dadas a seu respeito, tem de pagar cerca de 3 dólares, preço que é considerado caro mesmo nos Estados Unidos.

Faria Lima revelou-se tão confiante no apoio do Senado, que elaborou projeto de lei criando um Registro Nacional do Banco de Dados — RNBD — e estabelecendo normas de proteção da intimidade contra o uso indevido de informações arquivadas em dispositivos eletrônicos de processamento de dados.

Apoio de Novais

O Deputado Israel Dias Novais (MDB-SP), depois de ler o editorial do GLOBO de ontem, sobre o projeto do Deputado Faria Lima, ditou o seguinte comentário:

— Sou também signatário do projeto que assegura ao cidadão o acesso a seu retrato falado, elaborado pelos órgãos de inteligência, ante as circunstâncias e meios de que essa imagem resulta.

Circunstâncias aleatórias, meios precários e discutíveis. Nos dias efervescentes de 1964, determinados homens públicos obtiveram vista de sua ficha na polícia política. Pela primeira vez interessavam-se eles pelo conhecimento dessa versão oficial e secreta de sua pessoa: desenheara-se a caça às bruxas e no escuro, como distinguir um "dedado" de uma bruxa?

— Interpelações totalmente descabidas, perversas de atitudes limpidas e inocentes; recolhimento de denúncias, desajustadas ao denunciado; tudo levava ao choque e à sensação de insegurança pessoal. Ficava-se à mercê do imponderável, do juízo subjetivo, da deformação da prevenção.

— Não vejo mais perfeita definição de democracia do que essa permissão de o indivíduo saber como o vêem os olhos noturnos da segurança do Estado e reajustar-lhe a ótica, no sentido da verdade. Terrível Estado, o Estado totalitário que manipula a honra das pessoas sem lhes permitir sequer saber que o faz, nem como.

Líder do MDB responde a Heleno Nunes

O líder da bancada do MDB na Assembleia Legislativa fluminense, Deputado Sílvio Lessa, classificou de "irresponsável" e "tolice" o desafio que o presidente da CBD lhe fez no dia anterior, para que comprovasse as denúncias de corrupção e tráfico de influência na entidade. Lessa disse que com tal desafio "o Almirante Heleno Nunes está querendo desviar a atenção da denúncia mais grave: a de que há politicapartidária dentro da CBD".

Sílvio Lessa discursou na tribuna, durante o expediente inicial da sessão de ontem, no horário seguinte ao do Deputado Paulo Nascimento, da Arena, que defendeu o presidente da CBD e transmitiu o desafio por ele feito. Nos termos desse desafio, Heleno renunciava à presidência da CBD se as denúncias fossem verdadeiras, mas Sílvio Lessa teria de renunciar à liderança do MDB caso não conseguisse comprovar-las.

— Ele, como presidente da CBD, deve esclarecimentos à opinião pública e eu, como líder de um partido de Oposição, devo cobrar esses esclarecimentos — afirmou Lessa em seu discurso.

O líder do MDB manifestou sua disposição de iniciar "uma campanha sistemática para uma fiscalização rigorosa dos recursos da CBD". E disse considerar um "absurdo" o preço de Cr\$ 1 milhão que a CBD pagou para trazer o Milan da Itália, para jogar contra a seleção brasileira.

Italo
fogueto

D. Geraldo em diálogo com Governo

Dom Geraldo Fernandes, arcebispo atualmente na presidência da Conferência dos Bispos do Brasil, reafirmou ontem sua ideologia diretamente com o Governo e não a "do recados", referindo-se ao Senador Petrólio.

— Não sou do ver fantasmas; não estou. Como falar em começar o diálogo, se estão logando? Dom Aloísio Lorscheider, como preside disse que a entidade sempre esteve aberta, di entendimentos com emissários do governo. ejo chegou até a enumerar assessores e a melh que o contato fosse possível a qualquer momento.

Para Dom Geraldo Fernandes, o desejo da esforços e jamais dividir. Contou que tem man sações com outros líderes políticos na Câmara tados, expondo o seu pensamento, que é o seguinte: — Precisamos caminhar para a redemocratiza, que a revolução fique muito velha; ninguém duvidão do Presidente Geisel: ele é capaz, honesto, mif do terminar seu mandato? Esse continuismo prosse quando? Chegará a hora que o povo não entender revolução.

— Por exemplo, entre 1930 e 1945 eu vivi a ex, do Estado Novo; agora de 1964 a 1977, já se passaram los anos e os moços não chegaram a conhecer qual a ção de antes da revolução e agora estão se questiondo pois já fazem mais de 12 anos que não votam para dente da República.

Dom Geraldo Fernandes acha que as últimas mudis no Governo Geisel (a exoneração do Ministro do Exér, indicam a intenção do Presidente da República em segui linha da redemocratização.

— Ele saiu fortalecido, com mais prestígio; aliás, prest ele sempre teve; ninguém atirou pedras no Presidente, p que ele é capaz, mas não age só. Os erros podem ser at: buidos a assessores. Por isso, ele saiu politicamente fort, lido neste episódio.

O presidente da CNBB acha que foi uma ingenuidade do ex-Ministro do Exército, General Sylvio Frota, dizer que há 97 comunistas no Governo.

— Tem muito mais; há milhares de funcionários e há muito mais de 97 comunistas entre eles. Se fossem só 97, então não valeria a pena estar combatendo o comunismo.

Reunião no Rio

A presidência da CNBB está reunida com a Comissão Episcopal de Pastoral examinando seu plano bienal e também para a escolha dos dois filmes que receberão o troféu "Margarida de Prata", atribuído anualmente a um filme brasileiro de longa metragem e a outro de curta metragem. A divulgação dos filmes escolhidos será feita amanhã, às 15 horas, na sede da CNBB.

Também está em exame a reforma dos estatutos da CNBB e uma comissão de quatro bispos já elaborou o anteprojeto que agora ficou com Dom Geraldo Fernandes "para uma revisão cuidadosa". Ele será submetido à apreciação da Assembleia-Geral Extraordinária dos Bispos, que deverá ser realizada em fevereiro próximo, em Itaiel. Dom Geraldo revelou ontem que não concorrerá a nenhum cargo na cúpula da CNBB, quando concluir o atual mandato, daqui a um ano.



Deputado agradece a Deus pelo novo ouro do Brasil

A dívida externa do Brasil é de 30 bilhões de dólares. O ouro descoberto no Pará, na Serra das Andorinhas, a 250 quilômetros ao sul de Marabá, vale três vezes mais, isto é, 90 bilhões de dólares. A informação, à Câmara, é do deputado Jorge Arbage, da Arena paraense, para quem Deus é brasileiro. Ele também diz que as reservas de ouro do Brasil não atingem 200 mil quilos, enquanto que a descoberta no Pará corresponde a 19 milhões de quilos de ouro, 15 vezes a produção mundial.

A ocorrência dessa jazida paraense de ouro será a maior de todos os tempos. E nos proporcionará introduzir novo rumo à economia nacional.

O DISCURSO

Em agradecimento a Deus, devíamos preferir a fala de hoje de joelhos.

Para manifestar sua gratidão a Deus, a Nação brasileira devia ouvir a joelheada.

Queremos referir-nos, Sr. Presidente, aos 19 milhões de quilos de ouro, que é a estimativa feita relativamente à reserva existente nos 90 mil hectares localizados entre a margem da estrada Marabá-Conceição do Araguaia, a Serra das Andorinhas e os povoados ao redor, a 250 quilômetros ao sul da cidade de Marabá, no Pará.

Mais uma vez se confirma o dito popular de que Deus é brasileiro.

E a descoberta tinha de ser no Pará, a terra abençoada que nos viu nascer.

Enquanto o mundo livre é agitado pela crise do petróleo, e ameaçado com novos aumentos e sacrifícios maiores, o Brasil descobre uma jazida de ouro valendo 90 bilhões de dólares, o que equivale a três vezes o montante da nossa dívida externa.

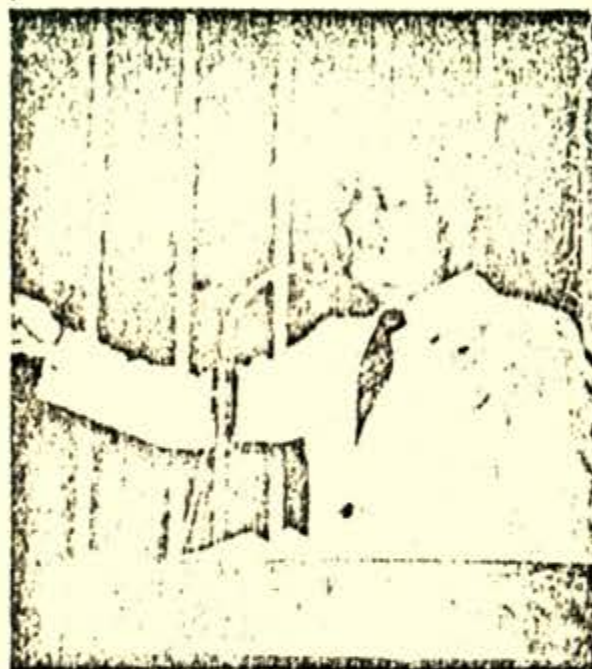
Presentemente, Srs. Deputados, as reservas de ouro no Brasil não atingem 200 mil quilos, e o Pará já nos garante 19 milhões de quilos de ouro. No ano de 1975, a produção nacional de ouro, oficialmente anunciada, foi de apenas 5,3 toneladas.

Essas 19 mil toneladas de ouro paraense significam 15 vezes a produção mundial de ouro.

A ocorrência dessa jazida paraense de ouro será a maior de todos os tempos.

Ela nos propiciará introduzir novo rumo à economia nacional, alcançando-nos ao grupo das nações que mais elevada altura alcançaram até a hora presente, economicamente.

Congratulamo-nos, eminentes colegas, com V. Exas., e com todo o povo brasileiro, por essa ocorrência aurífera, numa felicíssima coincidência, no mesmo dia em que todo o mundo cristão despertou em festa, para comemorar os 80 anos fecundos do PAPA PAULO VII.



O deputado Jorge Arbage disse que esse ouro pagará todas nossas dívidas.

A Santidade os nossos venerandos cumprimentos, em nosso e em nome de todos os brasileiros, que constituem a maior nação católica de todo o mundo terráqueo.

Continuando na trilha do ouro, Sr. Presidente, adiantamos aos atentos colegas, que a existência desse precioso metal na região do Araguaia era conhecida de há muito. Todavia, em face das facilidades alusivas a outras atividades econômicas mais rentáveis, como a da borracha, a da madeira e da pecuária, o ouro ia continuando inexplorado.

Entre os anos de 1955 a 1962 o Projeto Araguaia, coordenado pelo Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM e financiado pela SPVEA, hoje Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, foi agilizadíssimo nessa área, objetivando inventariar os recursos minerais entre os rios Tocantins e Xingu.

Em sequência, o Projeto Radam detectou a ocorrência ali de ferro, manganês, estanho, calcário, argila e até diamante. E, em seguida, revelou a existência, ainda, de carvão, alumínio, chumbo, níquel, cromo, titânio, ouro e platina.

Em determinados trechos do Tocantins, Senhor Presidente, abaixo de Marabá, onde o diamante vem sendo explorado, "experts" do setor constataram que a teor de ouro nos aluviões pode alcançar três gramas por metro cúbico, teor esse que, segundo assinalaram, "era convidativo, face ao elevado preço do ouro no mercado internacional".

O projeto Andorinhas, mais ao Norte, explora com sucesso o amianto, o cobre e o níquel.

Há pouco mais de um ano, Srs. Deputados, técnicos duma subsidiária da Cin. Vale do Rio Doce,

a Docego, diante das descobertas de ouro que iam levantando, decidiram concentrar esforços e recursos em sua pesquisa, tendo um desses técnicos dito a um enviado especial de "O Estado de São Paulo", Lúcio Flávio Pinto:

"Em quase todo o lugar que a gente furava dava ouro".

Hoje lá se encontram 250 trabalhadores, que vão constatando existir, naquelas terras paraenses, tanto ouro em pó quanto em filão e pepitas.

Referidos técnicos, caros colegas, não foram liberados para o anúncio da ocorrência de tanto ouro. Mas as pessoas que com eles convivem em Belém, Rio Maria e Conceição do Araguaia vão deixando escapar, de quando em vez, informações sussurradas de que, não somente há ouro de melhor, em muitas áreas, como ainda tem ele excelente densidade e ótima concentração.

O ouro obtido pelo primeiro garimpo constituído é de 23 quilates!

No momento, Sr. Presidente, a empresa anda à procura de um veio mais avantajado, para concentrar aí a exploração. E já fala em mecanização do ouro.

Há um povoado perto de Rio Maria - que com menos de um ano de existência já soma 8 mil habitantes - que dista dois quilômetros de um garimpo (que fica a 500 metros da estrada Marabá - Conceição do Araguaia, de onde, ultimamente, está sendo extraída uma produção de 120 gramas por dia).

Estes são detalhes, Sr. Presidente, apenas para minorar os efeitos do impacto da notícia excitante de nossos 19 milhões de quilos de ouro.

O matutino "O Estado de São Paulo" veiculou ontem a boa nova na primeira página, remetendo o leitor para a de número 48.

Releva sublinhar, que na região de tais ocorrências auríferas verificam-se problemas ligados à posse e domínio da terra, e os indigitados fatos, sobre o aparecimento do ouro em tão inusitadas proporções, poderão tumultuar o ambiente, criando dificuldades à sua exploração.

Não seria então o caso de o Governo Federal mobilizar as medidas necessárias para ser declarada a área de interesse da Segurança Nacional, aquietando toda a Nação?

Narra a História, como sabem V. Exas., que a descoberta de ouro, em outros países, nem sempre lhes trouxe somente progresso. Até mortes entre irmãos se registraram.

Em nossas preces diárias cumpre - nos, então, suplicar a Deus que bem inspire os que nos governam, de modo a cercar essa imensíssima riqueza das garantias que se impõem, e de forma a reservar - lhe a destinação mais adequada a nossos foros de nação civilizada, superdesenvolvida e cristã.

E saibamos, governantes e governados, comportar - nos dignos dessa dádiva dos céus, que nos baixa em hora tão crucial, mas de maneira a levar - nos a acreditar que fomos redimidos de erros do passado.

E já que Deus foi tão generoso com o povo brasileiro, colocando em suas mãos todos esses milhões em ouro, que sejam, com a vez mais humildes as nossas atividades.

Em nome da privacidade

Para o Deputado Faria Lima (Arena-SP), por trás do Registro Nacional de Pessoas, cujo projeto está em estudos por uma comissão interministerial, poderia "existir uma corrida pelo poder". O representante paulista teme porque "a fértil imaginação tecnocrática oferece à Nação a ideia de nos transformar num número e vivermos felizes para sempre no paraíso da burocracia. Ninguém precisaria ficar mais com a carteira recheada de documentos, pois um único número abriria todas as portas da burocracia. Os tecnocratas não falam em encher a barriga de ninguém, mas em esvaziar as carteiras dos documentos desnecessários que, curiosamente foram exigidos no passado em nome desta mesma burocracia".

Colocando de lado a ogeriza toda especial que o Deputado Faria Lima nutre pelos técnicos que se servem do poder, é oportuno confrontar o que se está estudando para o Brasil, com o que já está acontecendo nos Estados Unidos, em matéria de informações e controle sobre as pessoas e suas atividades.

Segundo trabalho recente publicado pelo The New York Times, "faltando sete anos para o mítico 1984, pavorosa antecipação literária da sociedade do futuro em que o Irmão Maior observa todos e cada um de nossos movimentos, os norte-americanos começam a sentir-se vigiados".

Um cidadão americano consta, em média, de 20 tipos de registros, só a nível federal onde há dados sobre nascimento, casamento, morte, educação, internações hospitalares, licença de motorista, benefícios médicos, desempenho da administração pública, impostos, propriedades, auxílio desemprego, requisições de passaportes, empréstimos e antecedentes judiciais de uma forma bem completa.

Fora esse gigantesco aparelho federal de informações sobre os indivíduos ainda existem os de nível estadual e, o que é pior, os particulares que, sabe-se por ações ajuizadas na justiça americana, nem sempre utilizam com honestidade seu manancial de informações.

E toda essa invasão da privacidade de que preocupa o povo mais desenvolvido e mais livre do mundo, o que já acabou motivando a aprovação de três leis de proteção ao cidadão, com o objetivo de controlar o caudaloso movimento de informações, nem

tem uma receta que consulta à História e ao bom senso. Quatro partidos: liberal, conservador, direita e socialista modelo europeu. Agrada a todos e realmente cobrirá o que realmente pesa no leque ideológico do país.

Pânico

Os corretores mais tradicionais do eixo-Rio-São Paulo estão em pânico com as sucessivas altas que vêm se verificando nos pregões de uns 20 dias para cá. Sabem eles que muitos colegas seus andam operando de forma realmente estranha quando se trata de respeitar os regulamentos do mercado de capitais.

O que se teme realmente é o conhecimento público sobre manobras ilícitas conhecidas pelos iniciados como "Seu três", "Seu sete" e "Aeroporto". Todas elas buscando "fabricar" mais negócios para empurrar cotações.

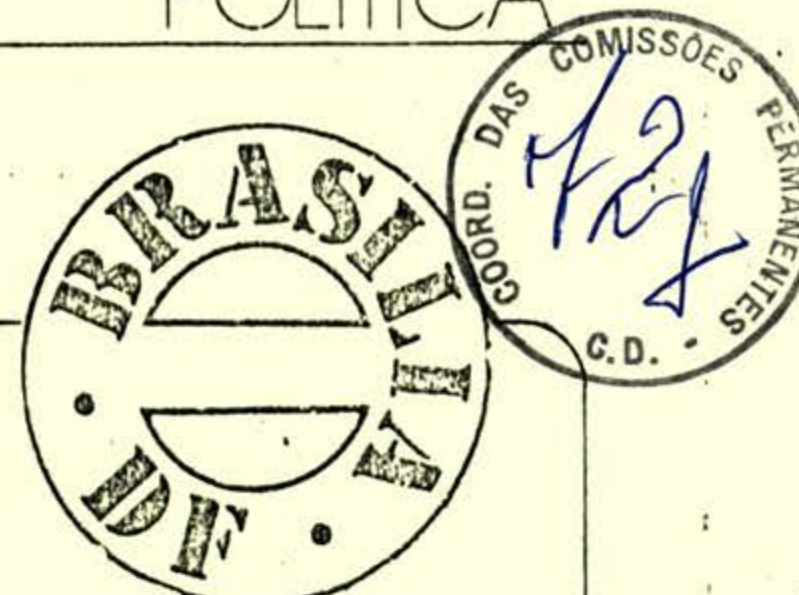
Elementar

O Presidente da Arena paulista, geralmente tão lúcido, acusou os oposicionistas de seu estado e de maneira geral de serem oportunistas e de "só abraçarem teses que lhes dão rendimentos eleitorais". O Sr. Cláudio Lembo al peca por não entender as coisas exatamente como elas são, pois os oposições, que não estão no poder e nem usufruem de suas prerrogativas, resta realmente é esse direito de ser "oportunistas".

Fato

Segundo a Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios da Seplan, existem, no momento, 400 "municípios inválidos" no país, pelo simples fato de nada arrecadarem, o que, em termos práticos, acaba determinando a inexistência de administrações municipais.

Vem dessa e de outras constatações a preocupação presidencial com o fortalecimento da estrutura municipal brasileira, de fato muito sacrificada nos últimos anos em razão da centralização de poderes e recursos em mãos da União. Esta mais que na hora de inverter o processo.



do 30º dia por Vitorino Freire

São Luís - Com a presença de dez deputados estaduais e três deputados federais, desembarcou ontem no aeroporto da Tiririca o suplente de senador Luís Fernando Freire (Arena) que hoje assistir à missa de trigésimo dia do falecimento de seu pai, o ex-senador Vitorino Freire, o homem que dominou por mais de vinte anos a política maranhense e que, ultimamente, era o candidato mais cotado para senador biônico.

Do aeroporto, Luís Fernando Freire dirigiu-se para o Palácio dos Leões onde é hospede de Nunes Freire. Muito moderado em suas declarações, ele diz que é apenas o elemento catalizador do grupo que seguia a orientação de seu pai, constituído por 4 deputados federais, 15 deputados estaduais e 80 prefeitos. Não confirmou, no entanto, que seja o substituto político de seu pai, mas assegurou que tudo fará para que não haja a dispersão do grupo.

Garantiu, Luís Fernando que o seu grupo tem candidatos para governador, senador biônico e senador na eleição direta, pois, conta com 15 deputados estaduais, 4 deputados federais e mais de 80 prefeitos, "o governador Nunes Freire, que é o verdadeiro comandante".

Acompanhado de Lourenço Vieira da Silva, Presidente do Incri, chegou ontem a São Luís o governador Nunes Freire que também assistirá à missa pela alma do ex-senador Vitorino Freire.

Comissão adia depoimento de Abgar Renault

O Depoimento do ex-Ministro da Educação Abgar Renault, perante a Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal, foi adiado para o dia 6 de outubro, quinta-feira, porque o presidente daquele órgão técnico, Senador João Calmon, acompanhará o Presidente da República, General Ernesto Geisel, ao Espírito Santo, na próxima dia 29.

O Professor Abgar Renault atualmente membro do Conselho Federal de Educação, foi Ministro da Educação e Cultura quando era Presidente da República o Senador Nereu Ramos de 1955 a 1956. Trata-se do conselheiro que, em 1973, alertou a Nação para o estado deplorável em que se encontra o aprendizado da Língua Portuguesa, em todos os níveis do ensino, advertindo para a necessidade de uma retomada de posição nessa área.

Depois do pronunciamento de Abgar Renault, a Comissão ouvirá, dentro da série de depoimentos para o Projeto Educação, o ex-Ministro Darcy Ribeiro, que ocupou a pasta à época do Sr. João Goulart. A sua conferência está marcada para o dia 13 de outubro.

PACIFICAÇÃO

Curitiba, 26 (AG) - O senador arenista Mattos Leão que juntamente com o senador Accioly Filho e os deputados estaduais Arahão de Mattos Leão e Accioly Neto - e mais de um ano - criou uma dissidência dentro da Arena paranaense, dizendo-se credenciado pelo presidente Ernesto Geisel, na última entrevista que manteve com o chefe da nação, anunciou de Brasília que está autorizada a promover a pacificação do partido. A declaração do senador, foi recebida com reservas pelo presidente da Arena - Eng. Afonso Camargo - que confirmou ter tido contato telefônico com o mediador, sem se aprofundar no exame da situação, o que poderá ocorrer talvez no final da semana.

devolvido ontem ao STF

Foi devolvido ontem, ao Supremo Tribunal Federal para as mãos do Ministro Djaci Falcão, o processo de extradição do Governo da Itália contra Ovídio Lefebvre, com o parecer da Procuradoria - Geral da República contrário ao deferimento da extradição, por que Lefebvre encontra-se denunciado num Tribunal - A Corte Constitucional - considerada de exceção por não integrar o Poder Judiciário Italiano.

Contra essa tese contida no Parecer do PGR, o advogado José Paulo Sepúlveda Pertence, representando os interesses do Governo da Itália, já tem uma resposta ao parecer. O julgamento

Procurador decide sobre punição de Ulysses

Já chegou ao Tribunal Superior Eleitoral a resposta do MDB, confirmando a autenticidade dos quatro pronunciamentos feitos numa cadeia de emissoras de rádio e TV na divulgação do simpósio do partido da oposição, no dia 27 de junho deste ano. Depois dessa confirmação, o Presidente do TSE, Ministro Xavier de Albuquerque abre vista dos autos ao Procurador - Geral da República, Henrique Fonseca de Araújo, que solicitara, através do TSE, a resposta do Partido. Agora, Fonseca poderia decidir, já nesta quarta-feira, se processa ou não perante o STF, o deputado Ulysses Guimarães, como Presidente Nacional do MDB, principal responsável "por infringências" das normas vigentes contidas na legislação eleitoral e "Lei Falcão".

Ao que se apura, o Procurador - Geral ainda

poderá ocorrer nos primeiros dias de outubro próximo.

ACUSAÇÃO

Segundo consta dos autos de extradição, a principal acusação que pesa contra Lefebvre é a de ter, em Roma, entre setembro de 1968 e novembro de 1971 "agido por conta e no interesse da Sociedade Lockheed, prometia antes e entregava depois a funcionários públicos - especificadamente a dois ex - Ministros da Defesa, Luigi Gui e Mario Tanassi, e ao ex - Chefe do Estado Maior da Aeronáutica Militar, General Duilio Fanli - somas em dinheiro (cerca de 1.130.000,00 liras italianas para vender 14 aviões C - 130 ao Governo Italiano".

não desistiu do propósito manifestado em expediente ao TSE, de processar Ulysses Guimarães.

Estava apenas aguardando essa providência, agora atendida, de saber se o Partido confirmaria ou não a autenticidade dos pronunciamentos sobre o simpósio que resultou na cassação de deputado Alencar Furtado. Se o Procurador - Geral decidir pelo processo ao STF, pesaria sob Ulysses a ameaça de inelegibilidade para as eleições de 1978, porque sendo o enquadramento com base na Lei de Segurança, depois de recebida a denúncia o processo que entraria no rito da ação penal do STF faria a defesa de Ulysses lutar contra o calendário, em termos de julgamento e absolvição.

Scherer denuncia Movimento "Cristãos para o Socialismo"

Porto Alegre, - Ao analisar o Movimento "Cristãos para o Socialismo" Dom Vicente Scherer afirmou que tinha "viva consciência da gravidade da afirmação que estava fazendo", mas que "entristece verificar numa diocese brasileira a afirmação oficial de que "podemos usar a análise marxista sem de modo algum endossar - lhe a filosofia".

Afirmou, ainda, que "o próprio comunismo marxista, ao contrário do que parecem crer os cristãos para o socialismo, já não mais se mostra o bloco monolítico fiel às análises e à filosofia de C. Marx. Já aparecem na monstruosidade de suas gigantes muralhas salpicadas de sangue as fissuras denunciadoras de sua desagregação e do seu irremediável desabamento".

COMO NASCEU

Depois de historiar o surgimento do Movimento que se autodenominou "Cristãos para o Socialismo" Dom Vicente afirmou que nas conclusões do encontro realizado no Chile, em 1972, "Percebia - se, claramente a influência e a aceitação de princípios inegavelmente marxista. Ele criticou o fato desse movimento se afastar

da fé católica com "o propósito decidido de reinterpretar e reformular a fé cristã, de imbuir a consciência popular de mentalidade revolucionária no estilo marxista e de fundar uma nova Igreja que nasce do povo". Livre de estruturas hierárquicas que declaram promotoras de opressão e domínio explorador. Esta nova Igreja teria inteiramente outra figura que a atual, finalidade diferente, outro espírito, e nela se admitiria uma só classe: a dos "pobres". Mas não entendam com essa expressão - advertiu Dom Vicente - simplesmente os infelizes que pouco ou nada possuem, mas significa só os seguidores das novas mensagens, proprietários ou possuidores destituídos de haveres. Exigem plena e radical integração na mística renovadora e revolucionária que pregam. Acertam, exclusivamente, nas suas fileiras os pobres que adotam a mesma idéia e ideologia com um cristianismo confundido com reação radical, revolução e guerra sem tréguas contra os adversários de seus planos e contra seus oponentes. A projetada Igreja, pouco ou nada se pareceria com a atual que atravessou vinte séculos e João XXIII, na conhecida encíclica, em feliz imagem definiu como "mestra e mãe".

dade nessa sociedade superorganizada que são os Estados Unidos, é exatamente a existência de inúmeros serviços de informação, o que contribui para que nenhum deles tenha a verdade absoluta ou que "essa coleção imprecisa de minhas informações e insinuações vá alimentar o registro do interessado, sem que este o saiba nem possa fazer nada para desmentir-las ou esclarecê-las".

Quando o país participa de grande debate sobre os caminhos que nos levarão à plena democracia, é da maior importância meditar sobre a importância das experiências (negativas) dos EUA com serviços centralizados de informação que, talvez, estejam na origem do protesto do Deputado Faria Lima contra o Renape.

Na política

O Ministro Simonsen vai mesmo tomando gosto pela política e pela negociação, aliás uma característica bem mais política que técnica. Basta observar suas últimas reações, tipicamente "apaziguadoras", quando recomenda que os trabalhadores também cuidem de aprender a pleitear junto aos ministros, o que, na explicação do próprio Simonsen, os empresários já sabem fazer muito bem.

Do ramo

Outro que anda mostrando competência é o Governador Divaldo Suruagy, de Alagoas, que em matéria de organização partidária

A Vale do Rio Doce está tão discreto quanto ao tamanho das reservas de ouro que uma das suas subsidiárias acabou de descobrir no sul do Pará pelo simples fato de que, dizem os entendidos, é tão pouco que poderla determinar desequilibrar indesejáveis no mercado mundial.

Na espera

Os tão badalados filósofos da nova esquerda francesa, que contestam abertamente os dogmas do marxismo tradicional, provando o mesmo que é fatal o totalitarismo quando se segue por Marx e Lenin, ainda não foram traduzidos para o Brasil. Já que nossas editoras não acordaram para o fato, fica aqui a sugestão para que se culde de traduzir pelo menos o mais importante deles, André Gluksman, em especial o "Mestres do Pensamento".

Queira ou não

A viagem do Presidente Carter (olto países em 11 dias), além de considerada pela imprensa americana uma loucura em termos organizacionais, quando se compara tempo e roteiro, está definitivamente marcada como um movimento de relações públicas destinado a suplantir os mauflúvios provocados pela renúncia (forçada por jornais e Congresso) do seu Diretor de Orçamento e amigo de cozinha, Bertrand Lance.

Plantão

O Itamarati anda realmente num momento feliz. Depois do Presidente Carter resolver vir a Brasília, no mesmo dia em que o nosso Ministro do Exterior cumpre o ritual de abrir a Assembleia anual das Nações Unidas, de Caracas chega a notícia de que o Presidente Carlos Andrés Peres, que falou pelos cotovelos sobre novos planos nucleares, acaba de reconhecer que "o programa nuclear do Brasil é bom e não alimenta propósitos belicistas".

Como Peres foi investido recentemente, com banda de música e champagne, na condição de recadeiro-mor da nova política dos EUA para a América Latina, pode ser até que suas palavras sejam uma antecipação do que dirá Carter quando por aqui passar em novembro.

A França acaba de eleger, atente para o detalhe, 115 novos senadores, pela via indireta. Lá ninguém achincalhava as instituições ou os poderes constituídos. Tudo correu dentro da lei.

Sensacional a reportagem de Veja desta semana sobre as an-

danças dos liberais, em especial do Senador Teotônio Vilela, astro máximo dessa campanha.

Por falar em liberais, vale lembrar que muitos deles, inclusive Daniel Krieger, quando falam em "retorno" à Carta de 67, não estão fazendo exercício de saudosismo sobre o nada, mas tentando com realismo adaptar o país real ao país das leis.

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou lei do Deputado Peixoto Filho que propõe a exclusão da alínea "F" do Artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, o qual dá margem aos patrões para despedir pessoas que, na verdade, precisam ser encaminhadas a tratamento psiquiátrico.

O Rio anda cada vez mais na base do mundo cão. Agora mesmo um grupo de militares reformados acaba de encaminhar ao Presidente Geisel memorial solicitando melhoria do policiamento da Cidade Maravilhosa

(?), onde um general da reserva foi assassinado na sexta-feira, quando se preparava, na porta de casa, para uma viagem de fim de semana.

O MDB realmente precisa preparar-se um pouco mais para o poder. O exemplo é esse caso do parlamentar opositorista (um novo Leonel Júlio?) que foi apanhado tirando peças do carro oficial da Assembleia Legislativa mineira, que está a seu serviço, para colocar em seu carango particular.

De uma dessas más línguas que habitam o Congresso: A CHD virá mesmo para Brasília, pois só assim se salvará a entidade de inevitável divisão (os paulistas andam por conta com seu carioquismo) e a Arena fluminense, já que entre as duas o Almirante Heleno Nunes preferirá vir para o DF chefiando a primeira.

O Governo vai divulgar amplamente seus programas de saneamento a partir de janeiro do próximo ano. Estão dando certo.



ciária e uma das partes mais polêmicas do projeto, a Lei da Magistratura terá entre 120 e 150 artigos e disporá sobre os direitos, deveres e garantias dos juizes; sobre a nova forma de funcionamento dos tribunais; sobre a nova sistemática de distribuição da Justiça; sobre os critérios para a criação de novos tribunais de Alçada; sobre a substituição



Araújo coordena a implantação

de desembargadores, ingresso e aposentadoria de juizes.

Por força dos dispositivos constitucionais da Emenda n.º 7, a partir da vigência da Lei da Magistratura, os Estados da Federação terão apenas seis meses para se adaptar às novas regulamentações. E a criação do Conselho Nacional da Magistratura, previsto nessa lei, tem gerado muitas discussões. Segundo se sabe, o CNM estará encarregado de velar pela boa conduta ética, moral e profissional dos juizes brasileiros.

A esse juiz dos juizes — composto por sete ministros do Supremo Tribunal Federal — estarão sujeitos diretamente os membros dos tribunais estaduais e federais. De acordo com o projeto em elaboração, no entanto, o CNM poderá, também, avocar para si o julgamento de questões disciplinares de juizes da primeira instância.

A existência do conselho, com poderes para punir juizes, afastá-los de processos, aposentá-los, gerou muita polêmica nos meios jurídicos. Os críticos da idéia afirmam que, com esse órgão, os juizes não terão as garantias necessárias para julgar. E que o CNM acabaria, de certa forma, com o princípio da irremovibilidade dos magistrados. Falando a Visão, o procurador-geral da República considerou a implantação do CNM importante e justificou com exemplos

de crises recentemente ocorridas em vários tribunais do país. No do Distrito Federal, por exemplo, cinco dos dez desembargadores estão indiciados em processos no Supremo Tribunal Federal.

Cartórios e Ministério Público

As outras duas leis orgânicas em elaboração tratam do Ministério Público e dos cartórios. A Lei do Ministério Público disporá sobre os direitos, deveres e garantias dos membros do Ministério Público; sua organização, ingresso e aposentadoria; o funcionamento perante os juizes e tribunais. A emenda constitucional delegou à lei orgânica o estabelecimento das normas gerais do Ministério Público Estadual.

"O projeto do Ministério Público está concluído", disse o professor Henrique Fonseca de Araújo a Visão. "Uma comissão composta por oito procuradores trabalhou no projeto, com representantes do Ministério do Trabalho, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal, dos territórios e da Procuradoria da República."

A lei complementar que regulamentará o funcionamento dos cartórios judiciais ou extrajudiciais é a que está mais atrasada. Ainda assim, o texto do projeto deve ser submetido ao presidente da República em outubro ou novembro.

A reforma do Poder Judiciário, nos moldes do plano aprovado pelo presidente Ernesto Geisel, deve criar também contenciosos administrativos. Ou seja: tribunais administrativos que funcionarão no âmbito do Poder Executivo, mas com garantias aos seus membros para poder julgar com independência causas fiscais, de pessoal, previdenciárias ou de acidentes.

Até agora não foram definidas essas garantias, consideradas indispensáveis

para que os contenciosos funcionem com isenção. O problema é que esses tribunais julgarão, sempre, causas em que serão partes órgãos do Poder Executivo, principalmente o Ministério da Fazenda (nas causas fiscais), o INPS (nas causas previdenciárias) e outros órgãos (nas causas de pessoal). E, por isso, se os membros dos tribunais não tiverem garantias de que poderão julgar com independência, os contenciosos previstos na reforma em implantação correm o risco de tornar-se simples apêndices do Poder Executivo. Eles terão seis meses para apreciar cada causa e só quando o prazo estiver esgotado o interessado poderá apelar para o Judiciário.

Na hipótese de o tribunal administrativo decidir no prazo, mas contrariamente aos interesses de uma das partes, o recurso poderá ser feito diretamente ao Tribunal Federal de Recursos (se for discordância exclusivamente jurídica), ou ajuizar a Justiça Federal de primeira instância, se o caso implicar a produção de provas para o julgamento.

O ministro Mário Henrique Simonsen, da Fazenda, já divulgou um anteprojeto de contencioso administrativo. O texto, no entanto, passa agora por modificações, pois não foi bem recebido.

No entanto, a implantação da reforma do Poder Judiciário dependerá muito da ação em toda a Federação. A Justiça estadual é responsável por quase 80% da atividade judiciária do país. Segundo o professor Henrique Fonseca de Araújo, porém, seus contatos em cada Estado têm sido promissores. Os projetos para a implantação da reforma do Judiciário estão, agora, sendo examinados pelos ministros do Supremo Tribunal Federal, que farão suas sugestões antes de o texto ser encaminhado ao presidente da República, possivelmente em novembro.

RENAPE

O brasileiro sob controle

Cada cidadão teria um número, intransferível, seguindo-o do nascimento à morte: é o novo sistema de identificação nacional que está sendo estudado há seis anos.

Cada vez mais criticado no mundo inteiro, ignorado pela opinião pública no Brasil, pouco discutido pelos parlamentares que terão a missão de aprová-lo ou rejeitá-lo, um sistema de identificação nacional poderá ser adotado. Ele prevê a padronização por meio de apenas um número para cada pessoa, substituindo todos os outros documentos e acompanhando o indivíduo do nascimento à morte. Há seis anos um grupo interministerial estuda a implantação do Regis-

tro Nacional de Pessoas Naturais (Renape), que identificará todos os residentes no país, centralizando as informações num banco de dados.

O projeto está pronto para ser enviado ao Congresso Nacional, segundo fontes do Ministério da Justiça. Considerado importante e prioritário pelo Executivo Federal a ponto de ser mencionado na última mensagem do presidente Ernesto Geisel ao Congresso, o Renape tem atraído as mais duras críticas de

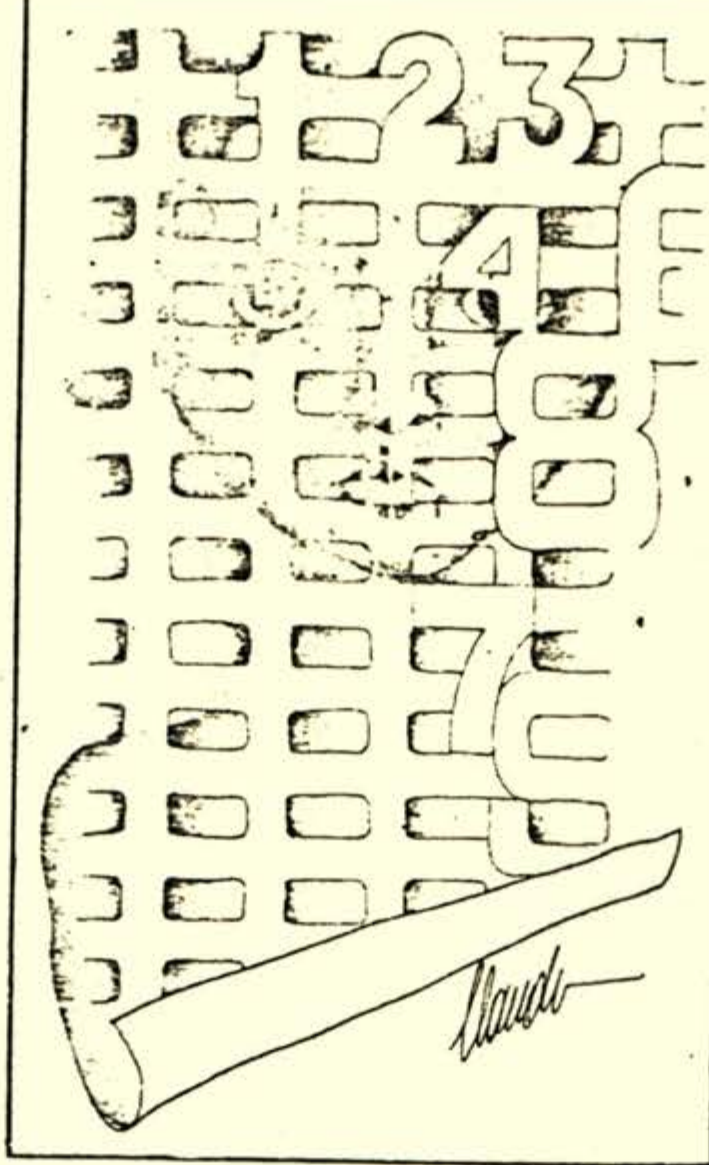


quem conhece o sistema e sabe o que ele pode significar: o aumento do controle estatal sobre o cidadão.

A idéia pode parecer prática. Afinal, a possibilidade de trocar certificados, documentos, cédulas de identidade e carteiras por um único número é cômoda. Os simpatizantes dessa padronização, inclusive, têm usado a aparente praticidade para defender a adoção do sistema.

Mas essa troca — se ocorrer — representará mais do que andar com menos documentos no bolso: ela ameaça a privacidade e o anonimato a que todo cidadão tem direito. Possibilitará, eventualmente, a manipulação indevida de informações pessoais e íntimas. Por exemplo: todos os dados hoje distribuídos pelos diversos órgãos da administração pública serão centralizados numa única ficha. E o computador poderá fornecer, em minutos, a qualquer operador, a vida completa de cada habitante do país: o tamanho de sua família, sua renda anual, seus bens, salário, todos os lugares em que já trabalhou, etc.

O sistema dará, também, condições técnicas ao Governo (a qualquer Governo, ao longo de muitos anos, pois o sistema é economicamente irreversível) para que controle a vida de cada cidadão. Além disso, como a identidade nacional terá que ser de uso obrigatório, sobris-



co de o sistema tornar-se ineficiente, a concessão do documento pelos órgãos de cadastramento e identificação pode servir para a coerção dos cidadãos. Por hipótese: quem desgostasse o Governo da época, fosse politicamente dissidente ou cometesse algum crime não teria o registro nacional. Seu número seria cassado até que um burocrata qualquer decidisse o contrário.

O projeto começou a ser discutido em

1968 por técnicos do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), mas, em janeiro de 1971, um convênio firmado entre os ministérios da Fazenda, Justiça e Trabalho transferiu os estudos para um grupo interministerial.

Seis anos depois, esse grupo concluiu pela instalação do Renape "no mais curto prazo possível", alimentado, inicialmente, pelas informações de identificação civil e criminal e pelos cartórios de registro civil. Mas "com previsão para receber as informações de outros cadastros de pessoas".

Em sua exposição de motivos — um relatório de 440 páginas —, a comissão interministerial afirma que o Renape encerrará o repertório completo de informações essenciais de cada cidadão e fornecerá à administração pública, com rapidez e precisão, os dados estatísticos de sua própria atividade ou de outras que poderão ser coletadas pelo sistema.

De acordo com o projeto, a identificação seria obrigatória a partir dos sete anos de idade e o documento seria revalidado periodicamente, aos dezoito, 25, 35 e cinquenta anos de idade. O relatório da comissão destaca que, atualmente, o primeiro relacionamento de uma pessoa com um órgão público ocorre, quase sempre, aos catorze ou dezoito anos de idade. E sugere o cadastramento

PREVIDÊNCIA PRIVADA

Nova Lei e sua Regulamentação

— Seminário —

Será realizado em São Paulo, de 7 a 10 de novembro próximo futuro, Seminário com as mais altas autoridades no assunto, inclusive do Governo Federal. Inscreva-se já e venha debater e oferecer sugestões aos seguintes palestrantes, entre outros:

- Dr. Affonso Heleno de Oliveira Fausto
Gerente Geral da Fundação CAEMI de Previdência Privada
- Cel. Alcy Riopardense Rezende
Presidente da Associação Nacional de Previdência Privada
- Dr. Alexandre Machado
Diretor da Fundação Banco Intercontinental de Investimento
- Dr. Amaury Soares Silveira
Diretor Superintendente da APLUB
- Dr. Daphnis Souto
Consultor Médico da PETROBRÁS
- Dr. Emílio Gonçalves Filgueiras
Presidente do MONGERAL
- Dr. Hilton Van Der Linden
Diretor Técnico do Instituto Brasileiro de Atuária
- Dr. Joaquim Caetano Gentil Netto
Presidente da Fundação Petrobrás de Seguridade Social — PETROS

- Dr. Lício De Faria
Secretário Geral do Ministério da Indústria e Comércio
- Prof. Moysés Glat
Economista e Professor da Escola de Pós Graduação em Economia da FGV
- Dr. Nilton Molina
Diretor Presidente do Grupo Augustus
- Dr. Oswaldo Herbster Gusmão
Superintendente da Fundação PROMON de Previdência Social
- Dr. Paulo Inácio Domingues
Diretor Superintendente da Fundação TELOS de Seguridade Social
- Dr. Rio Nogueira
Presidente do Instituto Brasileiro de Atuária
- Dr. Sylvio Pinto Lopes
Secretário de Estatística e Atuária do Ministério da Previdência e Assistência Social

LOCAL: Auditório "Brasílio Machado Neto" Rua Dr. Vila Nova, 228 — Vila Buarque — São Paulo — SP

INSCRIÇÕES:

PRODEMP — Programa de Desenvolvimento Empresarial
Av. Nove de Julho, 4407 — Fone: 853-2237 — 852-6359

SENAC — Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Rua Dr. Vila Nova, 228 — 3º e 4º andares — SP
Fone: 256-5522 — Ramais: 174, 186, 188 e 321

SDP



PRODEMP

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL
(Reg. CFMO.002)

PROMOÇÃO:

SENAC/PRODEMP
FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO
COLABORAÇÃO:

CRAS — Conselho Regional de Assistentes Sociais
VASP — Onde você voa com quem gosta
Transportadora Oficial do Seminário



A REJEIÇÃO, NO MUNDO INTEIRO

No mundo inteiro, sobretudo nos países democráticos, industrializados e economicamente desenvolvidos, a opinião pública se tem manifestado contra a existência de sistemas de identificação que utilizam um único número para cada cidadão e controlam as informações sobre a população por computador, num banco de dados centralizado.

Na França, Alemanha Ocidental, Suécia, Estados Unidos e Canadá, por exemplo, experiências diferentes levaram à condenação da idéia, por três razões básicas: aumento do poder estatal em detrimento dos direitos individuais; ameaça à privacidade e ao anonimato; possibilidade de manipulação das informações pessoais para outros fins que não a identificação.

Os deputados que estudaram a adoção, na França, de um sistema de registro único para cada habitante chegaram à conclusão de que os franceses se preocupam tanto com a perda da privacidade quanto com a proliferação nuclear ou a poluição ambiental. O jornal *Le Monde* chamou o projeto de "caça ao francês".

Nos Estados Unidos, as tentativas de implantar um documento de identidade nacional, padronizado, nunca tiveram

sucesso. Lá — como no vizinho Canadá —, o principal documento de identificação é a carteira de motorista, que pode ser conseguida nas agências do Departamento de Trânsito em milhares de cidades do país.

Em junho de 1976, depois de dezesseis meses de estudos, o Comitê Consultivo Federal sobre a Falsa Identidade recusou a última tentativa de adoção de um sistema de identificação nacional. Para o comitê, a idéia "atentava contra as tradições democráticas do país; ameaçava a vida privada dos cidadãos e requeria alto custo para fazer funcionar um sistema de coleta, armazenamento e seleção de informações sobre uma população de 200 milhões de habitantes".

Na Suécia, a identificação única existe há muitos anos e o *personnummer* — número pessoal de cada habitante, inclusive estrangeiros — é o documento mais importante do país. Nem por isso o sistema é menos criticado. E entre seus opositores estão até o primeiro-ministro Thorbjorn Falldin e o ministro das Finanças, Gosta Bohman.

O *personnummer* é usado no relacionamento Estado-cidadão em todos os níveis, desde o Exército até carteira de motorista. O número de cada pessoa é

composto por dez algarismos. Os seis primeiros representam sempre o ano, dia e mês do nascimento do portador. Os quatro últimos resultam da combinação dos seis primeiros, além da representação de outras características do indivíduo. Por exemplo: o sétimo dígito define o sexo. Os números ímpares referem-se ao sexo masculino e os pares ao sexo feminino. O algarismo posterior dá a procedência do portador. Os estrangeiros, por exemplo, recebem os algarismos 9 ou 7. Os nascidos na capital, Estocolmo, recebem o algarismo 0.

O sistema, de qualquer forma, é assunto polêmico no país. E, "para muitos suecos", como relata o correspondente de Visão em Estocolmo, João Lins de Albuquerque, "o *personnummer* é o símbolo da burocracia, do controle do Estado sobre os cidadãos, da invasão da privacidade".

Na Alemanha Ocidental e Bélgica a idéia de um sistema de identificação nacional padronizada foi tão combatida que, além de não adotá-la, os países providenciaram uma legislação protetora da privacidade, responsabilizando os bancos de dados pela manipulação de qualquer informação pessoal sem que o cidadão autorize isso.

mento a partir dos sete anos, com a utilização dos dados estatísticos fornecidos pelos alunos matriculados nas escolas de primeiro grau.

Embora o relatório faça menção de que "é preciso tomar cuidado para não se criar um sistema gigantesco que possa vir para explorações políticas e econômicas ou para cercear a liberdade individual", a comissão interministerial deve ter-se preocupado mais com os aspectos práticos da implantação do Renape do que com as questões éticas.

Ainda assim, o projeto tem sofrido ressalvas técnicas. Depondo, em setembro, na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, o secretário-executivo da Comissão Coordenadora de Atividades de Processamento Eletrônico (Capre), Ricardo Saur, considerou "tecnicamente inviável a implantação de um sistema de cadastramento e identificação para 120 milhões de habitantes que mantenha as informações atualizadas".

Respondendo ao deputado federal José Roberto Faria Lima (Arena-sp), Saur forneceu um exemplo interessante: "Imagine o caso de uma pessoa acusada de um crime. Caso ela seja inocente e assim declarada pelo juiz, até a atualização de sua ficha o computador continuaria emitindo a mesma informação sobre essa pessoa: fulano de tal, acusado do crime tal. Ninguém pode garantir que a demora na atualização das fi-

chas de 120 milhões de pessoas não prejudique parte delas. No imposto de renda, por exemplo, que é um dos melhores sistemas em operação no Brasil, admite-se 2% de erro. E isso representa mais de 2 milhões de pessoas — no caso do Renape, com informações pessoais.

Um estudo feito nos Estados Unidos pelo General Accounting Office demonstrou que o cruzamento de informações cadastrais é complicado e pode provocar erros de até 30%. Depois desse estudo, inclusive, as polícias estaduais recusaram-se a ceder seus arquivos para o FBI.

Legislação

O Congresso Nacional não tem debatido o assunto. Um dos poucos parlamentares que se vêm preocupando com a implantação do Renape é o deputado Faria Lima. Falando a Visão, ele criticou o projeto, considerando-o "uma ameaça à democracia".

"Não é preciso conhecer os detalhes do projeto", diz Faria Lima. "O que importa é a idéia. E com essa eu não concordo: a identificação nacional, padronizada, controlada por computador, favorece o domínio do Estado sobre o cidadão."

O deputado prepara, agora, um projeto de lei a ser apresentado ao Congresso, estabelecendo normas para o funcionamento dos bancos de dados exis-

tentes no país. Desde 1972 Faria Lima vem estudando o assunto e afirma que, no mundo inteiro, os direitos individuais de privacidade e anonimato estão sendo defendidos com legislação específica, para impedir a manipulação indevida de informações pessoais. O projeto considera *banco de dados* o arquivo de grande volume, com disposição eletrônica de fácil recuperação da informação cadastrada, e exige o registro de todos os bancos de dados existentes no país. Principalmente aqueles que trabalham com informações de caráter pessoal, responsabilizando os operadores e proprietários pela cessão de informações pessoais; utilização para fins diferentes daqueles para que foram coletadas. Além disso, Faria Lima propõe que qualquer pessoa tenha acesso à sua ficha em qualquer banco de dados (salvo em caso de segurança nacional), para eventualmente corrigir informações falsas.

A experiência em outros países tem mostrado a necessidade de legislação específica para a manipulação de informações em bancos de dados. Na Suécia, por exemplo, 10 mil bancos de dados funcionavam sem registro público antes da aprovação de lei que regulamentou as atividades do processamento eletrônico de informações.

O projeto do deputado Faria Lima, no entanto, não impedirá a implantação do Renape, sendo necessário que o Congresso comece a debater o assunto. ●



Invenção diabólica já existe

Computador espiona a vida particular do trabalhador

Paris. (ANSA — NP) — Os empregados de uma companhia de seguros francesa opuseram-se com sucesso ao emprego de um sistema de vigilância automática — um leitor de "cédulas de identidade", ou fichários pessoais, ligado a um computador eletrônico — que permitia seguir todos os seus movimentos durante o dia. Estes leitores dos fichários pessoais haviam sido instalados sobre cerca de 70 portas de todo o edifício: sendo retiradas as fechaduras, cada um podia abrir as portas apenas introduzindo na fenda a sua ficha, que funcionava como uma chave. "O computador sabia até que a pessoa ia ao banheiro", disse um dirigente sindical.

É um dos tantos casos que causaram os protestos de empregados e operários em muitas firmas de todo o mundo, desde quando os progressos da técnica permitiram elaborar sistemas de vigilância da produção sempre mais requintados e seguros. Diversas destas pequenas maravilhas da técnica moderna que são empregadas para tentar acabar com o diletantismo, estimular a produtividade ou aumentar a segurança serviriam também — segundo muitos disseram — a vigiar os trabalhadores.

NOS EUA

Na Inglaterra e nos Estados Unidos os sindicatos lamentaram até o uso de "detectores de mentira" nos exames de atitudes antes da admissão e nas sucessivas fiscalizações periódicas de segurança do pessoal. Milhares de firmas no mundo empregam meios técnicos bastante aperfeiçoados para aumentar a produção e a segurança e sempre há o perigo que estes aparelhos sejam usados também para outros fins. O problema é grave e a própria Organização Internacional do Trabalho encaminhou o estudo para tentar responder a esta pergunta: Qual é a linha de limite entre as exigências de uma racional organização do trabalho e da segurança e o propósito ao revés de vigiar

o operário na cadeia de montagem ou o empregado e o dirigente no seu escritório?

De um modo geral, não é o computador em si mesmo mas alguns dos seus empregos que constituem os perigos da intromissão na vida particular dos trabalhadores. O fato que um computador moderno possa reunir com pouca despesa uma enorme quantidade de dados comporta a tentação de fornecer-lhe também muitas informações que nada tem a ver com as relações entre empregadores e trabalhadores. Poucos centímetros de fita são suficiente para gravar os particulares de uma vida inteira.

Se por exemplo são introduzidos no computador os resultados dos exames de atitudes em profundidade ou dos coloquios reveladores dos comportamentos de uma pessoa em campo religioso, político, sexual ou familiar, é evidente que tais notícias poderão ser empregadas discriminatoriamente, quer contra determinados indivíduos, quer contra certos grupos. Pode acontecer que alguns dados subjetivos fundados em pesquisas particulares, então incertos, sejam introduzidos no computador e tratados depois como realidade subjetiva.

No estudo a que me referi, a Organização Internacional do Trabalho faz estas considerações: "Nenhuma real garantia coloca o salariado ao abrigo das indiscreções ou de desvio de informações sobre sua pessoa. Não se pode excluir a possibilidade de uma gravação clandestina dos dados pessoais em microfilme ou em fita por parte de indivíduos não qualificados. A posse destes documentos pode constituir um meio de influência, ou também de extorsão".

LIBERDADE SINDICAL

A própria liberdade sindical pode acabar comprometida se os lugares destinados às reuniões sindicais estiverem repletos de aparelhos de escuta escondidos e se os sindicalistas são vigiados com requintados meios técnicos. Desde 1972 a Conferência Internacional do

Trabalho havia soado o sinal de alarme reclamando o "direito de inviolabilidade das sedes sindicais".

Em poucas palavras a visão fantástica de "alguém" que vigia cada um de nós do berço ao túmulo, parece bem próximo da realidade. Em muitos países — entre os quais a França, a Alemanha, a Suíça, a Inglaterra e os Estados Unidos — os legisladores e os tribunais tentaram frear estas incursões na vida particular ou limitar os efeitos. Todavia, segundo o estudo da Organização Internacional do Trabalho, "a adaptação do arsenal jurídico tradicional talvez não seja suficiente". A D. I. T. propõe por isto uma série de garantias cabíveis à era do computador. Eis as principais: primeiro: o direito para os trabalhadores de ver os seus documentos, para corrigir os erros, suprimir as informações superadas ou erradas sobre a sua vida particular, a sua atividade sindical, a sua tendência política ou outros dados capazes de comprometer a sua carreira; isto porém pressupõe que a lei defina os tipos de gravações que possam figurar nos computadores. Segundo: aparelhos de segurança para impedir a troca de dados, os furtos e a introdução clandestina de certas informações, verdadeiras ou falsas que sejam. Terceiro: uma periódica fiscalização dos computadores por parte dos inspetores do trabalho e a elaboração de convenções coletivas sobre o emprego e a fiscalização de informação. Quarto: a adoção de normas internacionais e o reforço dos processos compreendidos a proteger a vida particular dos trabalhadores.

Enfim, os autores do estudo recomendam à OIT agir "antes que técnicas muito adiantadas tenham modificado profundamente, ou radicalmente, as relações sociais e políticas às escondidas das partes interessadas". Em suma, procuramos evitar que o computador — organizador torne-se o computador-espião.



• VASP - pioneirismo no que interessa a você.

Faria Lima preocupado com uso de dados por sistemas eletrônicos

O Deputado Faria Lima, da Arena de São Paulo, está pedindo apoio para projeto de emenda constitucional que visa a garantir aos brasileiros o acesso à informação, dizendo que salvaguardas devem ser desenvolvidas visando a proteger o cidadão contra consequências potencialmente danosas da má utilização de sistemas eletrônicos de processamentos de dados, que utilizem bancos de dados constituídos com informações pessoais.

- Não estamos falando sobre possibilidades remotas - diz o deputado - mas da realidade dos dias de hoje.

Conforme o deputado, querem centralizar a vida do cidadão, do nascimento à morte - logo sua intimidade - num único número, a ser controlado por banco de dados.

- Alemanha, Itália, França, Estados Unidos, Japão, Austrália e Inglaterra disseram "não" à tese. Afinal, o preço de uma otimização administrativa seria muito caro; a liberdade do cidadão e o sacrifício da democracia.

Faria Lima diz ter certeza de que o brasileiro está disposto a pagar pela proteção à intimidade. "Administrar a confidencialidade passou a ser uma aspiração e necessidade atuais".

- Nenhuma lei é capaz de impedir que um processo inescrupuloso de fazer mal uso de seu poder. Somente a Nação alerta poderá neutralizar essa anomalia. E o Congresso Nacional levantando este problema passou a provocar o debate nacional sobre o assunto.

O deputado paulista insiste em que salvaguardas devem ser desenvolvidas, visando a proteger o cidadão contra consequências danosas da má utilização de sistemas eletrônicos, que utilizem bancos de dados constituídos com informações pessoais.

- Crimes cometidos com computadores já não são apenas passagens de literatura estrangeira. Nosso país está despreparado em termos de legislação, para disciplinar e controlar esse fenômeno no mundo informático que criamos. E domar o uso destas novas técnicas e inovações tecnológicas é a principal tarefa dos legisladores, neste final de década.



LUX
JORNAL

Cidade de Santos
Santos - Esp. de S. Paulo

1 NOV 1977

Carga Aérea é com a VASP. Paletizada. A jato. Chega bem, chega rápido.

DPE: computadores contra o crime

Até final deste mês, o Departamento de Polícia Federal terá condições de impedir, em pouco menos de 10 segundos, a entrada ou saída do Brasil de pessoas procuradas no País ou mesmo pela Interpol. Segundo se informou, ontem, naquele órgão, em Brasília, já foi encaminhado a todos os aeroportos internacionais e postos de fronteira, uma relação contendo cerca de 10 mil nomes de criminosos internacionais, os quais poderão ser identificados através de computadores ou sistemas de microfilmagem mediante a apresentação do passaporte.

A medida visa a intensificar o serviço habitual de vigilância naqueles locais, explicam fontes do DPF. A relação será atualizada semanalmente pelo Centro de Processamento de Dados do DPF, e enviada aos principais pontos de entrada do País. Baseada em informações da Interpol, nela

constarão os diversos nomes utilizados pelos cidadãos procurados internacionalmente, bem como datas de nascimento, filiação, número de documento de identidade — mesmo o falso —, países de origem e o motivo da busca, tudo isso indicado por intermédio de números codificados.

O trabalho vem se efetuando desde fevereiro deste ano, em caráter experimental, e "já surtiu bons resultados porque, de lá para cá, pelo menos no Aeroporto do Galeão, no Rio, ou no de Viracopos, em Campinas, tem sido preso, em média, um criminoso por dia", a "turma da pesada" do crime

internacional vai se recolhendo e o número de prisões diminuindo. "Este serviço do DPF não objetiva acabar com o problema, porém cria maiores obstáculos, dificultando a entrada de estrangeiros perniciosos à vida do País".

A partir de janeiro, acredita-se que será possível também melhorar a captura de traficantes internacionais de tóxicos. Adotando esquemas que não foram revelados, o DPF usará os mesmos computadores e sistemas de microfilmagem para impedir a entrada ou saída do território brasileiro de pessoal envolvido na rede de entorpecentes.

Quando se tem plena consciência de que todas estas negociações estão em andamento, não apenas no nível em que se verificam este mês, mas continuamente e em outros níveis, não surpreende que a Conferência de Belgrado se preocupe principalmente com direitos humanos. Os satélites espaciais com suas câmaras espiãs, eliminando o movimento de tropas e navios, e a distribuição de locais para mísseis e distribuição das forças aéreas, significam que as duas superpotências estão constantemente controlando a movimentação militar uma na outra. É esse conhecimento decisivo que torna exequível o controle dos acordos, de um modo como nunca se fez antes. De fato, o SALT I incluiu providências específicas para impedir as superpotências de interferir nos "incios nacionais de verificação". Com sorte, esta vigilância fará com que se mantenha um equilíbrio de poder que continuará impedindo uma guerra mundial. Infelizmente, vai-se compreendendo que é muito menos fácil preservar simplesmente as liberdades humanas.

Tem o modelo didático de 50 cartões com as
letras do alfabeto de A-Z, com ilustrações
de pais e filhos, com palavras simples
e frases, com imagens de animais, plantas,
objetos do cotidiano, etc., e também um
modelo de livro didático com textos curtos
e interessantes para os alunos.

do e da vida do homem, com o
desenvolvimento da alma e do corpo.
Este é o moderno e perfeito sistema
medicinal. Nathaniel de Faria,
Caracas — Rio de Janeiro.

DRO. DAS



O Governo está patrocinando a campanha contra o custo de vida jogando o povo contra os comerciantes, estimulando-o a pressionar à manobra dos aluguéis, esquecendo-se de que a inflação não está sendo causada pelos supermercados e nem pelos alugueis.

Quem controla os gastos do próprio Governo, pergunto, quando se sabe que 212 empresas a ele subordinadas não são fiscalizadas? (Já de 2/10). Quem não telefonar para a Sme informando o Ior a LCT aumentou sua tarifa de cartas domésticas de Cr\$ 3,00 para Cr\$ 1,20, em verdadeiro desrespeito às metas do próprio Governo contra o aumento do custo de vida? Por que a Telerj acaba de aumentar sua tarifa de ocêlho de Cr\$ 2,80 para Cr\$ 1 — 250?

As entidades públicas não dão qualquer satisfação ao povo, das razões de seus aumentos. São sobe-

ramas, que nos dapeñmos. O decres-
cmento é tão grande que um Ministro
declarou que é necessário aumentar
o preço da gasolina porque o povo
não compreende que tem que con-
sumizar; somente o aumento de
preço servirá de barreira ao consumi-
mo. Enquanto isso, constroem-se
barreiras de pedágio, punindo este
preço maior aqueles que barcam al-
gum lazer no fim de semana para
si e seus familiares; e se planeja
ainda a redução dos postos de gaso-
lina que funcionam nos domingos.

Não se tem o elemental direito de um paulista depois de uma semana de lutas, porque o Governo aumentou a gasolina, erigiu pedagogias e reduziu o abastecimento mas não fiscaliza suas 242 empresas que continuam a queimar cruzinhos sem dar nenhuma satisfação a quem quer que seja. André Borges — Rio de Janeiro 10.

Artigo 35º da actual Constituição portuguesa: "Utilização da Informática): 1) Todos os cidadãos têm o direito de tomar conhecimento de que constar de registos mecanográficos a seu respeito e do fim a que se destinem as informações, podendo exigir a rectificação dos dados e a sua actualização. 2) A informática não pode ser usada para tratamento de dados referentes a convicções políticas, fé religiosa ou vida privada, salvo quando se trate do processamento de dados não identificáveis para fins estatísticos. 3) É proibida a atribuição de um número nacional único aos cidadãos".

Em 1978 Portugal viu, estreme-
cido, um anteprojecto de lei trans-
migrar nos corredores do último Go-

verno da ditadura Salazar/ marcelista preconizando a criação de um número nacional único a cada um de seus cidadãos. Tal meio seria de grande utilidade na centralização das informações que o aparelho fascista necessitava, nomeadamente a lenhadora FIDM-DGS (polícia política montada nos moldes da Gestapo em 1934), que, depois se soube, era apoiada numa rede de cerca de 20 mil informantes.

(...) Atenção, senhores, ao número único nacional! Que a imprensa multiplique seus esforços sobre este tema, num verdadeiro serviço à opinião pública. Rebatamos no Brasil este intolerável espectro da lei, Luiz Scalla — Rio de Janeiro.

Há pouco mais de duas sema-
nas ouvi falar de febre amarela em
Vila Isabel. Li, depois, a denúncia
do Senador Vasconcelos Torres, de
que a doença existia em outros
bairros. Obtive confirmação da
captura de mosquitos transmisso-
res por profissionais da mais alta
categoria. Entretanto, não leio
notícias de que as autoridades sanita-
rias tenham vindo a público, ao
contrário do feito em relação aos
barbêcos infectados, para explicar
ou negar a existência da febre. Não
sei que motivo as levanta a isso.
Não dá a entender o pessoal da
polícia e da limpeza que a febre é um

hipóteses parece absurda porque o resultado do silêncio será funesto. Além do mais, cedo ou tarde, o povo ficará alarmado e os laços de ligação de vir. Se há febre amarela é dever das autoridades declará-lo abertamente para que o povo colabore na sua extinção. Que as autoridades venham a público, por todos os meios de comunicação possíveis, e inseriam sobre como fazer a profilaxia e que tomem as próprias, as providências que cabem ao Governo. A questão é clara: salvar o povo a se salvar ou deixar morrer. Antonio Rebelo Filho, 10 de 6, 1932.

Deputado propõe acesso a órgãos de informação

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Deputado Faria Lima (Arena-SP) apresentará dia 18 projeto de emenda constitucional que assegura ao cidadão o acesso às informações de caráter pessoal existentes a seu respeito em órgãos governamentais e privados, "sendo-lhe garantido o direito de retificá-las, nos termos da lei".

Ao anunciar à imprensa a apresentação da emenda, o deputado arenista, disse que já conta com o apoio expresso do líder do Governo, José Bonifácio, e com a simpatia do presidente do Congresso Petrônio Portela. O projeto está subscrito por 240 deputados.

Por não admitir que o Senado "funcione como casa legislativa que oponha restrições ao funcionamento da Câmara", o Deputado Faria Lima não recolheu, como manda a Constituição, as assinaturas de um terço dos membros do Senado, esperando que os próprios senadores tomem a iniciativa de tornar viável a tramitação do seu projeto de emenda. A seu ver, para isso terá a ajuda dos arenistas do Senado.

A emenda, disse, objetiva disciplinar o controle de informações relacionadas com a vida de cada pessoa, dados que "hoje são inacessíveis, embora causem danos irreparáveis no caso de eventuais erros, deliberados ou casuais".

Na mesma emenda, Faria Lima propõe a modificação do artigo 153 da Constituição, para incluir a "inviolabilidade da informação", entre os direitos do cidadão. Atualmente, esse artigo assegura "aos brasileiros e aos estrangeiros residen-

tes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade".

Na justificativa do projeto de emenda, o Deputado Faria Lima descreve a influência que hoje exerce a informática sobre o homem. Diz ele que "os computadores ligados à rede de comunicações estão destinados a ser os principais veículos de geração, arquivamento, transmissão, utilização e disseminação de informações sobre o homem".

— O impacto dessa tecnologia sobre a sociedade e sobre o indivíduo — acrescenta — é incalculável. A proliferação de bancos de dados e sistemas eletrônicos de processamento de dados afasta a capacidade do indivíduo de intervir nas decisões que lhe concernem. É necessário que um controle especial seja implantado para garantir ao público um elevado grau de confiança sobre a boa utilização dos bancos de dados, com informações de caráter pessoal.

Comemoração

A escolha do dia 18 de outubro para a apresentação do projeto de emenda constitucional tem uma explicação, segundo o Deputado Faria Lima:

— O Serviço de Processamento de Dado do Senado Prodasen, que completa nessa data cinco anos de atividade, pode ser considerado um dos mais avançados do mundo, no tratamento de informação, e é um dos poucos a serviço do Poder Legislativo.

Faria Lima tenta apoio do Senado à sua emenda

BRASILIA (O GLOBO) — "Só não conseguirei o apoio de dois terços do Senado para apresentar a emenda constitucional, se o Senado tiver resolvido se rebelar contra a Câmara. E nisso, eu não acredito, pois se se busca o diálogo, primeiro se deve fazê-lo no âmbito do Congresso Nacional".

A declaração foi feita ontem ao GLOBO pelo Deputado Faria Lima (Arena-SP), que apesar do apoio de deputados, ainda não conseguiu, no Senado, uma só assinatura das 22 de que precisa para apresentar seu projeto de emenda constitucional, que amplia os direitos do cidadão ao dar-lhe acesso aos dados que existem a seu respeito em órgãos de informação, públicos ou privados, e ainda o direito de retificá-los.

Entre os 240 deputados que apóiam o seu projeto de emenda está o líder do Governo, José Bonifácio. No Senado, Faria Lima disse que falou com o Senador Petrônio Portela, que, não obstante ter manifestado sua simpatia pessoal pelo projeto, não indicou nenhum caminho para que ele obtenha o apoio do Senado, que se tornou indispensável a partir das reformas de abril.

Desde abril, os senadores têm se recusado sistematicamente a assinar qualquer projeto de emenda constitucional, o que é interpretado por alguns deputados como o receio de verem modificada a estrutura do Legislativo, e implantado o sistema unicameral.

"Calúnia eletrônica"

O Deputado Faria Lima, que vem recebendo manifestações de apoio à sua emenda constitucional, sobretudo de professores universitários, políticos e empresários ligados ao ramo da computação eletrônica, disse que sua maior preocupação é evitar a implantação do Código Único — Renape — e provocar uma legislação capaz de proteger as pessoas da "calúnia eletrônica".

Ele lembrou que nos Estados Unidos esse problema é tão sério que quando é negado crédito a alguém, essa pessoa pode pedir à instituição financeira que recusou o financiamento, explicações sobre a recusa e

sobre as fontes onde obteve as informações sobre o cliente. Se o crédito for concedido e a pessoa quiser saber quais as informações que foram dadas a seu respeito, tem de pagar cerca de 3 dólares, preço que é considerado caro mesmo nos Estados Unidos.

Faria Lima revelou-se tão confiante no apoio do Senado, que elaborou projeto de lei criando um Registro Nacional de Banco de Dados — RNBD — e estabelecendo normas de proteção da intimidade contra o uso indevido de informações arquivadas em dispositivos eletrônicos de processamento de dados.

Apoio de Novais

O Deputado Israel Dias Novais (MDB-SP), depois de ler o editorial do GLOBO de ontem, sobre o projeto do Deputado Faria Lima, ditou o seguinte comentário:

— Sou também signatário do projeto que assegura ao cidadão o acesso a seu retrato falado, elaborado pelos órgãos de inteligência, ante as circunstâncias e meios de que essa imagem resulta.

Circunstâncias aleatórias, meios precários e discutíveis. Nos dias efervescentes de 1964, determinados homens públicos obtiveram vista de sua ficha na polícia política. Pela primeira vez, inquietavam-se eles pelo conhecimento dessa versão oficial e secreta de sua pessoa: desencadeara-se a caça às bruxas e no escuro, como distinguir um "dedado" de uma bruxa?

— Interpelações totalmente descabidas, perversas de atitudes limpidas e inocentes; recolhimento de denúncias, desajustadas ao denunciado; tudo levava ao choque e à sensação de insegurança pessoal. Ficava-se à mercê do imponderável, do juízo subjetivo, da deformação da prevenção.

— Não vejo mais perfeita definição de democracia do que essa permissão de o indivíduo saber como o vêem os olhos noturnos da segurança do Estado e reajustar-lhe a ótica, no sentido da verdade. Terrível Estado, o Estado totalitário que manipula a honra das pessoas sem lhes permitir sequer saber que o faz, nem como.

VASP - pioneirismo no que interessa a você.

Dos Leitores

734 Identidade única

Sr. Redator

Na edição de 25/9, esta coluna publicou uma carta do deputado federal Faria Lima, em que ele focaliza aspectos do problema da criação do RENAPE (código de indentificação única do brasileiro, do nascimento até a morte), que o Ministério da Justiça está pretendendo instituir, estando presentemente elaborando projeto de lei para ser remetido ao Legislativo, para aprovação. Leitor assíduo do "Estado", tenho tomado conhecimento das restrições que esse jornal tem arguido contra o mencionado projeto, bem como os reparos que conhecidas figuras liberais, de diferentes partidos têm feito a ele.

No entanto, não nos foi dado ainda ter uma medida exata do perigo que a instituição da identidade única para todo o cidadão que nasça neste país, e que o acompanhará ao longo de sua vida, poderá significar para a liberdade e a privacidade de cada pessoa. Devemos confessar, de início, o nosso desconhecimento do texto do projeto lei que deverá regulamentar a matéria. Ou pelo menos idéias básicas que o orientarão. Por sinal, não o vimos publicado em nenhum órgão de nossa imprensa, estando o "Estado", neste ponto, nos devendo tal publicação, se é de seu conhecimento.

As críticas que têm sido veiculadas, como as do deputado Faria Lima em sua carta, e as do "Estado" em seus comentários, não são acompanhadas de dados concretos sobre o que objetiva disciplinar, e como o fará, o projeto do Ministério da Justiça. Normalmente se caracterizam, tais críticas, por elucubrações no campo do direito que cada um tem de não ter a sua vida privada dissecada por um poder público sequioso por dados pessoais, para utilizá-los com fins inconfessáveis, por vezes de vista perfeitamente teoricamente, mas desde que, cotejados com os textos de lei que se deseja aprovar, nos seja dado verificar que o Estado está ultrapassando os limites tolerá-

veis de sua atuação, em face dos direitos individuais dos cidadãos.

Em breves notícias que temos tido sobre a identidade única, divulgadas por seus idealizadores, em princípio nos parecem defensáveis os seus argumentos. Nascida uma pessoa, quando do registro de seu nascimento, receberá um número, que será o de sua identificação pessoal, constando em sua carteira de identidade, na sua carteira profissional, em seu certificado de reservista, sendo homem, em seu documento de imposto de renda (CPF), em seu título de eleitor, ou em outro qualquer documento que venha a possuir, ou a assinar. Assim, ao invés de inúmeras carteiras, com diferentes números, teríamos uma única, com validade em todo o país, e nos diferentes campos de nossas atividades. Agora, como se resolveria os intrincados problemas da interação destes diferentes campos de atividade é um aspecto da questão que necessita ser bem sopesado, podendo, neste particular, realmente, proceder as preocupações legítimas de quem está voltado para a preservação da privacidade do cidadão. Ressalvada esta restrição, não tivemos condições ainda de aquilatar o perigo que pessoas melhormente situadas, como o deputado Faria Lima e os editorialistas deste jornal, detectaram. Por sinal, se estão de posse destes pormenores mais elucidativos, estão a nos dever a sua divulgação.

Afinal de contas, por lei, somos hoje obrigados a registrar em cartório o nascimento de uma pessoa, quando sob nossa responsabilidade. Completados os 18 anos, ganha-se a maioridade para fins militar ou eleitoral. Desde que trabalhemos, ou tenhamos determinado rendimento previsto em lei, temos nossas obrigações para com o fisco. E todas as obrigações são uma obrigação, previstas em inúmeras leis, que se dispõem em um emaranhado tal que uma pessoa não pode se furtar a elas, se desejar ter uma vida normal. Por este motivo, não vemos

como se possa se enquadrar mais do que hoje o indivíduo. Ressalvada, é claro, a hipótese da instituição de um controle so encontrado nos regimes totalitários, como o soviético, em que o indivíduo não pode nem deslocar-se livremente dentro das fronteiras de seu país.

Além desta rede de leis, existe um campo de relacionamento do indivíduo com as entidades privadas, sobretudo as bancárias e financeiras, que está clamando por disciplina legal. Neste campo, tais entidades, frequentemente, abusam por não haver regulamentação. O volume de informações que procuram arrancar da pessoa que delas necessitam não tem limites, e cada vez mais se esmeram neste exigir. Neste diapasão, não vai demorar o dia em que estarão exigindo de nós a comprovação da idoneidade de nossos avós, e nos negando crédito porque um nosso ascendente, de 3 ou 4 gerações passadas, teve um título protestado. Este campo está a merecer um disciplinamento urgente.

Colocado o problema nestes termos, só podemos entender a posição dos que estão, desde agora, levantando a bandeira do respeito à privacidade do cidadão, em face do mencionado projeto de lei, como um brado de alerta antecipado, um recado para aqueles que o estão preparando, para que não nos brinde com um novo "menstruço", ou um novo "pacote". Precaução, por sinal, diga-se de passagem, de todo em todo procedente, tendo em vista os antecedentes do Ministério da Justiça, que resolveu nos passar um estado coletivo de incapacidade relativa, política que tem se manifestado, sobretudo, no campo onde atua o serviço de censura, onde podam, isto quando liberam, vigorosamente as produções artísticas e científicas, mas a posição restrita aos atos que vêm sob o manto prático da FUNAI.

Alvaro de Queiroz



Emenda vai garantir informação

Da sucursal de
BRASÍLIA

O artigo 153 da Constituição, que trata dos direitos e garantias individuais, poderá ser alterado, para incluir entre os direitos do cidadão a inviolabilidade da informação. Proposta nesse sentido será formulada esta semana pelo deputado Faria Lima (ARENA - SP), com apoio de 240 deputados dos dois partidos e do líder do governo.

O projeto de emenda constitucional do representante paulista diz também que "é assegurado ao cidadão o acesso às informações, de caráter pessoal, existentes em órgãos governamentais e privados, sendo-lhes garantido o direito de retificá-las, nos termos da lei".

Na justificativa da proposta de emenda à Constituição Faria Lima afirma que "salvaguardas devem ser desenvolvidas, visando a proteger o cidadão contra consequências potencialmente danosas da má utilização de sistemas de processamento de dados, governamentais ou não, baseados em bancos de dados constituídos com informações pessoais".

Faria Lima pretende encaminhar a emenda dia 18, data em que se comemora o quinto ano de criação do Prodasen — Serviço de Processamento de Dados do Senado. Ele conseguiu o apoio de 70 por cento da Câmara, mas não solicitou a assinatura de qualquer senador. Pela reforma de abril, projeto de emenda à Constituição só poderá ser formalizado se tiver o apoio de pelo menos um terço de deputados e um terço de senadores.

O parlamentar espera que o próprio Senado tome a iniciativa de aderir à iniciativa, o que acredita, pelas reações favoráveis que sentiu de Petrólio Portella e Eurico Rezende.

Políticas e Tecnologias

Projeto contra a privacidade gera polêmica na França

J. B. Natali,
de Paris

Os deputados franceses começaram a sessão parlamentar do outono com o estudo de um projeto delicado. Trata-se de criar um mecanismo para proteger as liberdades individuais contra a proliferação de fichários computadorizados. Mesmo considerado excessivamente tímido pela oposição de esquerda (que desovou uma centena de emendas), o texto elaborado pelo governo abre aos cidadãos a possibilidade de contestar as informações repertoriadas eletronicamente e impede que dados relativos à raça, religião e idéias políticas ou sindicais sejam de agora em diante armazenadas.

A polêmica sobre o papel repressivo da Informática estourou no comecinho de 1974, quando a imprensa divulgou a existência de um projeto oficial designado curiosamente pela sigla "SAFARI" (Sistema Automatizado por Fichas Administrativas e Repertório dos Indivíduos). A idéia era simples. Consistia em fornecer a cada cidadão um número padronizado e sobre ele acumular todas as informações até então recolhidas de maneira esparsa por setores da administração pública: como o INPS, o imposto de renda, ou os antecedentes judiciais.

O fichamento da população correria por conta do INSEE — equivalente ao IBGE brasileiro. Um enorme computador instalado na cidade de Nantes se encarregaria do armazenamento e atualização das fichas. Mas, para que o "SAFARI" começasse a atuar, era preciso integrar os fichários administrativos que corriam por conta de diferentes ministérios. O chefe do governo da época, Pierre Messmer, assustou-se com o monstro eletrônico que o Estado se preparava a gerar. Proibiu simplesmente a integração.

Pouco depois, o governo criava a "Comissão Liberdade e Informática", dirigida por um alto funcionário do Conselho de Estado, Bernard Tricot. Ela elaborou um longo relatório a partir do qual o Executivo redigiu o atual projeto de lei. Nem o governo, nem a esquerda e nem Tricot chegaram a sugerir o enterro dos computadores. Porém, denunciaram em conjunto os escalões médios da administração que chegaram a criar bancos de dados sem o conhecimento prévio dos ministros responsáveis.

Se não for rigidamente regulamentada, a Informática continuará fugindo ao controle político e criará padrões de normalidade (exemplos: os perfis ideais de um bom soldado, de um indivíduo mentalmente sã, de um assalariado modelo, e assim, por diante). Ora, tais padrões possuem um fundamento ideológico que a simplificação estatística exigida para a constituição de fichários acoberta de uma maneira vergonhosa. Em lugar de instrumento de progresso, o computador se transforma em instrumento de repressão.

Constitui-se o "Comitê para o Livre Acesso à Informação" (CLAI), que passou a pressionar o governo e o Parlamento com a proximidade da tramitação do projeto cuja discussão se iniciou ontem.

Tanto o CLAI quanto a coligação PS-PCF lamentam que o texto oficial não tenha retomado todas as sugestões da comissão Tricot. Todos desejam a criação de um organismo fiscalizador da proliferação informática. Mas, se a oposição quer que seus integrantes sejam eleitos pela Ordem dos Advogados, pelo Parlamento, sindicatos ou universitários, o governo se dispõe a nomear toda essa gente segundo critérios pouco explícitos (ou seja, pessoas de sua confiança). A independência política do organismo é antecipadamente colocada em dúvida.

A oposição desejava que a fiscalização englobasse os fichários não mecanizados, para impedir que informações capazes de gerar uma discriminação ideológica — como o passado de militante de um candidato a um emprego público — fossem armazenadas separadamente. O governo não reteve tal sugestão. Finalmente, os comunistas franceses, grandes clientes da IBM, querem que a área de controle do organismo não abranja os partidos políticos.

Todos os interlocutores concordam em permitir que as pessoas fichadas conheçam a existência dos fichários e possam corrigir os dados que a descrevem se considerá-los injustos ou exorbitantes. Haveriam exceções a esta liberdade de consulta: as informações sobre a defesa nacional, armazenadas pelo serviço de contra-espionagem, e os dados de saúde que constituem segredo médico.

Embora seja ainda cedo para dimensionar os contornos precisos da lei "Liberdade e Informática", sua entrada em vigor será extremamente positiva. Ela chega com atraso num país onde calcula-se em 100 mil o número de fichários computadorizados, dos quais mil possuem uma dimensão importante e 300 são "delicados" por poderem transgredir os direitos individuais.

O MDB, entretanto, continua não advertindo que sua campanha está arriscada a cair no vazio, a curto prazo. Ulysses Guimarães, Freitas Nobre e os chamados "autênticos" acham que tudo está correndo bem e todo o início de promoção é assim mesmo, com relutância, cautela, sem maior empolgação. A partir de julho de 1978, na campanha eleitoral, eles asseguram que a convocação da Constituinte será a bandeira do partido.

"Esta fase de concentração em recintos fechados — explicou o vice-líder Fernando Lyra — é a de conscientização. Depois, vamos passar para a etapa de mobilização popular, com comícios em praças públicas, na

Constituinte no final do primeiro trimestre de 1978, depois de definido o problema sucessório presidencial.

A Constituinte seria a tese do MDB, no sentido de sensibilizar o povo para a necessidade de o sucessor de Giesel governar com o País redemocratizado. Poderia não vingar, mas a proximidade de campanha para o pleito parlamentar seria favorável à pregação partidária e o proselitismo eleitoral emdebista poderia dar bons frutos. A antecipação poderá frustrar a Oposição, principalmente, se o governo promover uma ampla reforma político-institucional, como tudo indica, antes da posse do sucessor de Giesel. F.M.

antes da publicação da correspondência, em seu próprio nome.

A identidade única ameaça a liberdade

Sr. Redator

A fértil imaginação tecnocrática oferece à Nação a idéia de nos transformar num número e vivermos felizes para sempre no paraíso da burocracia. Ninguém precisaria mais ficar com a carteira recheada de documentos, pois um único número abriria todas as portas da burocracia. Os tecnocratas não falam em encher a barriga de ninguém, mas em esvaziar a carteira dos documentos desnecessários que, curiosamente, foram exigidos no passado em nome desta mesma burocracia.

Tentam criar a imagem de que o RENAME (código único que cada brasileiro teria desde seu nascimento até depois da morte) seria a grande solução para o impasse burocrático e que somente aqueles que desajassem "burlar as leis do País" seriam contrários a esta "maravilhosa" idéia. Como este RENAME viria possibilitar a interligação de diversos arquivos que hoje contêm as mais variadas informações sobre as atividades pessoais dos brasileiros, estaria, assim, solucionado o problema de como controlar a vida do cidadão que, evidentemente, considerando a visão paternalista da medida, seria orientada para o bem comum.

Acontece, porém, que amanhã, numa recaída ideológica ou mesmo fisiológica (a carne é fraca) estes tecnocratas poderão defender não mais o interesse do indivíduo, colocar-se ao lado do Poder, e punir os cidadãos, baseando-se em critérios subjetivos e tecnocráticos. Achamos que não se justifica a entrega de nossas vidas, nossa liberdade e nossa intimidade nas mãos de tecnocratas, pois, neste caso, estaríamos admitindo a tese da anti democracia, submetendo-nos à vontade de outrem não legitimado para se auto-transformar em Tutelador da Nação.

Hoje, sem a existência do RENAME, os indivíduos já podem sentir a presença incômoda e indesejada de um controle social, muitas vezes subjetivo, sobre suas atividades. Alguns exemplos do que acontece no dia-a-dia de cada um servem como evidência da tese que defendemos: 1) cobrança fria e indevida de impostos, taxas, multas e tributos, chegando às raias da penhora de bens por "erros do SISTEMA", cujas consequências para o indivíduo vão desde a limitação do crédito até a desmo-

realização de sua imagem pública. Problema conhecido como calúnia tecnológica. Ninguém está isento da taxa de "erro do Sistema"; 2) venda de informações pessoais entre entidades manipuladoras das mesmas, sem o consentimento (quase sempre sem o conhecimento) dos indivíduos diretamente afetados. Como não existe legislação sobre o assunto, assistimos à venda de informes dos mais variados tipos sobre o indivíduo, para organizações que podem produzir informações que afetarão a vida e a intimidade do mesmo.

Hoje o cidadão não possui nem direitos nem acesso sobre seus dados mais íntimos registrados em banco de dados oficial, não sabe do uso que se dá aos mesmos nem pode corrigir informações incorretas.

A falta de legislação permite que instituições bancárias e de crédito negociem "seus" arquivos; que órgãos governamentais vendam "seus" cadastros com "suas" informações, como é o caso do Cadastro do ICM, que já apontamos ao Congresso Nacional, vendido pela Secretaria da Fazenda de São Paulo.

Que dizer de Cadastros Policiais tidos como secretos e invioláveis? Os exemplos são incontáveis, assim como a ânsia de "aprimorar" a coleta, arquivamento, controle e disseminação de informações, chegando ao cúmulo da sofisticação no caso do cadastro de impressões digitais, as quais deseja-se coletar diretamente através de caríssimo equipamento de leitura ótica.

Todos devem meditar sobre o RENAME e suas consequências. O projeto já está pronto no Ministério da Justiça. A liberdade e a intimidade tal qual nós a conhecemos e desejamos não podem ser abaladas nem cercadas por medidas deste quilate que só visam a otimização de procedimentos burocráticos muitas vezes desnecessários. Por trás do RENAME pode estar uma corrida pelo Poder.

Pedimos àqueles que tenham tido qualquer experiência desagradável, afetando sua intimidade ou sua vida, que nos enviem subsídios à Câmara dos Deputados, para que possamos continuar nesta campanha que iniciamos desde que chegamos a Brasília e acreditamos ser de importância ímpar para o futuro da Democracia no Brasil.

José Roberto Faria Lima, Deputado Federal.

mite revisão da Carta na tese da Constituinte

de degraus que vão sendo conquistados gradativamente e as seleções e escolhas se dão sempre entre indivíduos conhecidos. Além disso, apenas o fato de haver mais gente participando politicamente não significa que seja sendo praticada uma melhor democracia. A extensão do número de participantes deve levar em conta seu relativo dimensionamento para não prejudicar a qualidade dos candidatos."

Em outro momento da palestra, Ferreira Filho falou sobre a participação dos meios de comunicação de massa no processo eleitoral, situando-a como um dos mais sérios problemas para os atuais teóricos políticos. Para o vice-governador "os meios de comunicação de massa servem à democracia na medida em que difundem informação, tornando conhecido para o eleitor o candidato até então desconhecido pela impossibilidade de convívio com ele. "No entanto — acrescentou — os meios de comunicação de massa podem ser perigosos à democracia, na medida em que a propaganda permite distorcer a realidade. Não se pode admitir estes meios sem propaganda, mas eles podem servir de instrumento a graves distorções como apresentar um candidato realmente preguiçoso como se fosse trabalhador, ou um candidato sem formação como se tivesse condições."

Ferreira Filho ainda abordou participação feminina no processo eleitoral, a questão do voto aos analfabetos e, depois

de reconhecer que as soluções clássicas são insuficientes e insuficientes para atender a democracia brasileira, pediu uma atitude crítica dos assistentes no sentido de descobrir a melhor fórmula para a democracia. Na parte destinada aos debates, o vice-governador foi questionado quanto ao número ideal de partidos, ocasião em que afastou a hipótese do partido único por não convir à democracia e, embora admitisse a simplificação proporcionada pelo bipartidarismo, que leva o eleitor a se definir em favor do governo ou da oposição; ele manifestou-se favorável ao pluripartidarismo: "Não que se volte aos 14 partidos que existam em 1965, mas a uma quatro ou cinco agremiações partidárias".

Logo depois, Ferreira Filho abordou a questão da sublegenda que, embora aceitável porque as diversas correntes de um partido discordam do acessório, mas concordam com o essencial; "ela é condenável porque tem a capacidade de destruir um partido na medida em que mantém as divisões, porque é injusta quando a ala vencedora volta-se contra as outras correntes com mais rigor até que a própria oposição". E finalizou: "É evidente que não estou pregando aqui a destruição do meu partido, a Arena, da qual participo inclusive da Executiva Nacional, mas considerando o bipartidarismo imposto e como tal artificial, acredito que quatro ou cinco partidos serviriam hoje para reunir melhor as diversas correntes existentes."

Ferreira visita a Minas

Infantaria, ao qual compareceram somente militares, nada de teor político transpirou da visita do ministro do Exército, general Sylvio Frota, a Belo Horizonte. O ministro chegou sábado, pela manhã, e foi embora, por volta das 21 horas. A sua presença na cidade foi oficialmente qualificada como uma "visita de caráter particular" tanto por funcionários militares como pelo Palácio do Governo de Minas.

O motivo particular da ida do general Sylvio Frota a Belo Horizonte, revelado finalmente no momento da fuga de um dos seus filhos, que estava em uma das dependências do Palácio do Governo de Minas.

estudaram juntos na Escola Militar, há mais de 40 anos. E disseram que o ministro do Exército foi a Belo Horizonte exclusivamente para a cerimônia de casamento.

No santuário, onde foi realizada a cerimônia, a segurança do ministro Sylvio Frota, que vestia roupas civis, continuou mantendo um discreto, mas rígido, esquema para evitar que a imprensa abordasse o general. Ao contrário do que acontecera no desembarque. Não foram permitidas nem fotografias do ministro, nem a presença de repórteres durante a cerimônia de casamento, que foi realizada em uma das dependências do Palácio do Governo de Minas.

Wilhelm não entrou o projeto da EMTU

Sr. Redator

Li com surpresa, nas edições dos dias 16 e 17 de "O Estado de S. Paulo", respectivamente uma notícia e um editorial, este sob o título "Planos pelo Averso", que considero particularmente injustos para com a Secretaria que tenho a honra de dirigir.

Tudo a respeito da elaboração do projeto da EMTU de-

timos passos para o envio à Assembléia.

Quanto à suplementação do DAESP, também já liberada por esta Secretaria, convém salientar que a concessão de suplementos deve ser realizada com extremo cuidado; não por identificação burocrática e sim porque a mesma não oferece recursos para todas as suplementações que deverão ser opor-



A reciprocidade da informação

DENTRE os direitos hoje indiscutíveis do Estado moderno, mesmo nos casos dos regimes democráticos de menor taxa intervencionista, está o cercar-se de um sistema de informações para tornar-se mais habilitado a prevenir os perigos que afetem a segurança nacional, a segurança do próprio Governo e a da comunidade no seu todo ou nas suas parcelas. O fenômeno do terrorismo se incumbe, por si só, de avalizar a legitimidade desse procedimento que as concepções liberalizantes do passado em princípio repugnavam.

NATURALMENTE, a forma de captar essas informações, de analisá-las e de utilizá-las — sobretudo quando se referem ao modo de agir ou de pensar de pessoas — pode variar a partir de um exercício compatível com as regras legais, políticas e éticas de uma sociedade aberta até o extremo da intromissão policial e arbitrária, própria dos governos de opressão.

INFORMAÇÕES de caráter pessoal constituem, por outro lado, matéria de uso corrente em organismos privados da estrutura do nosso tempo. Há toda uma sistemática e já uma tecnologia avançada a serviço de empresas que precisam computar dados sobre a idoneidade ou a credibilidade financeira de consumidores e investidores. Um pedido de crédito ou de financiamento exige das partes envolvidas ficha limpa nos cartórios de títulos e nos serviços de proteção a essas operações.

O QUE RESTA saber, agora, é se o cidadão está, por sua vez, protegido da segurança dessas informações — as do Estado ou as de órgãos particulares — e se tem condições de contestar erros eventuais, cuja permanência pode trazer-lhe danos irreparáveis. E para chegar à retificação saneadora, o indivíduo

atingido precisa, antes de mais nada, de livre acesso às fontes do registro.

UM PROJETO de emenda constitucional do Deputado Faria Lima, já com 240 assinaturas na Câmara — e segundo consta, apoiado pelo líder José Bonifácio — pretende precisamente estabelecer o princípio da reciprocidade no direito da informação, de maneira que o cidadão alcance pleno conhecimento do que é dito a seu respeito nos fichários dos organismos governamentais e privados e goze da faculdade de retificar, nos termos da lei, os registros deliberada ou casualmente errôneos.

EIS O EXEMPLO de como uma boa contribuição para o aperfeiçoamento do Estado de Direito pode ser feita de modo concreto, viável, equilibrado, sem carregar no seu bojo segundas intenções desvirtuadoras.

A INFORMAÇÃO de caráter pessoal é aquela mais sujeita a equívocos e deturpações de toda ordem. Serve, como nenhuma outra, à malignidade dos propósitos de desforra e aos venenos do ressentimento não raro gratuito. Nada tão justo, por isso, quanto criar meios de neutralização do erro de julgamento ou do intuito perverso eventualmente contidos nos arquivos da privacidade, assim permitindo reabilitações de outra maneira jamais praticáveis.

O PROJETO Faria Lima encerra sentido democrático e humanista. Não devemos aceitar, de fato, que a complexidade e a sofisticação dos mecanismos de informação os coloquem acima do direito de cada participante da sociedade, sem discriminações, de cotejar a verdade neutra das fichas e dos computadores com as alegações de sua verdade em carne e alma.



Existirá lugar para a intimidade no futuro?

7 DE SETEMBRO DE 1975
Página 5



A revolução científico-tecnológica causou ao homem moderno modificações sociais mais profundas que a revolução agrícola provocou na Era Neolítica. Vivemos a Nova Era. (Dependendo de nós, a Era Final).

A maior invenção deste século foi a arte de inventar, segundo Whitehead.

As instituições políticas, econômicas, militares e sociais já estão sendo moldadas em função das novas descobertas científico-tecnológicas e não mais enas pelas atuais doutrinas jurídicas ou políticas.

É como estivéssemos viajando num foguete de alta velocidade, navegando sem rumo e sem possibilidades de controlar o engenho.

O século XX terá o estigma da pressa.

COMPUTADOR — AMIGO OU INIMIGO

Os computadores simbolizam a sofisticação da razão; seu domínio sobre a emoção.

Eles vieram para ficar.

O problema não é eliminá-los, mas domesticá-los. Temos de ser Senhores e não Escravos da máquina que inventamos.

Não são amigos, nem inimigos. Simplesmente instrumentos.

Os bancos de dados e o casamento do processamento com a comunicação constituem o pano de fundo do drama humano.

Nos Estados Unidos existem mais ou menos 750 bancos de dados em órgãos governamentais "vigilando" a sociedade americana. Em 1967 começou o grande debate sobre a intimidade e em 1974 tivemos um dos climas da polêmica, com a queda do presidente Nixon.

O direito à intimidade ultrapassa, em muito, os limites da Informática. O Estado Moderno é um Estado Intervencionista. O planejamento econômico é uma característica imperativa do Estado Moderno.

Não se discute mais se a Economia deva ou não ser planejada, mas, como fazê-la.

Propõe-se ampliar o planejamento no caso do planejamento. O Governo do Estado de São Paulo inova nesse aspecto, segundo intenção expressa de seu governador.

A liberdade passa a ser um direito social, deixando de ser um valor individual. O planejamento econômico, entretanto, é o DDT do federalismo e do conceito de separação de poderes e provoca a necessidade de modificações na estrutura governamental, que sofre consequentemente metamorfose. O presidente tende a transformar-se em figura monárquica, segundo Karl Loewenstein.

Devemos acordar para a advertência de Erich Fromm: o que pode ser feito não é necessariamente o que deve ser feito. Caso contrário deveríamos admitir uma nova ética, baseada no desenvolvimento tecnológico.

INTIMIDADE — UM VALOR DE CLASSE MÉDIA?

Num ambiente cheio de ameaças invisíveis, segundo Alexandre Soljenitsin, nenhum direito é mais sagrado que o direito à intimidade, compreendida como a posse e controle da sua própria pessoa, livre de qualquer restrição ou interferência indevidas de outrem.

A intimidade é uma função da liberdade; é o ponto de equilíbrio entre o determinismo e o livre-arbítrio. Sem intimidade não poderemos sobreviver com liberdade, no ambiente social.

A intimidade é algo bastante discutida, mas não bem definida.

É um conceito que exige um alto nível de abstração. Engloba uma série de valores e direitos.

É um valor intuitivo, pois sabemos quando a perdemos.

Segundo alguns, é como a liberdade, uma idéia ultrapassada, valor de classe média. Válida no século XIX, não tendo mais lugar no Estado corporativo moderno. Não concordamos com essa afirmação.

O direito à intimidade não é absoluto, mas não nasceu do vácuo. Pertence, indistintamente, a todos os homens.

VISÃO DO AMANHÃ

Os futurólogos descrevem o mundo de amanhã como um mundo urbanizado, industrializado, burocratizado, superpovoado, comandado por um batalhão de computadores e dirigido por uma insensível elite tecnocrata.

FFI, de George Orwell, é uma antevisão deste terrível Amanhã.

A quebra da intimidade e o monopólio da informação surgem como uma ameaça.

O Poder da Informação — o Poder Total — paira assustadoramente sobre o futuro da Humanidade.

CONCLUSÕES

Ontem, talvez, tenha sido tarde demais.

Mesmo assim, devemos persistir.

Acreditamos que ainda tenhamos no Brasil condições para assegurar refúgio à intimidade.

Devemos oferecer aos brasileiros a garantia de sua condição humana, através de legislação que permita a cada um:

- a) ter meios para conhecer que informações a seu respeito estão arquivadas em organismos estatais (ou particulares) e como são usadas;
- b) a garantia de que a finalidade para a qual a informação foi coligida não será deturpada;
- c) ter a garantia de acesso para corrigir quaisquer informações incorretas;
- d) ter assegurado que o Governo jamais permitirá o surgimento de bancos de dados com informações de caráter pessoal.

"Um sistema que falha em respeitar o direito do cidadão à intimidade, falha para com o próprio cidadão" (Richard Nixon). Ninguém melhor que ele para afirmá-lo.

Apesar de alguns argumentarem que a intimidade é algo mais temido que desejado, apesar da advertência de F. Dostoevsky ter lembrado que o homem só necessita de três coisas: nulidade, mistério e autoridade, apesar de Philip Slater considerar que o individualismo é uma ideologia obsoleta, fruto da tentativa de negar a realidade e a importância da interdependência do homem, e dizer que quanto mais se busca a individualidade mais nos sentimos só e alienados quando a encontramos, acreditamos que a intimidade não deva ser algo limitado no tempo e restrita no espaço, sendo mesmo a própria essência da divindade da criatura humana.

atenção

Faria Lima

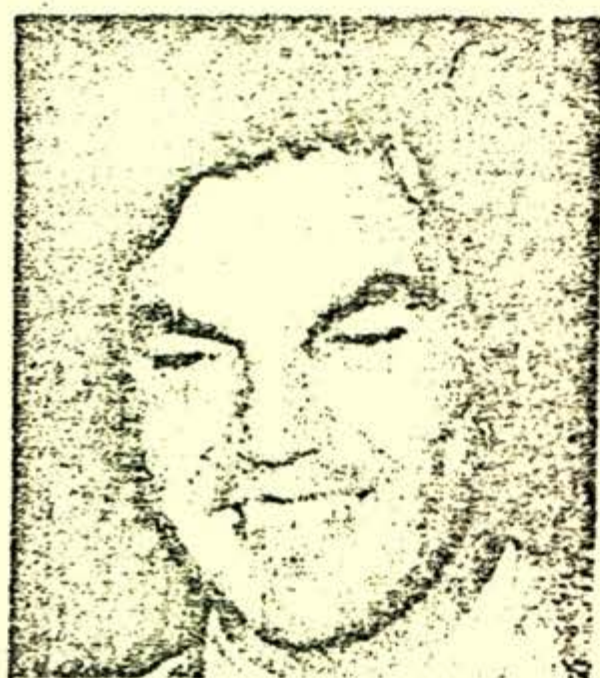


A SEMANA



A TECNOLOGIA

O cidadão presta informações sobre sua economia e seus valores mais íntimos, ou sobre suas fraquezas, a uma repartição do Ministério da Fazenda ou da Saúde. Mas, esses informes podem ser usados por outros, manipulados ou relacionados, sem autorização?



Faria
Lima:
debate
aberto

A intimidade: vale mais homem ou computador?

E sempre conveniente começar pelo exemplo mais terrível: Hitler distinguia os inimigos com um número tatuado no braço. Com aquele número o desgraçado era identificado na vida e além da morte. E há pouco, as empresas que vendem computadores ou bancos de dados conseguiram, por exemplo, que cada venezuelano fosse conhecido, por toda a vida, através de um número. O venezuelano já não mais é Pablo ou Simon, e sim o nº 732.593.641/4.

Esse é o espectro ameaçador da tecnologia do amanhã. A pessoa deixa de ser gente, de ser homem, e passa a ser um conjunto de dígitos.

No momento, o mundo, a cada 14 meses, duplica o volume de informações em todos os campos da atividade humana. É o fenômeno da explosão da informação. Os computadores são os únicos instrumentos capazes de domar esse fenômeno. Mas ao mesmo tempo, poderão se transformar, de escravos em senhores da humanidade. O Brasil, hoje, segue o exemplo de certos países, introduzindo, maciçamente, a tecnologia dos computadores. Estamos vivendo a era dos bancos de dados. Mas, até que ponto é lícito permitir que essa tecnologia invada a intimidade do brasileiro?

E o que é intimidade? Em essência, é a capacidade de cada qual gerenciar as informações a seu respeito. A intimidade abrange uma série de direitos humanos. Esta capacidade de a pessoa gerenciar as informações a seu respeito é que permite a sua sobrevivência no meio social e a sua própria liberdade. Cabe ao indivíduo determinar até que extensão seus sentimentos, pensamentos e emoções devam ser comunicados aos outros.

Por exemplo, vários órgãos governamentais, hoje, exigem ou solicitam volumes crescentes de informações sobre o cidadão. Ao Ministério da Fazenda damos anualmente informações sobre o nosso patrimônio e a nossa renda. O Ministério da Educação possui dados sobre o nosso perfil educacional. O da Previdência Social, sobre a nossa vida profissional. Os médicos e hospitais possuem dados sobre a nossa saúde, inclusive sobre os aspectos mais íntimos de nossa atitude psicológica. No momento em que essas informações puderem ser, todas elas, manipuladas por um único banco de dados, deixaremos de ter o controle sobre os aspectos mais sagrados da nossa intimidade e sequer saberemos quem é que tem acesso a esse tipo de informe, e com que finalidade estarão eles sendo utilizados. E o pior é que os novos sacerdotes do poder da informação serão os programadores, operadores e analistas de sistemas que intencional ou por falha circunstancial poderão alterar os registros de cada cidadão, manipulando-os aos interesses momentâneos.

Mil novecentos e oitenta e quatro, de George Orwell, que pareceu, à época de seu lançamento nos anos 50, uma ficção científica fantástica, já pode ser reanalisado agora como um romantismo do século passado, face às perspectivas que o pragmatismo tecnológico do mundo moderno nos antecipa.

De plena consciência desse quadro, Faria Lima, deputada por São Paulo, 35 anos, e especialista em processamento de dados, quer o debate do problema, debate aberto, amplo, e seu

Computadores das multinacionais têm nossos segredos estratégicos



A Secretaria da Fazenda de São Paulo negociou com empresas privadas os arquivos de informações sobre os contribuintes do ICM, transferindo indevidamente militares de informações que deveriam ser resguardadas, segundo denúncia feita, ontem, na CPI das multinacionais, pelo Deputado Faria Lima (Arena-SP), que chamou a atenção do órgão investigador para a necessidade de sugerir uma legislação capaz de conter a quebra do sigilo, que vem se tornando prática cada vez mais usual no país.

Por sua vez, depondo perante a mesma comissão, o diretor da Exatus - uma firma de serviços de processamento de dados de Londrina, Paraná - Abílio Wolf, afirmou que as empresas multinacionais que processam informações, prestando serviços às empresas brasileiras, privadas e estatais, também arquivam informações e dados preciosos, muitas vezes de caráter sigiloso, cuja manipulação poderá afetar a segurança nacional.

DESTAQUE

O assunto mereceu destaque especial na reunião de ontem da CPI das multinacionais, cujo, além do depoimento de Abílio Wolf, ouviu o do presidente da IBM do Brasil, José Bonifácio de Abreu Amorim, e o do Secretário-Executivo da Capre - Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico, vinculada à Secretaria de Planejamento da Presidência da República - Ricardo Adolfo de Campos Saur.

Segundo Saur, o assunto não chega a causar maiores preocupações ao governo porque as empresas que processam infor-

mações de interesse da Segurança Nacional mantêm seus próprios sistemas de computação e armazenam as informações em absoluta segurança. Citou como exemplo a Petrobrás, que dispõe de dados valiosos sobre levantamentos sísmicos na plataforma, os quais estão armazenados em total segurança, não sendo permitido o acesso a não ser dos funcionários diretamente envolvidos.

Faria Lima, no entanto, considerou grave a manipulação de dados informativos sobre milhões de pessoas, tanto por empresas privadas como estatais de processamento de dados, e o perigo de que esses informes sejam transferidos ou negociados com outras instituições, numa quebra da intimidade dos indivíduos, o que significa um desrespeito aos direitos humanos.

Esse problema, que já está preocupando as autoridades de muitos países, como os Estados Unidos, começa a surgir no Brasil, e tende a se agravar com a sofisticação dos sistemas de tele-processamento, que permitirão, segundo o parlamentar paulista, a troca de milhões de informações sobre a situação econômico-social e até psicológica dos indivíduos, os quais ficarão inteiramente a mercê das instituições públicas ou privadas envolvidas no processo.

OCIOSIDADE DOS COMPUTADORES

Outro tema que mereceu a atenção da CPI foi o referente à ociosidade dos computadores em operação no Brasil. Segundo o diretor da Exatus, o índice de ociosidade dos computadores em serviço nos órgãos públicos é de 40 por cento, percentual que não foi confirmado nem pelo Presidente da IBM, nem pelo Secretário-Executivo da Capre.

Para estes, é preciso, antes de tudo, estabelecer o que se entende por ociosidade dos computadores, lembrando Amorim que as 926 unidades em operação, a cargo da IBM, trabalham em média 450 horas mensais, quando o normal seriam 182 horas.

Saur, por seu turno, acha que trabalha mal o empresário que mantém seu computador 24 horas por dia em serviço, pois, agindo assim, assume o risco de uma paralisação das atividades de sua empresa que dependerem de processamento eletrônico, caso a máquina apresente defeito.

NACIONALIZAÇÃO

Para o presidente da IBM, o computador 370, de quarta geração, que é produzido no Brasil, apresenta, quanto ao custo, um índice de nacionalização em torno de 60 por cento, enquanto as máquinas de escrever possuem índices que variam entre 50 e 65%.

Apesar disso, explicou que a transferência de tecnologia é feita de forma contínua, lembrando que 129 técnicos brasileiros da IBM acabam de fazer cursos de especialização nos Estados Unidos, Japão, Itália e Inglaterra, e que a empresa, em virtude dos lançamentos de novos equipamentos, mais sofisticados, é obrigada a manter seus técnicos de alto nível em constante atualização.

O Secretário-Executivo da Capre disse que recentemente foi ligado o primeiro computador totalmente nacional, que servirá mais como experiência e estímulo para a elaboração, a longo prazo, de uma tecnologia essencialmente brasileira de computadores. No entanto, afirmou não acreditar que a indústria nacional possa desen-

volver-se nesse setor ao ponto de concorrer com as multinacionais.

OBSOLETOS

Conforme o presidente da IBM, um dos grandes problemas enfrentados pela empresa, em decorrência do lançamento constante de novos e mais sofisticados modelos de computadores, é a colocação dos equipamentos que por essa via se tornam obsoletos ou superados. Como a empresa interessa vender a seus clientes a máquina mais nova, o usual tem sido vender a obsoleta a outra empresa, cujo volume de serviço esteja adequando ao equipamento de segunda mão. Neste caso, o novo usuário não paga os encargos da importação do computador, que já foram suportados pelo primeiro cliente.

O próprio Governo, segundo o Secretário-Executivo da Capre, vem se preocupando com o assunto, tanto que instituiu um órgão que dispõe de recursos para movimentar os computadores entre as repartições públicas. Esse mecanismo vem sendo utilizado principalmente entre as universidades, lembrando Saur que recentemente foi dado a uma universidade carioca um computador da IBM, modelo 370, e o equipamento que viria a ser substituído há alguns meses foi transferido para outra universidade, cujo volume de serviço comportava perfeitamente a capacidade do computador de segunda mão.

Segundo Saur, esta é uma das alternativas para enfrentar o problema da ociosidade, sem tolher o próprio potencial de dispor sempre de tecnologia de vanguarda no setor.

OBSERVAÇÕES

DOCUMENTOS ANEXADOS :